



Ata nº 11

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Faro e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas 20.00 horas, a Assembleia Municipal de Faro, em sessão ordinária, com a presença dos membros a seguir indicados (num total de 30 presenças).

Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte (PSD); Luís Manuel Fernandes Coelho (PS); Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares (PSD); Carlos Alberto (PS); Teresa Alexandra Viegas Correia (PSD); João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD); António Manuel Fraga Miranda (PS); Álvaro Miguel Rosendo Patrício (CDS); António Manuel Dias Mendonça (CDU); José João da Silva Calhau (PS); Tiago Botelho Martins da Silva; António José de Figueiredo Martins da Luz (CHEGA); Daniel Martins Viegas (IL); Luís Filipe Vicente Guerreiro Mascarenhas (PS); Cátia Susana da Palma Morais Gomes (PSD); Célia maria Alves Gonçalves (BE); Ana Lúcia Silva de Passos (PS); Paulo Alexandre Justino de Oliveira Botelho (PSD); Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD); Susana Cristina da Silva Joaquim (PS); Márcia Espada Bernardo (CDU); Elza Maria Martins Sousa Cunha (PAN); Manuel Eurico dos Santos Mestre (MPT); João Francisco Calado Espanhol (PS); Vítor Manuel Pinto Ortega Cantinho (PPM); Maria Teresa Guerreiro Correia (CDS); Beatriz Grasiela Calafate (PS); Bruno Gonçalo de Azevedo Lage (PSD – Presidente da União das Freguesias de Faro Sé e S. Pedro); Virgínia Maria Guerreiro Alcaria Alpestanda (PSD – Presidente da Junta de Freguesia do Montenegro) e José António Leal Jerónimo (PS – União de Freguesias de Conceição/Estoi).

Por o terem solicitado, **foram substituídos** os seguintes membros:

Carla Alexandra Alves Afonso Nunes (PS) – Substituído por Carlos Alberto.

Ana Catarina Pina Águas (CDS) – Substituída por Álvaro Miguel Rosendo Patrício.

Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS) – Substituída por João José da Silva Calhau.

Emanuel José Pereira Aniceto (CDU) – Substituído por Márcia Espada Bernardo. (Posse)

Paulo Sérgio de Jesus Baptista (PAN) – Substituído por Elza maria Martins Sousa Cunha.



- Composição da Mesa: -----

Presidente: Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte.

1.º Secretário: Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares.

2.ª Secretária: Cláudia Suzana Silva da Luz.

- Membros do Executivo: -----

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes: o Presidente, Rogério Conceição Bacalhau Coelho e os Vereadores Carlos Jorge Matias Gonçalves Baía; Adriano João Leal Cardoso Guerra; Sophie Matias; Teresa Aleixo Almeida Santos e Paula Alexandra Amaral do Carmo Matias.

Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

I – Período Antes da Ordem do Dia

Presidente da Assembleia Municipal – «Vamos entrar de imediato no período de Antes da Ordem do Dia, mas antes quero fazer uma menção particular a respeito das comemorações do 25 de Abril, à comissão organizadora ao executivo da Câmara Municipal, que foi muito útil na colaboração que foi firmada com a Assembleia Municipal para se poder ter do meu ponto de vista um nível tão alto nas comemorações do 25 de Abril e portanto, creio que prestigiámos a data, conseguimos envolver franjas significativas da população, com a iniciativa que teve lugar no Teatro das Figuras e creio também que a sessão solene mudou de um nível muito elevado, pelo que dirijo os meus cumprimentos a todas as bancadas e agradeço pelo esforço que tiveram ocasião de fazer para que as comemorações fossem coroadas de êxito.»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Muito boa noite. Cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os presentes.

Começar por dizer que o modelo de proteção de crianças e jovens, incentiva à participação ativa da comunidade com o objetivo de potenciar parcerias locais que se concretizam numa eficácia das redes de desenvolvimento social. O município surge aqui como agente chave para apoiar as comissões. Foi este o pressuposto que levou o legislador a entregar aos municípios o apoio logístico, o apoio financeiro e o apoio administrativo às comissões.



Na última reunião na sua modalidade alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Faro, da qual faço parte como representante da Assembleia Municipal, foi de veras evidente que há um elevado volume de processual e falta de recursos humanos para dar resposta a problemas deste enquadramento que são sempre urgentes. De tal modo urgentes que apresento aqui o conteúdo dos processos que são acompanhados. Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo, quando se encontra em situações de abandono, de maus-tratos físicos e ou psíquicos, ou vítima de abusos sexuais, não recebe os cuidados ou a operação adequada à sua idade e situação pessoal, ou é obrigada a atividade de trabalho excessivo ou inadequados à sua idade, assume comportamentos ou se entrega à atividade de consumos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento, sem que os pais, ou os representantes legais consigam impedir estes comportamentos de risco. Isto é uma chamada de atenção que tenho que fazer referência ao formato e ao conteúdo do funcionamento da Comissão. Portanto depois disto referir que estes conteúdos são os que integram o trabalho das comissões.

Estamos aqui a falar de falta de recursos humanos para gerir situações muito difíceis e de perigo iminente, principalmente no caso da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Faro. Neste momento não tem capacidade para dar uma resposta adequada a estes processos. Os recursos humanos estão reduzidos ao mínimo. Temos técnicos só com sete horas semanais para desenvolver um trabalho na comissão.

Vários modelos sustentam que o acompanhamento de processo pela delicadeza das problemáticas, o rácio deve ser um técnico para cada vinte processos. Ora neste momento a CPCJ de Faro está muito distante de conseguir este ideal. Portanto deixo aqui o repto para que se olhe para esta problemática com um bocadinho mais de responsabilidade. Muito obrigada.»

O membro da AM, Ana Passos (PS) – «Muito obrigada Sr. Presidente na sua pessoa cumprimento a restante mesa, saudar o Sr. Presidente da Câmara, Sr^{as}. Vereadoras, Srs. Vereadores, membros desta Assembleia Municipal, funcionários e digníssimo público.

Sr. Presidente o assunto que me traga aqui hoje, prende-se com onda de assaltos que está a ocorrer na baixa de Faro. Gostaríamos de saber o que



é que o município de Faro está a fazer relativamente a isso. São cafés, restaurantes, bancos, inclusive uma lavandaria as obras no centro de Faro também não têm ajudado essa situação, não se vê policiamento, a zona encontra-se escura, estão efetivamente só os nove pontos de iluminação, sabemos que estão preparados para levar as câmaras de videovigilância, pelo menos foi o que os engenheiros nos disseram. Para quando a videovigilância? O Conselho de Segurança está a funcionar ou não está a funcionar, em que situação é que se encontra? Relativamente à iluminação como já referi estão lá os novos pontos de iluminação, mas há zonas que continuam não iluminadas e não foram mexidas nomeadamente a travessa do Lethes tem apenas um ponto no antigo edifício do exército. A rua que liga o Largo do Sol Posto à Praça Ferreira Neto também não se encontra iluminada e não foi lá colocada nenhum novo ponto de iluminação. Gostaríamos de saber se está previsto também abranger essa travessa e essa e essa rua, que fica ali escondida e que abriga ali algumas situações.

A nova sinalética já está a ser colocada, no entanto penso que deverá existir algum cuidado. Encontra-se um novo sinal proibido de estar a funcionar, mesmo de frente a uma casa antiga, cujo o primeiro andar tem um varandim que ficou agora a dois palmos de distância desse sinal. Vive lá uma senhora idosa com a sua filha e a senhora disse que o sinal de trânsito foi lá colocado e não dorme tranquilo porque não se sente segura, acha que a partir dali podem entrar em casa. Não sei se poderão fazer alguma coisa relativamente a essa questão de desviar um pouco o sinal. Fica o alerta. Muito obrigada.»

O membro da AM, Álvaro Patrício (CDS) – «Antes de mais nada muito boa noite Sr. Presidente, muito obrigado pela palavra, muito boa noite a todos os membros desta Assembleia Municipal.

Era só para congratular a gestão deste município pelas obras de iluminação terminadas no passadiço da Praia de Faro que ficou muito bom e que trouxe um enorme valor acrescentado, quer ao concelho de Faro que era à Praia de Faro. Muito obrigado.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Boa noite Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.



Com estes desenvolvimentos e estes constrangimentos sobre se ter mexido no orçamento da câmara, gostava de saber porque tenho vindo a perguntar quando é que vai à reunião de Câmara e o valor do associativismo, e quando é que ele começará a ser entregue aos clubes e às associações, visto que têm determinados compromissos, que vai ser difícil de conseguirem comportar sem esses valores. Algumas associações dependem do valor atribuído pela câmara anualmente para sobreviver, não devia ser assim mas é. Muito obrigado.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado Sr. Presidente.

Falar sobre os pontos negros da Baixa, que tem sido a minha preocupação atual. Estou a ver o restauro do telhado do edifício das finanças e dos bombeiros com telha vermelha, completamente desenquadrado do conjunto e da proposta que eu fiz aqui nesta câmara, para se fazer um Plano de Pormenor, e é exatamente a escolha de tipo de telha que se deve utilizar na nesta área. E sobretudo os painéis solares, eu acho que deve ser para já interditar a instalação de painéis solares dentro da cidade velha.

O estacionamento indevido de três autotanques em frente às instalações dos bombeiros. Portanto estão ali toneladas de água a amolgar o pavimento da Baixa de Faro sem vantagens de qualquer ordem. Estrategicamente penso que esses autotanques podem ser posicionados noutros sítios como sempre foram, só agora é que estão aqui. Uma importante situação da nossa capital do Algarve. A maré baixa está neste momento o ponto mais baixo da maré. A poluição da Ria até à cloaca da estação de caminhos de ferro e que o esgoto clandestino tem vindo constantemente durante décadas a lançar para a Ria Formosa, contribui para que a capital do Algarve não seja turisticamente agradável, do seu ponto de vista dos odores da putrefação do lodo. Muito obrigado.»

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado Sr. Presidente. Cumprimento-o a si, todos os membros da Assembleia Municipal, caros vereadores, digníssimos munícipes e colaboradores.

Relativamente ao que referiu a deputada Ana Passos sobre os assaltos à baixa e o que o município está a fazer, não é competência do município fazer segurança. Embora todos os municípios estão a substituir o governo há muitos anos. E nós estamos a fazer a mesma coisa.



Dr^a. Ana Passos, se não gostar de ouvir o que eu digo ou sai mas acho que me deve deixar falar. Muito obrigado.

Portanto nós estamos a fazer isso. Olhe, estamos a fazer uma coisa com o qual eu já disse aqui que era contra, que é instituir a Polícia Municipal. Porquê? Porque a PSP neste momento tem menos de vinte mil efetivos, quando já teve mais de trinta mil. E é por isso que a gente tem os problemas que tem na Baixa. Aliás passei agora pela Baixa e não vi ninguém, daqui a pouco vem os elementos da Unidade Social de Polícia, que não deviam fazer esse serviço e vão estacionar ali e depois fazer. Depois estamos a comprar videovigilância. Não é para nós! Nenhum de nós, incluindo o Presidente de Câmara, vai ter acesso àquelas imagens. É um sistema que vai ser montado na Baixa de Faro, cuja central fica na PSP e é a PSP que gere aquilo. Não é nosso, mas somos nós que pagamos! Quem é que devia fazer isto? O Ministério da Administração Interna. A iluminação é connosco, mas mudar as coisas e a manutenção é com a EDP. E portanto dizer que aquilo que imputa à Câmara, não é bem imputar à Câmara. O que é que estamos a fazer? Ainda esta semana reuni com o novo comandante da PSP, com o da GNR, estamos a pressionar, coitados não têm maíos e estamos a trabalhar com eles no sentido de melhorar as coisas.

Sobre o associativismo acaba hoje à meia-noite o concurso para a iluminação e espero que não seja necessário gastar os sete milhões que temos no orçamento e é por isso que ainda não tratamos do associativismo se for mais do que os sete milhões é complicado. O dinheiro que temos para o associativismo será repartido por todos. Se tivermos folga, reforçaremos o associativismo e por isso é que ainda não o fizemos.

Sobre o restauro da Autoridade Tributária, como sabem o município, de todos os processos que faz internos novos não faz licenciamento, mas passam todos pelo mesmo crivo. Vão à APA, vão à CMF, vão à Direção Regional de Cultura e dentro do município são aprovados como se fossem uma entidade privada. No entanto o Estado e aqui estamos a falar da Autoridade Tributária, não é obrigada a licenciar as obras.

Eu dei indicações para pedir à Direção Regional de Cultura se tinham dado algum parecer sobre aquela zona. Não nos compete a nós fazer isso



mas, há normas que o facto de o Estado não precisar de licenciamento obriga na mesma a cumprir todas as regras de vivência. Portanto estamos a acompanhar essa questão. Muito obrigado.»

II – Período da Ordem do Dia

Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado Sr. presidente. Concluído o período Antes da Ordem do Dia, passemos já para o período da Ordem do Dia. E o primeiro ponto é a aprovação de atas, que foram distribuídas pelos grupos e se ninguém se opuser eu procederei à aprovação das quatro atas em bloco. A menos que alguém mencione que não é adequado fazê-lo dessa forma. Não havendo nenhuma reserva por parte dos grupos, passemos à aprovação das mesmas.»

VOTAÇÃO

Ata n.º 01 de 11/10/2021

Ata n.º 02 de 12/11/2021

Ata n.º 03 de 15/11 2021

Ata n.º 04 de 23/11/2021

Votos contra – 00

Abstenções – 02 (1PS-Carlos Alberto; 01CDU-Márcia Bernardo)

Votos a favor – 28

Face ao resultado obtido na votação as respetivas atas foram aprovadas por maioria.

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 02

Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à Prestação de Contas Individuais de 2021 do Município de Faro e Teatro Municipal de Faro – Serviços Municipalizados – Proposta n.º 154/2022/CM

Presidente da Câmara Municipal – «Obrigado, Sr. Presidente.



A proposta 154 como referiu, versa sobre a Prestação de Contas do Município relativamente a 2021, assim como do Teatro Municipal – Serviços Municipalizados.

Compete à Assembleia apreciar as contas, elas já foram aprovadas em reunião de Câmara que deram posteriormente o parecer do ROC. As contas tiveram como resultado líquido do ano 2021, cerca de um milhão e meio de euros e como se recordam existiu um saldo de gerência de quase dez milhões de euros, saldo esse que com a aprovação dos fluxos de caixas em fevereiro já fizemos aqui a incorporação desse valor no orçamento de 2022.

Daí que o que se pretende é submeter à Assembleia Municipal a apreciação da Prestação de Contas de 2021, o Relatório de Contas de 2021 também, os documentos de Prestação de Contas de 2021 do Município e do Teatro, o Relatório de Gestão do Teatro, a aprovação do resultado líquido do exercício de um milhão quinhentos e sessenta e colocá-lo em resultados transitados assim como a aprovação do resultado líquido de cerca de vinte e um mil euros negativo do Teatro Municipal. Muito obrigado.»

O membro da AM, Luís Coelho (PS) – «Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, restantes membros da Mesa, caros colegas, excelentíssimo público.

Direi muito sucintamente que vistas e analisadas as contas, nós temos que segui e eu preocupo-me com isso, as indicações que os Revisores Oficial de Contas nos deixam e estas são de sentido positivo, com uma pequena resolução a uma alteração que tem que ser feita que ainda não foi mas que também não é não vem daí drama ao mundo. Numa situação normal preocupar-nos-íamos com o equilíbrio de ser sempre o melhor possível realidade entre o que foi o orçamento apresentado e as contas finais.

Este ano não nos parece que vamos entrar por aí, porque foi um ano especial, um ano que custou a todos e ao município em particular e portanto, ficamos contentes pela forma como ultrapassamos esta pandemia todos, porque foi um esforço coletivo, esperando que a partir do próximo ano possamos ter a possibilidade de fazer o que será uma análise normal do funcionamento do município.



Pensamos que é a atitude mais correta, vamos viabilizar através da abstenção. Obrigado.»

O membro da AM, Tiago Botelho (PSD) – «Sr. Presidente, caros membros da Assembleia Municipal de Faro, Sr. Presidente da Câmara, Srs. vereadores, estimado público, a todos boa noite.

Estamos perante a Prestação de Contas do Município do ano 2021 e esta Prestação de Contas, vem em linha daquilo que nós temos vindo a verificar quer em sede de apresentação nos documentos de Orçamento, quer também na última aprovação também de contas do ano de 2020. E como disse o colega Luís Coelho, encontramos na Prestação de Contas as evidências daquilo que foi também o trabalho que o Executivo desenvolveu, relativamente à intervenção para fazer face à pandemia que vivemos, nomeadamente às alterações que foram necessárias efetuar em variadíssimas rubricas da despesa e que naturalmente não vale a pena estarmos a aprofundar, mas que fazem parte daquilo que foi a atuação do Executivo, quer no apoio social quer do apoio das infraestruturas de suporte ao Serviço Nacional de Saúde e às instituições em geral que intervieram no terreno para atenuar os efeitos dessa mesma pandemia.

E portanto obviamente tivemos condicionados em função disso relativamente àquilo que seria uma execução orçamental normal. De todo o modo há alguns elementos importantes que vale a pena sublinhar, um deles olhando à Prestação de Contas encontramos a evidência da redução da receita total arrecadada em sede de Imposto Municipal de Imóveis e que vêm em linha com o desagravamento em sede de taxas e que foi compensado pelo aumento do Imposto Municipal sobre Transações, o que também é bom e é uma evidência de dinamismo económico na área imobiliária no concelho e penso que isso é um elemento que deve deixar-nos a todos satisfeitos, por perceber que existe dinamismo que está a trazer economia, que está a fixar pessoas e que está a gerar movimento para o nosso concelho.

Portanto também é de sublinhar que a tendência de consolidação financeira das contas mantém-se também em sede da execução orçamental de 2021. Temos uma redução do passivo, um aumento do ativo, um aumento dos capitais próprios, portanto isso significa um reforço da autonomia financeira do município. Também um resultado líquido que é inferior do ano anterior, mas que ainda assim é positivo.



Também dizer que de um saldo de caixa de cerca de dez milhões de euros, temos ou tínhamos em dezembro 6,7 milhões em saldo de depósitos à ordem, o que permite cobrir dois meses de despesa corrente caso isso fosse necessário, portanto é também uma salvaguarda de funcionamento importante em caso de uma necessidade ou de alguma quebra de receitas que se verificasse e portanto isso também em si mesmo é positivo.

A taxa de execução da despesa corrente é de 84%, de despesa de capital de 60% o que dá um total de taxa de execução de 79,64%, é das mais altas taxas de execução nos últimos anos nos Orçamentos que têm vindo a ser executados no município talvez a quarta ou quinta mais alta taxa dos últimos dez anos ou dos últimos quinze anos. O que significa também que aquilo que se é proposto fazer é feito ou pelo menos é feito numa percentagem bastante elevada, o que em si mesmo também é positivo.

De uma forma geral os documentos da Prestação de Contas são bem elaborados, a informação é cada vez melhor e mais abundante, quer do Relatório das Atividades do Município, quer do Relatórios de Atividades do Teatro. Aliás devo dizer que o Relatório de Atividades do Teatro é em si mesmo muito transparente, ele evidencia as despesas com um nível de detalhe muito significativo, inclusivamente até os contratos de avença que estão estabelecidos, penso que isso é um elemento de transparência que se deve se deve sublinhar e que se deve apoiar e sobretudo parece-me que isso é uma posição positiva na forma como se presta contas à população.

Também o relatório do Revisor Oficial de Contas em linha com aquilo que nós já tínhamos no ano anterior não apresenta reservas ou ênfases, penso que isso é um elemento muito importante face à dimensão quer em valor do orçamento global do Município e Teatro, olhando à complexidade do funcionamento de uma organização como o Município com muitos departamentos, muitos funcionários, muitas linhas de intervenção e de contacto com o público e de muitas pessoas a interagirem com uma organização desta dimensão e portanto apresentar-se uma certificação legal de contas sem reservas, penso que é a renovação daquilo que nós já tínhamos tido, que é uma evolução muito positiva da imagem que passamos aos contribuintes farenses.

Gostaria também de não deixar de colocar algumas questões que nos parecem importantes serem apontadas, posso não ter encontrado no meio



das centenas de páginas que os documentos têm e portanto desde já se estou equivocado peço desculpa. Mas eu não encontrei referência nos documentos à circunstância que foi já dado a conhecer a esta Assembleia relativamente à situação contratual do abastecimento de energia que foi já informado pelo Presidente aqui nesta Assembleia. Penso que esse é um elemento importante e que inclusivamente poderia ou deveria estar evidenciado também no documento da certificação legal de contas, porque do ponto de vista material é relevante e do ponto de vista processual parece-me também importante que se faça referência ao facto de existir um problema na contratação de um serviço com essa dimensão em termos de valor e de relevância para o Município. Portanto gostaria que nos fosse dito se está alguma coisa escrita, que eu posso não ter não ter encontrado, mas sobretudo também acho que era importante saber se foi dado saber em específico à empresa que faz a Revisão Oficial de Contas do município essa situação em particular do contrato de abastecimento de energia. Porque de facto não consta no documento e deveria eventualmente lá constar.

Também dar nota de que nos parece importante, pode não ser em sese prestação de contas mas talvez num documento futuro, acho que seria importante face às expectativas, mas também ao valor financeiro que os orçamentos municipais já investiram na Capital Europeia da Cultura, penso que estará na altura de pedirmos ao município que apresente um relatório relativamente àquilo que foi o processo de candidatura a essa situação da Capital Europeia e da Cultura.

Portanto em 2021 tivemos meio milhão de euros hã entre consultadoria e comunicação gastos pelo orçamento do Teatro. Em 2020 tivemos quatrocentos mil euros, portanto ainda falta quase um milhão de euros nos últimos dois anos, portanto acho que é relevante o suficiente para esperarmos por parte do Executivo que que seja feita um relatório relativamente aquilo que também vai ficar, independentemente de termos não termos ganho o processo, seguramente há coisas que já estão e que ficam para o futuro e portanto acho que é importante que o Executivo preste contas em específico relativamente àquilo que investiu neste dossier.

Portanto em linhas gerais, estas são as notas que encontramos mais relevantes. Há um aspeto também relativamente ao movimento em termos



de número de funcionários que cresceu, está bem explicado no relatório e penso que isso é importante que seja perfeitamente conhecido pelas pessoas. Há melhores e mais condições de funcionamento das escolas do concelho e isso implicou mais funcionários e portanto julgo que o município cresce também com as pessoas que trabalham para ele e portanto isso está a evidenciar também nas contas e não poderia deixar de dar aqui esta nota. Muito obrigado.»

O membro da AM, Daniel Viegas (IL) – «Exm.º Presidente da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, caros membros, vereadores e público presente.

A minha intervenção foi um pouco antecipada em relação à intervenção que acabou de ser feita pelo membro Tiago Botelho, porque incidia em parte no mesmo sentido que tinha a ver com o detalhe acerca do fornecimento de energia elétrica que de facto não consegui igualmente identificar na totalidade. Eu penso que consegui identificar a situação na demonstração orçamental, em que existe um valor que irá transacionar para o ano seguinte, que até é superior ao próprio valor das contas, neste caso o custo do ano 2021. No entanto não é destacado nem no relatório do ROC nem no relatório da Câmara de forma clara. Considerando que estamos a falar de um valor de quatro milhões, penso eu o equivalente a 5% do orçamento da câmara e se a isso ainda juntarmos os primeiros seis meses deste ano que também não estão contratualizados, na melhor das hipóteses, se o contrato correr bem, estamos a olhar provavelmente para uma implicação orçamental de 2022, na ordem dos dez milhões de euros ou seja 20% do orçamento da Câmara. Penso que é um detalhe suficientemente relevante, para embora tecnicamente não necessite constar do ponto de vista informacional e em relação à transparência, penso que seria desejável. Obrigado.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Boa noite Sr. Presidente da Assembleia, boa noite Sr. Presidente da Câmara Municipal, boa noite Srs. vereadores, boa noite senhoras e senhores, membros dessa Assembleia, boa noite aos trabalhadores do município aqui presentes, boa noite ao excelentíssimo público.

Uma nota inicial. Estes documentos dão muito trabalho e têm cada vez mais qualidade. Já alguém referiu aqui se calhar mais do que uma vez, que as contas do município mereciam porventura uma sessão dedicada



exclusivamente para que nós aprofundássemos aquilo que aqui está e que espelha a atividade municipal durante o ano. Mas as coisas são o que são nós temos ideia de que está aqui muito trabalho de muita gente e quando chega a altura de pôr preto no branco as coisas, estamos no último dia, porque acho que hoje é outro dia útil que nós temos, para tratar deste assunto. De facto quer a importância do assunto em termos de conteúdo, quer a qualidade formal de tudo aquilo que aqui está mereceria porventura na minha opinião, que nós nos pudéssemos debruçar um bocadinho mais sobre isto.

De qualquer modo, eu gostava de fazer algumas observações que são recorrentes da bancada da CDU, relativamente a algumas questões que do nosso ponto de vista são questões centrais das contas deste município e porventura não só das contas deste município talvez das contas de muitos outros municípios. Isto tem a ver em primeiro lugar, com uma situação que já foi aqui abordada mas sob outro ponto de vista, da importância que os impostos diretos têm na construção de receitas municipais. Os impostos diretos, seja o Imposto Municipal sobre Imóveis, seja o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, o primeiro reduziu como já foi referido, o segundo cresceu, seja o próprio Imposto Único sobre a Circulação, seja a Derrama. O que é que está aqui envolvido? O que está aqui envolvido são receitas cobradas diretamente sobre as pessoas, sobre as famílias, sobre as organizações no município de Faro. E têm um peso significativo no conjunto das receitas.

Em 2021 devem quase vinte e cinco milhões e meio de euros. Isto confronta com o quê? Isto confronta depois ou com o conjunto nacional de receitas cobradas pela Administração Central através da Lei das Finanças Locais, coloca neste caso nos municípios, para eles darem resposta àquilo que são as suas velhas competências, não estou a falar das novas competências. E o que ressalta embora a aplicação da Lei das Finanças Locais tenha vindo ligeiramente a melhorar. é que nós depois quando olhamos para aquilo que são as transferências correntes, verificamos que as transferências correntes ficam nos 15,5 milhões de euros muito abaixo.

Ou seja, nós há muitos anos continuamos a bater esta tecla. Se se diz que o poder local democrático de um modo geral é um bom aplicador das capacidades financeiras disponíveis, também se deve acrescentar uma



coisa, se ele é um bom aplicador das capacidades financeiras disponíveis em função da satisfação das necessidades das populações, naquilo que é o seu vasto domínio de competências, é que também a Administração Central tem a obrigação de apoiar mais o ponto de vista financeiro, a satisfação das necessidades dos munícipes a partir do aumento do financiamento da Administração Central aos Orçamentos dos municípios. Continuamos a chamar a atenção para este problema. A Lei das Finanças Locais tem de ir mais longe no apoio financeiro aos Orçamentos Municipais deste e dos municípios de Portugal em geral.

Outra coisa para que nós também gostávamos de chamar a atenção e positivamente digamos, aquilo que são as receitas de capital, tem havido e não é uma particularidade deste ano, isto felizmente já se verificado outros anos, tem vindo a registar uma taxa de execução sempre entre os 90% e os 100%, o que se é constatável e se é positivo nós registamos isso. Relativamente à questão das despesas a taxa de execução já não é no seu conjunto tão significativa do ponto de vista das despesas correntes ainda chega perto dos 85% do ponto de vista das despesas de capital embora seja vindo a verificar que tem havido condições para que as despesas capital possam vir a crescer e têm a vindo a crescer, elas pouco passam dos 70%.

Uma última observação relativamente a isto e que nós sempre temos feito e continuamos a fazer e a propósito de uma observação de uma nota que aqui já foi deixada hoje, mas voltávamos a colocar. A Câmara Municipal de Faro, não é de agora é de há vários anos, pensamos que com uma meta do ponto de vista de execução terminar os anos com elevados saldos de gerência. Naturalmente seria muito mau se em vez de terminar com elevado saldo de gerência, terminasse com elevados défices na apresentação das contas. Agora nós achamos que quando às vezes andamos a trabalhar com contas globais da ordem dos sessenta milhões de euros, seria razoável que andássemos ali por volta dos seis, sete, oito milhões, de saldo de gerência. E se nós baixarmos à volta de um milhão de euros, de onze milhões para dez mil e qualquer coisa, de 2020 para 2021 e terminássemos em 2022, com seis ou sete milhões de saldo de gerência um que não deixava de ser bom talvez o problema que aqui foi colocado á bocado que é extremamente importante para a vida do nosso município, com o apoio a todas as formas de associativismo, não tivesse a



prever trezentos, quatrocentos ou quinhentos mil euros. Porque nós estamos a colocar, do nosso ponto de vista erradamente no prato da balança o associativismo pagar a crise resultante do aumento extraordinariamente elevado do preço da energia elétrica que o município por ventura terá de pagar. Ou seja, estamos perante uma situação que é uma subida exagerada do custo da energia elétrica. Não vamos resolver isso priorizando seriamente o conjunto de todo o associativismo municipal, pela importância que ele tem e pela importância da vantagem financeira tem, para que todo o associativo municipal, uma vez que a gente efetivamente se seja livre de um grau elevado da pandemia, se não forem confrontados com uma pandemia muito mais atenuada, então todo o associativismo cultural, desportivo, juvenil, social e por-aí-fora, não tenha de ser penalizado com uma penalização que em quase nada resolve o problema.

Isto é uma questão eu deixo a consideração da responsabilidade do Executivo Municipal, relativamente à gestão de recursos financeiros disponíveis.

Estes três números na minha frente que me incomodam bastante, desculpem este desabafo, mas sinto que estes três números são uma ameaça à minha liberdade política e individual, que eu procuro ultrapassar não olhando para eles, mas não gosto que eles estejam ali. Terminava relativamente a esta questão com outra observação que tem a ver com a nova com as novas competências. Eu já tenho dito e repito, que as novas competências foram um atentado democrático às Assembleias Municipais. As Assembleias Municipais na prática tinham de ser ouvidas sobre toda a transferência de competências para os municípios e não tinham que ficar para o prolongamento do jogo e quando o Executivo Municipal não aceitasse, então vamos lá bater à porta da Assembleia Municipal pode ser que eles aceitem. Isto para mim foi um atentado democrático base de raiz no processo e mais uma vez eu denuncio.

Para muitos responsáveis municipais é cada vez mais claramente assumido relativamente à educação, relativamente às questões sociais que é uma pesada transferência de encargos que alivia muito o Governo, paralisa muito as autarquias porque está subfinanciado e não tem poder da decisão. Como já por noutras ocasiões tenho dito, que todos estejamos cá vivos e de boa saúde para irmos acompanhando este processo, porque



ele vai precisar muito e quer do ponto de vista da Assembleia Municipal, quer do ponto de vista da Câmara Municipal, quer do ponto de vista de todas as forças políticas aqui presentes, nós podíamos ter a coragem de defender os nossos munícipes perante o jogo que está feito pela Administração Central, seja este Governo ou outro qualquer.

Então o que eu queria dizer é que é quando nós olhamos para a questão do mapa de pessoal e agora que estamos com mil e quinze, de acordo com os números com total de trabalhadores no mapa de pessoal do Município de Faro. Isto é absolutamente uma distorção daquilo que são os recursos humanos disponíveis para a história de autárquicos, Câmara Municipal de Faro. Nós termos cerca de quatrocentos e quarenta e nove trabalhadores afetos às escolas, num conjunto de mil e quinze. Então o Poder Local Democrático e as Câmaras Municipais nasceram, cresceram, tornaram-se adultos para serem transformados num mero prestador de serviços a Administração Central? Isto não faz sentido nenhum! No nosso ponto de vista isto não faz sentido nenhum. Pode dar muito jeito à Administração Central, mas seguramente a todos os membros do Executivo, a uns mais e a outros menos, está dando admito por sim, grandes episódios de dores de cabeça.

Vou terminar dizendo apenas que relativamente ao Teatro Municipal e tendo particularmente em conta o que é que foi o ano de 2020 e o que é que foi o ano de 2021 relativamente àquilo que foi apresentado de atividades no Teatro Municipal deve promover, perante eh uma situação pesada pandémica, quando nós olhamos para a quebra do número de espetáculos e para a quebra do número de espetadores é um facto constatado, se outra maneira é que seria surpreendente portanto não surpreende nada que seja assim.

E apenas faço votos para que de facto nós consigamos atingir e superar os níveis de número de espetáculos de número de espetadores e também a qualidade a que o Teatro Municipal de Faro já nos habituou, deixando apenas um alerta se possível. É que é difícil e nós também somos muito promotores do espetáculo através da oferta de excelentes condições para que os empresários e os espetáculos os venham cá fazer. Talvez aquilo que são os nossos custos comparados com a oferta de benefícios que nós fazemos, pudesse ser a necessidade de melhorar o equilíbrio entre uma coisa e outra. Mas isso será apenas um detalhe,



vamo-nos abster na aprovação destes dois documentos, fazendo votos que tanto aquilo que é da responsabilidade da Câmara Municipal de Faro, como aquilo que é da responsabilidade do Conselho de Administração do Teatro Municipal, encontre no ano de 2022, libertos da pandemia e e esperemos que não contaminados por uma pandemia muito mais grave, possamos ter todos, um bom ano de realizações em 2022.

Sr. Presidente obrigado.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado. Só um à parte. Eu fui ver uma peça teatral há questão de uma semana que era sobre a vida do escritor Luís Sttau Monteiro. Passei dois terços da peça sem ouvir nada, estava também no meio da sala para traz. Portanto não há amplificação sonora nos espetáculos teatrais. Eu penso que isso também se notou nas comemorações do 25 de Abril na peça teatral que foi encenada pelo Grupo de Faro. No final aí sim, foi projetada a voz mais para fora da boca de cena, uma grande homenagem à nossa atriz Eunice Munhoz e que honrou o Teatro Municipal. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado. As suas preocupações são seguramente muito interessantes, mas do ponto de vista objetivo não cabem neste ponto na ordem de trabalhos, pelo que poderão ser tratadas possivelmente independentemente da importância da referência em causa.»

Presidente da Câmara Municipal – «Obrigado Sr. Presidente.

Depois de algumas questões que foram referenciadas, daquilo que li posso estar aqui a incorrer nalguma imprecisão, mas há uma breve referência à questão da energia que a questão da energia não se põe em 2021 praticamente. O contrato terminou em novembro salvo erro, depois disso já foi paga a uma fatura, estamos a acertar em termos burocráticos como é que isso de faz, mas a questão da energia vai-se pôr em 2022, daí que no relatório que é de 2021 não vem essa questão, provavelmente virá no relatório de 2022, em função dos resultados que tivermos do concurso e do resultado que tivermos com a contratação da energia.

Sobre a Capital Europeia da Cultura saiu há dez/quinze dias o relatório do júri, estamos a fazer um relatório final sobre todo o processo, há coisas que ainda estão em processamento, mas quando me o



entregarem darei conta tanto à Câmara como à Assembleia Municipal. Relativamente ao que o deputado António Mendonça referiu dos Impostos Municipais e do Estado, pela primeira vez o ano passado o orçamento foi cumprido integralmente a Lei das Finanças Locais nas transferências do Orçamento do Estado para o Orçamento Municipal, embora exista um défice dos três quatro anos anteriores pelo menos, de cerca de trezentos milhões de euros que ficaram no orçamento que não chegaram a ser transferidos para os municípios e que nós temos isso inclusivamente na Associação de Municípios referenciado e bem calculado e gostaríamos que esse valor um dia ainda chegasse aos municípios. É o que está na Lei das Finanças Locais, ela tem que ser revista, aliás é uma das metas que temos é rever essa questão.

Sobre as novas competências eu continuo a dizer relativamente à educação, as coisas têm corrido bem, acho eu. Na semana passada fizemos uma reunião de acompanhamento com os diretores e concedente representante do Ministério da Educação, estamos a ver se fechamos o relatório de 2020 e 2021, embora as coisas têm corrido bem há um défice certamente de verba que o Ministério da Educação nos tem que transferir. Ela está referenciada em 2020 houve cerca mil euros a menos para a AEC'S que foi transferido para o município, em 2021 houve um défice na ordem dos cem mil euros para cobrir as despesas com o transporte dos alunos com necessidades educativas sociais, na medida em que nós quase triplicamos o número de alunos de 2020 para 2021 e temos alunos que vêm para as escolas de Faro de Largos, de Vila Real por-ai-fora. Portanto esse encargo aumentou, esse valor está referenciado, o Ministério da Educação sabe-o e acho que um dia vou ter esse dinheiro. Embora essa relação como o António Mendonça diz, nunca é uma relação biunívoca porquê? Porque erradamente o Ministério da Educação estava-nos a dar por exemplo para a conservação da Escola da Culatra vinte mil euros. Porquê vinte mil euros? Porque como aquilo tinha ensino mediatizado era considerado como uma escola EB 2,3 este ano deixou de ter ensino mediatizado, deixaram de transferir logo os vinte mil euros. Portanto para cortar foi de imediato, para pagar vamos um dia receber mas as coisas estão a andar.

Relativamente à saúde não está nada a andar, está tudo parado e a Ação Social estamos aqui a preparar as coisas para o próximo ano.



Sobre os recursos humanos e quando se diz que o município tem mais de mil colaboradores, parece que são muitos mas não são. E se pensarmos temos quase quatrocentos e cinquenta nas escolas e quinhentos e cinquenta para o município e que está dentro da linha de mais ou menos do município com a nossa dimensão. Provavelmente muitos outros terão ainda mais do que nós, mas agora como como o António Mendonça diz dá muito trabalho é evidente, mas eu penso que as pessoas estão muito melhor connosco do que estavam com o Ministério da Educação. Porquê? Porque têm acesso ao Presidente da Câmara, têm acesso aos Vereadores, têm acesso a decisões, quando há problemas a gente consegue facilmente mudá-los agrupamento, têm acesso a uma série de coisas que antes não tinham e isso dá essa proximidade e é aquilo que do meu ponto de vista vale para a transferência de competência.

Depois do Teatro o que nós fizemos em 2019 foi muito bom, infelizmente o 2020 e 2021 não foram, fez-se aquilo que se pode, mesmo assim temos tido grandes espetáculos de qualidade. Eu acho que o melhor que fizemos em relação ao teatro nestes dois anos foi o pequeno apoio que não resolveu mas tentou mitigar a questão da pandemia e o apoio que demos a alguns agentes, infelizmente não a todos mas tudo isso. Eu não comungo como a CDU da questão dos Serviços Municipalizados do Teatro, devia ser Empresa Teatro Municipal, porque certamente os trabalhadores estariam muito melhor. Muito obrigado.»

Seguidamente passou-se à votação do ponto n.º 02 – “Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à Prestação de Contas Individuais de 2021 do Município de Faro e Teatro Municipal de Faro – Serviços Municipalizados – Proposta n.º 154/2022/CM”

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 14 (10PS;02CDU;01BE;01PAN)

Votos a favor – 16 (10PSD;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH)



Face ao resultado obtido na votação o referido ponto foi aprovado por maioria, sendo o seguinte o texto da deliberação:

“DELIBERAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 154/2022/CM** e respetiva documentação de suporte, respeitante à Prestação de Contas Individuais de 2021 do Município de Faro – Teatro Municipal de Faro-Serviços Municipalizados, conforme apresentado no ofício n.º 3729, de 21/04/2022, da Câmara Municipal de Faro, designadamente:

- a) Nos termos e para os fins previstos no sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC AP), os documentos de prestação de contas individuais do ano de 2021 do Município;
- b) O Relatório de Atividades e Contas de 2021, parte integrante da prestação de contas do Município;
- c) Nos termos e para os fins previstos no sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC AP), conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, os documentos de prestação de contas do ano de 2021 do Teatro Municipal de Faro – Serviços Municipalizados;
- d) O relatório de gestão, parte integrante na prestação de contas de 2021 do Teatro Municipal de Faro-Serviços Municipalizados;
- e) O resultado líquido do exercício do Município de 1.560.422,21€ (um milhão quinhentos e sessenta mil quatrocentos e vinte e dois euros e vinte e um cêntimos) e que do mesmo seja levado 5% correspondente ao valor de 78.021,11€ (setenta e oito mil e vinte e um euros e onze cêntimos) para reforço das «Reservas legais» e o restante montante de 1.482.401,10€ (um milhão quatrocentos e oitenta e dois mil e quatrocentos e um euros e dez cêntimos) a «Resultados Transitados»;
- f) O resultado líquido negativo do exercício do Teatro Municipal de Faro –Serviços Municipalizados de 20.983,85€ (vinte mil novecentos e oitenta e três euros e oitenta e cinco cêntimos) e que do mesmo seja levado a «Resultados Transitados»

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Favor	10	02	01	01	01	01					16



Contra											00
Abstenções							10	02	01	01	14

A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar o solicitado na Proposta n.º 154/2022/CM.”

Passou-se então ao:

PONTO N.º 03

Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante ao projeto de alteração ao Regulamento de Alienação de Habitações Sociais do Município de Faro – Proposta n.º 500/2021/CM.

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado Sr. Presidente.

Este regulamento foi aprovado talvez em 2017 se não estou em erro. Entretanto tem uma fórmula para a alienação dos fogos, o valor mediano de vendas dos alojamentos em particular nos últimos doze meses aumentou substancialmente e portanto, o que se pretende aqui de alguma forma, é a aprovação não do novo regulamento de alienação, mas é o que uma proposta de alteração ao antigo regulamento e alienação onde na prática o que se faz é uma atualização da fórmula de cálculo do valor do imóvel. Muito obrigado.»

O membro da AM, Teresa Correia (PSD) – Boa noite a todos. Gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, caros vereadores, caros colegas e demais público.

Neste caso a bancada do PSD vai votar a favor. No entanto há um conjunto de questões que efetivamente deveriam ser esclarecidas ou pelo menos mais aprofundadas. Nomeadamente houve algumas questões que foram já colocadas como por exemplo, qual foi a base que levou àquela fórmula, se existe alguma forma de equilibrar as vendas com novas produções de habitação para o cumprimento das necessidades habitacionais. E portanto, face a esse conjunto de dúvidas que de facto são dúvidas mais profundas do que propriamente só a atualização da fórmula aquilo que recomendamos, ou que a bancada do PSD recomenda, é que haja uma ponderação na recente Comissão de Estratégia e da



Habitação que foi criada, para analisar o Regulamento de fundo e criar propostas ponderadas de melhoria ao Regulamento, porque efetivamente é um assunto sensível, mexe com o património municipal e também mexe na verdade com aquilo que vamos colocar no mercado, quando no fundo parece ser evidente que há grandes carências habitacionais. E que e portanto neste caso a bancada do PSD vai votar a favor, mas consideramos que este assunto tem importância suficiente para ser trabalhado de forma mais profunda e se calhar na Comissão de Habitação que foi criada. Portanto é basicamente isto que no fundo recomendamos. Obrigado.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Sr. Presidente, parte o que eu vou dizer relativamente a este ponto, aplica-se também ao ponto seguinte.

Já tem sido manifestado aqui e nós agora voltamos a manifestar outra vez. Nós temos muita dificuldade em analisar uma alteração quando a alteração não está identificada. São afirmadas algumas generalidades, é apresentado o documento, mas isso obrigaria ao estudo comparativo entre aquilo que aqui está e o que era o anterior documento, é um problema para a generalidade dos membros desta Assembleia que pretendam aprofundar um bocadinho os temas é muito difícil. E lembro aqui que já foi prática, até inclusivamente em executivos da mesma linha política deste, já foi prática relativamente aos artigos alterados, confrontar o artigo inicial com o artigo final, para nós facilmente avaliarmos o que é que estava a ser alterado, o que eu confesso que é extremamente difícil conseguirmos entender aquilo.

Relativamente a este caso era muito importante, não sei se será possível, ou se o Sr. Presidente ou alguns dos Srs. Vereadores nos pudessem elucidar disso, para que as pessoas em geral percebam o que é um regulamento, particularmente um regulamento deste tipo. E eu digo isto porque eu tal como a membro Teresa Correia, estivemos muito presentes na construção da versão anterior do regulamento e estas formulas são um bocado duras de roer e nada melhor e mais fácil do que nós apresentarmos dois ou três exemplos de aplicação disto e dizermos assim: temos aqui um apartamento com estas características ou um utilizador com estas características, custava x agora vai custar y. Para nós percebermos como é que aqueles 40% que são referidos relativamente à



valorização imobiliária no mercado em três anos, repercutem na fórmula nas alterações e no resultado final, que é aquilo que vai interessar a nós politicamente conhecer e aos candidatos à compra também perceberem. Isto é: quanto é que isto custava, quanto é que isto vai custar.

Era só obrigado.»

O membro da AM, Luís Coelho (PS) – «Este é um é um daqueles assuntos que os anos vão passando e as dúvidas mantêm-se sempre, não coloco a questão em termos do executivo A ou B ou desta ou daquela cor partidária, a habitação é seguramente um problema que nos interessa a todos tentar resolver. Do lado do executivo as responsabilidades são a todos os níveis e por isso é que que houve a intenção de criar uma Comissão de Habitação, para de alguma forma se puder ajudar a minimizar alguns desses problemas e eles refletem-se até no ato de venda de património. Deve vender ou não deve vender? É correto vender ou é correto alugar? Quer dizer, há toda uma série de dúvidas que existem porque as câmaras, não esta, mas todas as câmaras que têm que gerir património habitacional têm problemas gravíssimos ao nível da gestão desse mesmo património. Inclusivamente ao nível da gestão que muitas vezes quando a câmara aliena, continua a fazer normalmente a gestão desse parque habitacional e se o sistema não funcionar bem, acaba por estar a pagar aquilo que nós tem que pagar nalguns casos, o que tremendamente injusto para todas as pessoas, incluindo para aquelas que têm a expectativa de vir a receber uma habitação social, a custos controlados ou seja o que for.

Portanto nesse sentido eu nunca percebia bem porque não é fácil perceber exatamente como é que funcionam as fórmulas e quando faltar uma fórmula não é fácil atingir o que se pretende alcançar, aliás o que se pretende alcançar é fácil, o modelo é que muitas vezes é difícil de entender.

Agora todos temos essa preocupação e eu pela nossa bancada, parece correto que a proposta tenha condições para a aprovação, mas que possa ser analisada numa Comissão que se pretende que funcione bem para o município. O município tem expectativa de fazer vários programas de habitação social e é bom que tenha um respaldo e uma confiança da Assembleia. Basicamente é isto. Obrigado. Muito obrigado.»



O membro da AM, Gameiro Alves (PSD) – «Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, na pessoa de vossas excelências cumprimento todos os presentes.

Na sequência da intervenção da minha colega bancada Teresa Correia, há situações na Carreira de Tiro, nas casas da Câmara que são altamente espantosas. Todos nós sabemos que há efetivamente pessoas a viverem nessas casas que estão alugadas para outras pessoas e tem de haver uma fiscalização da Câmara sobre esta matéria.

Nós estamos aqui a vender casas e vamos vender casas, que não sabemos se hoje sentimentos dessas pessoas e se alguma vez vão lá habitar. Portanto há um conjunto de situações que precisam realmente, no nosso entendimento, de serem bem esclarecidas. E quando aqui foram criadas as comissões, e ninguém aqui tem que ter receio destas comissões, porque a do 25 de Abril, como o senhor presidente da assembleia municipal aqui referiu e outras pessoas referiram, funcionou muito bem. Porque é que as outras comissões não hão de também funcionar e começar a funcionar? Foram criadas no âmbito da Assembleia Municipal e devem funcionar.

Pode-se aprovar que a Assembleia Municipal faça uma recomendação como foi muito bem feita, de baixar à Comissão de Habitação para no futuro se pronunciar sobre este regulamento. Esta é a nossa posição clara e firme.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Sr. Presidente como foram aqui abordados alguns aspetos desta questão, que nós já participámos aqui há cerca de quatro cinco anos ou coisa parecida. E eu gostaria de colocar aqui e que fundamentalmente tanto quando me recordo, são de dois tipos. Primeiro tipo é este: quem trata da fiscalidade do rendimento das pessoas e das famílias julgo eu, são as Finanças ou a a Autoridade Tributária. Portanto todos os indícios suficientemente válidos, para apuramento de fiscalidades incorretas, alguém deverá providenciar que a Autoridade Tributária intervenha.

Eu digo isto porque o assunto foi muito discutido na altura e há sempre a tentação de nós nos armarmos em Autoridade Tributária. Para além de nós não sermos autoridades nenhuma nesse domínio se há matéria para isso recorreremos a quem de direito.



A segunda questão, é a questão da fiscalização das situações que é da competência do Executivo municipal. E a fiscalização não significa punição. A fiscalização deve significar acima de tudo uma tentativa pedagógica de correção de situações, que poderá usar a sanção se se verificar que isso é imprescindível para se conseguir o objetivo que se deseja que é corrigir e alterar a situação.

E finalmente gostava de referir aqui uma coisa que de certa maneira me parece que foi consensual na época, o que não significa que não esteja carregado de problemas e que foi o seguinte: o processo de alienação do património municipal nas devidas condições, não é isso que está em causa, iria procurar obter um condomínio nisto e o condomínio nisto, era um condomínio em que o município de Faro que é a responsabilidade do seu património ou seja dos apartamentos que era um património municipal e saber dos utilizadores que tinham feito a aquisição do seu apartamento, assumiria a sua quota-parte de responsabilidade no condomínio. E o que é que se procurava com isto? Que um condomínio misto fizesse crescer um grau de responsabilização e de fiscalização mútua do que é que se estava a passar mal e se deveria passar a bem. Ou seja, se houvesse vontade municipal de melhorar as coisas então a vontade municipal de melhorar as coisas iria procurar ter um aliado daqueles que já eram defensores do património privado dos apartamentos. Foi um bocado consensual que este processo podia ser um processo positivo, para facilitar uma coisa que é uma tarefa até serve para gigantesca devido à dimensão do património municipal, que é gerir convenientemente em função dos interesses do município e a função dos interesses das famílias utilizadoras, esse património municipal. Particularmente numa situação que neste momento é terrível do ponto de vista de carência habitacional no concelho. Neste em particular mas quase de todo o país em geral. Obrigado Sr. Presidente.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado. Se eu bem depreendi as solicitações que foram feitas pela Assembleia e eu quero clarificar, foi uma recomendação do grupo do PSD, para que o assunto fosse discutido na comissão especializada ou seja na habitação. Não, isso foi o que eu ouvi. Uma recomendação da parte do Partido Social Democrata que mereceu a concordância do Partido Socialista para o efeito. Todavia sucede que aqui não se trata de uma recomendação,



porque isto é de facto um direito protestativo de qualquer grupo, basta um grupo exprimir a sua vontade que a matéria seja discutida em especialidade, a matéria é discutida em especialidade a Assembleia Municipal goza da prerrogativa de produzir as alterações de caráter regulamentar segundo a lei que está em vigor e, por força disso, o que sucede neste caso e eu quero saber do grupo do PSD e do grupo do PS se exercem esse direito protestativo para que o assunto seja submetido à apreciação da comissão sem prejuízo de estabelecermos um prazo e depois a versão do que sair na comissão em concreto venha a ser submetida à votação na Assembleia Municipal.»

O membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União de Freguesias de Faro – «Sr. Presidente muito boa noite na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Só para dizer que a posição da bancada do Partido Social Democrata não foi essa. O que foi proferido foi uma opinião de um membro da bancada Social-Democrata, que se reviu numa sugestão de um membro do Partido Socialista.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Peço desculpa mas não foi isso. O Sr. deputado teve desatento! A deputada Teresa Correia, usou da palavra e assinalou a título de recomendação que entendia que o assunto devia ser discutido. O Partido Socialista, assinalou que entendia no mesmo sentido e que portanto apoiava a recomendação que foi feita. E depois isso sim, houve uma intervenção de um membro da bancada do PSD, na qual disse, que entendia que isso devia suceder. A questão que se coloca é se o PSD exerce ou não esse direito protestativo. Se exerce, muito bem, baixa à especialidade. Se não exerce, não exerce e avancemos. Se exercerem desce à especialidade, se não exercerem não desce à especialidade. É a questão assim que se formula.»

O membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União de Freguesias de Faro – «Pronto, creio que não estaria desatento, mas vou dar isso barato sendo que possivelmente estaria desatento.

Mas dizer que a bancada do Partido Social Democrata, considera que a proposta apresentada pelo município tem condições para ser votada e não vê necessidade de ir à comissão.»



Presidente da Assembleia Municipal – «Mas nós não estamos a discutir se a proposta tem condições para ser votada Sr. deputado. Nós estamos a discutir outra coisa. Nós estamos a discutir se a proposta sendo votada e aprovada agora aqui, desce ou não há especialidade, para eventualmente ser alvo de alterações. Se assim for o entendimento das bancadas se nenhuma bancada propuser que se desça à comissão, então faço aqui a votação e a votação que sair daqui é a votação final. É isto que resulta da lei como eu já tive numa ocasião oportunidade de solicitar, que estabelece que os regulamentos são submetidos à apreciação da Assembleia Municipal podem ser imediatamente votados e não ser objeto de alteração nenhuma podem ser aprovados ou reprovados, ou então em alternativa podem ser objeto de alterações dos grupos. Na medida em que na Assembleia Municipal se estabeleceram comissões, o que faz sentido é que isso tenha lugar no âmbito da comissão que foi definido em concreto para a matéria mas isso é uma matéria de opinião política e de avaliação de cada um dos grupos que aqui está presente se entende que esta matéria deve ou não ser submetida a essa avaliação. Se entendem que sim, ela é submetida, se entendem que não, ela não é submetida mas creio que a opinião do grupo do PSD ficou claro e portanto o PSD entende que a matéria pode ser votada.»

O membro da AM, Luís Coelho (PS) – «No fundo, isto é um regulamento que existe e isto é uma alteração de uma fórmula. Com esta fórmula ou com outra o município pode gerir o parque habitacional e abrir concursos e aceitar propostas, não estamos a obstaculizar nada e a nossa intenção seria não votar contra. Agora quando nos aparece uma proposta que nos parece correta nós subscrevemos, portanto basicamente é isso. Desde que percebam bem o que é que pretendem fazer nós subscrevemos, não vamos inviabilizar nada. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Mas a questão agora que se coloca é que se eu bem depreendi a recomendação que o PSD fez não se traduziu numa proposta. Não há neste momento nenhuma proposta! A questão é, atenta àquela que foi a opção do Partido Socialista, se o Partido Socialista deseja apresentar uma proposta nesse sentido ou não. Se deseja, deseja, se não deseja, prossegue-se, o Sr. Presidente responda às questões que foram formuladas, avançamos e vota-se o regulamente como entenderem.»



O membro da AM, Luís Coelho (PS) – «Nós podemos apresentar a proposta nesse sentido porque se falou. Mas é bom que seja entendido que não fomos nós que apresentamos. Nós estamos de acordo em que se estude essa situação.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Portanto vou entender a formulação como o exercício de direito protestativo do Partido Socialista e procedemos à votação do regulamento porque temos que o votar de qualquer das formas e o regulamento durante trinta dias fica na comissão de habitação e daqui a trinta dias se houver propostas de alteração, elas têm que ser submetidas na reunião subsequente da Assembleia Municipal para que o plenário da Assembleia Municipal delibere sobre a matéria.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Obrigado Sr. Presidente, na sua pessoa saúdo os senhores vereadores, Exm.ºs membros da Assembleia Municipal, Exm.º público.

Eu participei e até houve uma grande discussão com os utentes das casas de habitação social que são propriedade da câmara. Isto é um processo um bocado complicado e este regulamento foi salvaguardar, quer a posição da Câmara quer a posição dos membros da Assembleia Municipal. É um documento que deve ser sustentado com uma votação global desta Assembleia Municipal, que é para não dizerem que a responsabilidade é de A ou é de B. E para que isto tenha algum sucesso a gente sabe que a fórmula é demasiado complexa, há aqui algumas alguns caminhos sinuosos que dificulta a qualquer pessoa que more numa casa de habitação social na Carreira de Tiro, tem algumas dificuldades em fazer uma leitura correta deste documento. Por isso a proposta do Partido Socialista, sem inviabilizar o documento, tem que haver um documento que sustenta e que encaminhe à alienação das casas. Mas há aqui coisas que devem ser corrigidas e volto a dizer só com um consenso global este documento não vai ser um documento que se diga lá fora em relação às pessoas que têm lá nas casas e que estão interessadas em comprar. Olhe o PSD votou a favor. O PS absteve a CDU votou contra. Eu penso que é um documento demasiado importante que de facto consiga aqui congrega a maioria dos membros da Assembleia Municipal, até para salvaguardar a própria posição da Câmara. Portanto da minha parte, eu acho muito bem e defendo a proposta que vai ser aprovada e que ela deve ser remetida à comissão para analisar em profundidade algumas questões que são



pertinentes. Principalmente na questão da forma e do acesso que as pessoas têm que ter, que querem comprar uma casa não têm dinheiro e têm que pedir ao banco. Porque de facto é aqui que está o cerne disto. Agora as pessoas ou têm condições ou não têm condições. Esta é a minha opinião.

Acho que a comissão existe, o documento vai ser aprovado, mas deve baixar à comissão para analisar com mais profundidade as alterações que foram feitas. Tenho dito obrigado.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Estou a ficar um bocado bralhado. Um bom bocado baralhado. Se isto é aprovado ponto final, parágrafo muda de linha. Isto é o meu entendimento Sr. Presidente. Depois desta Assembleia aprovar vai estudar o documento para quê? Para alterar o documento? Qual é o prejuízo e qual é o ganho de nós neste momento não procedermos à votação e dadas as situações criadas aqui, em que de todas as bancadas parece haver mais dúvidas do que certezas nós não teríamos mais a ganhar em estudar o documento e depois votar o documento sabendo aquilo que estávamos a votar? O que é que se perde se durante quinze dias, um mês ou dois meses, nós suspendermos a aprovação do documento?

Era isso que eu propunha face ao que aqui foi dito, a comissão que estude perceba tudo o que está aqui em jogo, para que todos depois ao votarem, saibam o que é que estão a votar. E mais do que isso, quando cada um de nós for questionado sobre isto, nós sermos capazes de dizer que votamos a favor ou votamos contra ou nos abstermos, sabendo daquilo que estamos a falar. Obrigado Sr. Presidente.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Só para registrar o seguinte esclarecimento que creio que a sua dúvida é oportuna e foi colocada.

Para que para que isto seja debatido na comissão tem que haver uma aprovação prévia a dizer que se concorda com os princípios ou não, senão rejeita preliminarmente ponto final está resolvido. Não faz sentido nenhum depois vir a ser objeto de alterações de uma comissão para o efeito. Portanto tem que haver uma maioria que entenda que os princípios genéricos estão aqui são de prosseguir e portanto é por essa razão que faz uma votação.



E eu quero referir uma vez mais e já de outra vez foi uma questão colocada da bancada do PSD e eu explicito o que a lei estabelece é que matérias como matérias de caráter regulamentar, são matérias que o Executivo goza da prerrogativa da propositura e à Assembleia Municipal goza prerrogativa da conformação do teor concreto. Porquê? Porque são normas de caráter geral e abstrato. E sendo normas de caráter geral e abstrato, por excelência entende que o órgão deliberativo é aquele a quem compete a última palavra para tomar essas decisões. E portanto isto é do ponto de vista da lei em vigor e é por isso que se há uma bancada que solicita que a matéria seja detida, até podia apresentar logo as propostas da alteração aqui. As bancadas se hoje tivessem apresentado aqui propostas de alteração nós tínhamos que andar até se fosse preciso fazer uma alteração artigo a artigo, porque uns não concordavam com a fórmula ou outros entendiam que o princípio fundamental que sobejava a proposta do Executivo estaria errado, ou sei lá porque razão.

A questão aqui é que nós termos criado as comissões e estando criadas as comissões, o que faz sentido se o entendimento de alguns dos grupos é no sentido de submeter isso a essa apreciação por um período que eu creio trinta dias ser suficiente. E depois ver se há nascerem da auscultação da Assembleia Municipal da comissão, propostas de alteração, essas propostas são votadas na Assembleia Municipal. Se não nascerem fica o texto que foi apresentado pelo executivo e depois cada um vota finalmente o texto executivo. O texto que está aqui neste momento é um texto indicativo daquilo que é o sentido genérico da Assembleia Municipal e é por isso que ele tem que ser votado e ao ser aprovado depois pode ser objeto dessas alterações. E portanto a explicação deste ponto de vista é absolutamente claro e creio que não deverá oferecer dúvidas a quem é conhecedor da legislação em vigor.»

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado Sr. Presidente.

Eu queria só referir que este regulamento que foi aprovado em reunião de Câmara esteve em apreciação pública durante o prazo normal e legal, não teve participações e está hoje aqui para apreciação da Assembleia Municipal.

Deixem-me dar aqui duas notas. Em média em função da longevidade do inquilino e conseqüentemente da pessoa que está a adquirir a casa nós estamos a vender casas em média, a vinte e nove mil euros



e esta atualização vai passar para quarenta e qualquer coisa. Portanto em média o que estamos aqui a fazer é essa questão.

Dizer que nós instituímos em dois mil e vinte e um e penso que na Carreira de Tiro já estão todos, no Alto Santo António estava tudo em propriedade comum, já fizemos a propriedade horizontal e estamos neste momento a constituir condomínios. E porque é que estamos a constituir condomínios? Por duas razões fundamentais. Primeiro o município andou durante décadas a pagar obras em prédios com privados lá dentro, Eu próprio fiz isso nos últimos anos, pintamos e arranjamos todos os prédios do município de habitação social e alguns na Carreira de Tiro, mas quarenta por cento não são nossos, mas era sempre o município a pagar. E portanto isso acabou na última reunião, porque ainda estão habituados a isso numa reunião de condomínio toda a gente achava que o município é que tem que pagar. Eu digo não, eu pago a minha parte, há a cinco mil euros de obra para fazer, eu pago três mil e quinhentos ou lá o que for e o resto pago uns outros e portanto estamos a fazer isso.

Eu pedia ao membro Gameiro Alves, que nos dissesse concretamente qual é o fogo que está alugado, porque nós temos andado em cima disso temos feito vistorias, mas se algum existe que nos diga diretamente qual é para a gente ir lá. Não estou a dizer que não existe, mas se existir certamente atuaremos como estamos a atuar e temos vários casos em tribunal sobre esse sobre aspetos ligados à Habitação Social.

O membro Carlos Alberto, falou que as pessoas têm pedido dinheiro ao banco. Ninguém pede dinheiro ao banco, o banco somos nós, portanto as faz-se a escritura, ainda a semana passada fiz essas duas, fui eu mesmo que fui lá fazer a escritura, faço a escritura dão um sinal salvo o erro é 10% é o que está é o que está no regulamento e dizem em quantos anos querem pagar e há um limite que também está no regulamento e ficam a pagar uma renda. Portanto o banco neste caso é o município aliás é muito fácil, porque só tem que nos comunicar isso e a seguir vai à câmara e faz-se a escritura. Era só para esclarecer isso. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado Sr. Presidente.

Prosseguiremos para a votação do ponto número três, a proposta 500/2021 da Câmara Municipal o Regulamento da Alienação de Habitações Sociais do Município de Faro. Sendo que quando ficou claro



se a proposta vier a ser aprovada a comissão de habitação tem um prazo de trinta dias para a devolver à Assembleia Municipal, para ser agendada com ou sem alterações com uma comissão ou como os grupos municipais assim entenderem. Quem vota contra? quem se abtém? Quem vota a favor? Portanto a proposta é aprovada pelos grupos do PSD CDS, MPT, PPM, CHEGA, Partido Socialista, abstenção das mais bancadas e fica no âmbito da comissão pelo período de trinta dias.»

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 04 (02CDU;01BE;01PAN)

Votos a favor – 26 (10PS;10PSD;02CDS;01MPT;01PPM; 01IL; 01CH)

Face ao resultado obtido na votação a proposta foi aprovada por maioria sendo o seguinte o texto da deliberação:

“DELIBERAÇÃO:

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 500/2021/CM** e respetiva documentação de suporte, respeitante ao projeto de alteração ao Regulamento de Alienação de Habitações Sociais do Município de Faro, conforme apresentado no ofício n.º 2806, de 29/03/2022, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Favor	10	02	01	01	01	01	10				26
Contra											00
Abstenções								02	01	01	04

A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar o solicitado na Proposta n.º 500/2021/CM.”

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 04



Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante ao Regulamento de utilização de veículos municipais de transporte coletivo de passageiros – Proposta n.º 139/2022/CM.

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado Sr. Presidente. Como acabou de referir, nós temos desde dois mil e dez um Regulamento de Utilização de Veículos Municipais, os próprios serviços apresentaram algumas alterações relativamente a esse Regulamento que tem a ver basicamente com legislação, esteve em consulta pública e veio agora aqui para apreciação. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado. Não havendo inscrições, passaremos à votação deste Regulamento, o qual por ninguém ter exercido nenhum direito de natureza protestativa, obviamente o resultado que provier da votação, significa aprovação ou a rejeição do Regulamento em causa.

Proposta n.º 139/2022 da Câmara Municipal. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Regulamento é aprovado com votos favoráveis do PSD, Partido Socialista, CDS, MPT, PPM, CHEGA, PAN, Bloco de Esquerda, Iniciativa Liberal e a abstenção da CDU.

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 02 (CDU)

Votos a favor – 28 (10PSD;10PS;02CDS;01MPT;01PPM;01CH;01IL)

Face ao resultado obtido na votação a proposta foi aprovada por maioria sendo o seguinte o texto da deliberação:

“DELIBERAÇÃO:

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 139/2022/CM** e respetiva documentação de suporte, respeitante ao Regulamento de Utilização de Veículos Municipais de Transporte Coletivo de Passageiros, conforme apresentado no ofício n.º 3504, de 13/04/2022, da Câmara Municipal de Faro.



Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Favor	10	02	01	01	01	01	10		01	01	28
Contra											00
Abstenções								02			02

A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar o solicitado na Proposta n.º 139/2022/CM.”

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 05

Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 484m², no âmbito do Processo de obras n.º 436/2021, em nome de Didier Dominique D. Defeu – Proposta 153/2022/CM.

Presidente da Câmara Municipal – «Obrigado Sr. Presidente. A proposta cento e cinquenta e três, é aquilo que acaba de referir e que está no título da proposta que é a afetação ao domínio público municipal de uma parcela de um terreno de 484m², que vem à posse do município por força da aprovação de uma licença de remodelação e ampliação de uma habitação. Muito obrigado.»

O membro da AM, Teresa Correia (PSD) – «Boa noite a todos mais uma vez ao Sr. Presidente da Assembleia e restantes.

Eu quero só fazer aqui uma pequena referência mas nós vamos votar a favor. Isto é uma das muitas parcelas que vêm à Assembleia, mas eu queria só dar aqui nota de uma questãozinha de pormenor que é a seguinte. Esta parcela por acaso tem quatrocentos e oitenta e quatro metros quadrados que basicamente é bastante relevante, mas tem tudo a ver com o facto da confrontação do terreno estar confrontado com um caminho público e portanto, como confronta com o caminho público tem estado a aplicar dois artigos do Regulamento Geral de Estradas e Caminhos Municipais que é o artigo 59º e 60º o qual refere que as



vedações devem ser colocadas quatro metros ao eixo do caminho marginal ou no caso de estradas a cinco metros ao eixo.

Este regulamento é muito antigo é mil novecentos e cinquenta e seis, portanto desde novecentos e cinquenta e seis que é aplicado este tipo regulamento. No entanto, o que eu quero no fundo aqui salientar, é que o regulamento não diz que é obrigatório a cedência, ou seja a vedação tem que ser colocada a quatro metros ao eixo. A cedência não é um ato próprio das operações urbanísticas comuns. As cedências são normalmente objeto de obrigação legal a nível de loteamentos. Portanto os loteamentos ou alterações semelhantes a loteamentos ou operações de impacto relevante desculpem lá o tecnicismo, são operações que obrigam a cedências. As operações urbanísticas que são meras alterações de ampliações e construções, as pessoas fazem doação porque efetivamente há uma interpretação legislativa da vedação ser colocada a quatro metros ao eixo. Mas pronto, é um ato voluntário mas basicamente não é uma obrigação legal e por isso é que eu digo que é preciso ser um pouco de sensibilidade para perceber as necessidades efetivas de interesse público para essas cedências ou se estamos no fundo a querer obrigar receber quando no fundo pode não haver interesse público também naquele alinhamento. Portanto era só uma chamada de atenção porque de facto uma doação não é exatamente igual a uma cedência. Obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado. Vamos então proceder à votação da proposta 153/2022 da autoria da Câmara Municipal. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovado por unanimidade.

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 30

Face ao resultado obtido na votação a proposta foi aprovada por maioria sendo o seguinte o texto da deliberação:

“DELIBERAÇÃO:

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou



e votou o solicitado na **Proposta n.º 153/2022/CM** respeitante à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 484 m², no âmbito do Processo de obras n.º 436/2021, em nome de Didier Dominique D. Defeu, conforme apresentado no ofício n.º 3505, de 13/04/2022, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Favor	10	02	01	01	01	01	10	02	01	01	30
Contra											00
Abstenções											00

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o solicitado na Proposta n.º 153/2022/CM.”

Passou-se então ao:

PONTO N.º 06

Indicação dos elementos que terão assento no Conselho Municipal da Juventude de Faro (JuvFaro)

Presidente da Assembleia Municipal – «A única coisa que eu peço para este ponto ser cumprido, é que as bancadas procedam às indicações dos elementos em causa. Portanto pode até não ser hoje dar o conhecimento dos elementos em causa, mas podem fazer chegar à mesa e a mesa tornará público, todos os que forem indicados. Eu creio que todos estejam cientes das indicações que têm que fazer, creio eu. Ou desejam que a Mesa repita?»

Um representante de cada partido político com assento na Assembleia Municipal. E no caso, um representante de cada juventude partidária com representação na Assembleia Municipal. Portanto há caso em que há duas indicações, creio que provavelmente no caso do PSD e do Partido Socialista e provavelmente haverá apenas lugar a uma indicação nos demais casos. Algum esclarecimento?»

O membro da AM, Daniel Viegas (IL) – «Obrigado, Sr. Presidente. É só para esclarecer, o representante não tem de ser membro da Assembleia Municipal? Muito obrigado.»



Presidente da Assembleia Municipal – «Muito bem, aguardaremos as indicações e prosseguiremos para o ponto número sete, que trata da apreciação da informação escrita do Sr Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade da autarquia e da situação financeira do município, nos termos da legislação em vigor.»

PONTO N.º 07

Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado Sr. Presidente. Sobre os processos em contencioso das coisas mantém-se mais ou menos nesse mesmo nível de grandeza.

Na receita corrente, de luz quase cinquenta e seis milhões de euros que está no orçamento já foi liberado quase 21.5 milhões de euros. O endividamento passou de treze setecentos para catorze cento trinta e oito euros, tem a ver com o empréstimo que temos para aquelas cinco obras que estão a desenvolver-se. Na receita de capital está cobrado quase um milhão e oitocentos, a despesa de capital comprometido dos vinte e quatro já temos quase quinze milhões, faturado dois milhões, pago quase dois, há apenas no momento em que estes dados foram levantados trinta e três mil euros de faturas de capital para pagar.

Na despesa corrente, dos quarenta e quatro há trinta e cinco e meio já comprometido faturado, dez e meio pago e há meio milhão que está entrando.

Eu queria deixar aqui um apontamento para os regulamentos que estão neste momento em alteração. O projeto regulamento municipal de exploração de modalidades afins de jogos de fortuna ou azar, que está em consulta pública até dia dezassete de maio foi aprovado em câmara e está em consulta pública. O regulamento de funcionamento do Centro de Recolha Oficial de Animais de Faro também, este vai agora para consulta pública, está apenas a aguardar que os serviços do Diário da República o publique para depois ser vinte ou trinta dias de consulta pública.



O Regulamento Municipal da Comissão de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa está até dois de maio em consulta pública, o Regulamento Municipal do Ruído onde foi atualizado feitas algumas as alterações, foi publicado agora e está em consulta pública até dois de junho. O Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e da Prestação de Serviços do município de Faro está para publicação e depois estará durante esses trinta dias em consulta pública. Também o Regulamento para o Jardim da Alameda que está também para publicação para consulta pública e depois dois Regulamentos que tem a ver com os serviços da FAGAR, que é o Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e o Regulamento de Serviços de Abastecimento publicado de Água em Saneamento de Águas Residuais Urbanas, que também foi à reunião de Câmara e está neste momento para publicação em Diário da República para consulta pública nos prazos legais. Depois analisaremos as participações se elas existirem e enviaremos à Assembleia Municipal.

Para além disso participamos no décimo primeiro aniversário da Delegação do Algarve dos Fuzileiros, também o aniversário do Museu Municipal, um excelente equipamento que a todos orgulha. Estive na Figueira da Foz na apresentação do passeio Lés a Lés que este ano parte de Faro e termina em Bragança, dias nove, dez e onze de junho. Participamos aqui neste mesmo salão, numa cerimónia do centenário da Associação de Futebol do Algarve. Também estivemos presente no encontro Regional de Inovação e Boas Práticas do Envelhecimento Ativo e Saudável.

O vigésimo aniversário do Moto Clube de Estoi, a primeira festa Motar que realizaram eles pós-pandemia. A inauguração do Algarve TEK de Campos o acelerador de empresas na Universidade do Algarve, onde foram construídos quatro mil metros de espaço para este tipo de empresas e que está cheio, inclusivamente nós fizemos uma alteração ao loteamento do complexo desportivo, onde temos lá um lote onde se pretende construir mais doze mil metros quadrados de área útil para instalar mais empresas neste projeto.

Tivemos no lançamento da Central Voltaica do Medronhal, que está neste momento em construção, quem passar lá já vê lá as obras e que se espera até final deste ano possa estar em produção no momento em que a energia



para nós é mais fundamental ainda com que era antes. O Sporting Clube Fareense que comemorou o centésimo décimo segundo aniversário; a Meia Maratona da Água de Faro; o DANCART; da Feira do Queijo e do Vinho, quero deixar aqui os meus parabéns à Junta de Freguesia de Faro pelo sucesso deste certame que há dois anos que não se realizava; a Associação de Fado que comemorou o seu décimo aniversário, uma associação muito importante para todos nós e que preserva esta que é a nossa canção. Depois tivemos uma visita à cantina da Escola Neves Júnior, onde todo o refeitório foi feito de novo, não foi remodelado foi construído de novo, um investimento de cerca de trezentos mil euros e que não foi pago pelo Ministério da Educação, foi pago pelo município, mas foi uma opção minha. Aliás estamos a fazer o projeto de requalificação da Neve Júnior e da Afonso III, que estão referenciadas junto ao Ministério da Educação como escolas de intervenção por parte do Ministério da Educação, aqui as coisas já estavam muito mal e decidimos avançar com esta obra que ficou muito bem.

Reunião com o novo Comandante da Distrital da PSP; tivemos neste fim-de-semana passado no trigésimo aniversário do Grupo 166 dos Escuteiros do Montenegro, onde para além do aniversário tivemos a inaugurar as instalações novas, que foram feitas com as verbas de dois mil e vinte e um do Orçamento Participativo do Município. O Clube Desportivo também realizou o seu octogésimo quarto aniversário numa comemoração que durou três dias; o Moto-quedas também voltou a fazer e depois estivemos como todos penso que aqui participaram nas comemorações do 25 de Abril numa cerimónia muito conseguida no Teatro Municipal logo no dia 24 e depois no dia 25 as celebrações habituais no Teatro Lethes, que também enriqueceu muito estas mesmas comemorações.

E ainda no dia 25 de Abril inauguramos um conjunto escultórico feito pelo nosso grande escultor Tó Quintas, na rotunda do Vale das Almas onde foram colocadas três motas ou três figuras simbolizando ao fim ao cabo o Moto Clube e de uma homenagem que fizemos ao Moto Clube.

Também visitamos os 11 Esperanças, que realizou uma obra com 50% do município 50% através do IPDJ naquele programa de PRID - Programa de Remodelação de Infraestruturas Desportivas, onde os diversos clubes se candidatam ao IPDJ e o IPDJ financia 50% das obras e nós colocamos os outros 50%. Aqui das várias que foram feitas o ano passado os 11



Esperanças foram uma delas e depois tivemos também no Ginásio Clube Naval, onde também o PRID deu verba e nós os outros 50% e remodelaram todos os balneários daquelas instalações.

Tivemos na apresentação deste ano do resultado e do Orçamento Participativo. Muito obrigado.»

Por se ter ausentado o presidente da Assembleia Municipal, assumiu a presidência da Mesa o 1º Secretário.

Presidente da Assembleia, em exercício – «Muito obrigado Sr. Presidente. Muito boa noite a todos, cumprimento o Sr. Presidente, os vereadores aqui presentes, todos os membros de todas as bancadas presentes nesta Assembleia e naturalmente também o público que nos acompanha hoje aqui presencialmente.

Penso que o Sr. Presidente foi substancialmente claro, não sei se há algum aspeto que quisessem ver referido.»

O membro da AM, Elza Cunha (PAN) – Boa noite Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal em substituição do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento V. Ex^a. e na sua pessoa todos os presentes.

O PAN gostava de aproveitar esta oportunidade para colocar ao Executivo algumas questões sobre as Grandes Opções do Plano.

Assim sabemos que já foi dado início à construção do Centro de Recolha Animal e gostaríamos de saber qual o ponto da situação e quando é que se pensa que este esteja terminado, se é que é possível fazer esta previsão.

E também no mesmo sentido relativamente às obras da Mata do Liceu e do Jardim da Alameda, para quando a sua conclusão e se há previsões. Muito obrigada.»

O membro da AM, Márcia Bernardo (CDU) – «Muito boa noite ao Sr. Presidente em exercício, boa noite a todas as pessoas presentes. Eu gostaria de colocar uma questão ao Sr. Presidente da Câmara. Queria-lhe perguntar em que ponto se encontra o projeto “Crescer Ativo” que supostamente deveria estar vigente nos jardins de infância do concelho. Muito obrigado.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Sr. Presidente em exercício, a questão já foi colocada em relação a duas obras, mas na nossa ideia queria pedir ao Sr. Presidente da Câmara, que nos esclarecesse e



que nos fizesse o ponto de situação sobre não só destas duas, mas o conjunto daquelas cinco obras relativamente às quais foi contraído um empréstimo julgo que junto da Caixa Geral de Depósitos.

Então o que nós podíamos ao Sr. Presidente é que nos desse uma informação sumaria que fosse, sobre a situação das obras e perspetiva e as perspetivas são sempre sujeitas a contingências naturalmente, mas que nos desse uma perspetiva de quando se prevê o final dessas cinco obras, daquelas duas mais as outras três. Obrigado Sr. Presidente.»

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado Sr. Presidente. Relativamente às cinco obras, estão todas a decorrer não faço a mínima ideia quando é que acabam. Isto pode parecer curto e duro.

Nós tínhamos pensado no dia 25 de Abril inaugurar a Alameda, mas temos um problema na Alameda que não há piso, aliás é o que falta para estarmos lá são os pisos dos diversos percursos. O resto está praticamente pronto ou que não está pronto não punha em causa a abertura da Alameda, mas não há piso. Ele está encomendado e não chegou a tempo para inaugurarmos no dia 25 de Abril. Ainda hoje falei com o empreiteiro e falei inclusivamente com o outro e não tem um prazo para isso. Aliás ali não é asfalto, mas por exemplo em relação a massas se vocês repararem e provavelmente já repararam, temos um conjunto de ruturas na cidade, em que elas foram arrançadas e vai para lá terra. Porquê? Porque não há mato! As centrais não trabalham todos os dias, elas são encomendadas e portanto o que vai acontecer amanhã depois um dia desses chega a um camião de massas e a gente passa aquilo tudo mas aliás isso já aconteceu há um mês e tal e portanto temos esse problema. Para Alameda logo que chegar as massas para os pisos, a gente a seguir abre logo aquilo que é o que falta pelo que sei.

A mata do Liceu está a andar, é uma obra que só estará pronta no início do próximo ano ela começou há dois meses e está a andar com muita dificuldade porque os preços dos materiais dispararam. O senhor todas as semanas vêm cá mas já tivemos inclusivamente nalgumas situações, revisões de preços, mas essas revisões de preços são muito insuficientes naquilo que é preciso e portanto ela está andar.

O Centro da Recolha Animal está também a andar e aí as coisas estão mais ou menos. A nossa perspetiva era que a seguir ao verão ou durante o



verão que que estivesse, mas é assim, esta data pode perfeitamente dilatar, aliás relativamente a isso estão neste momento abertos concursos para docentes operacionais, estão também para assistentes técnicos, para um enfermeiro animal, o veterinário nós vamos buscar ao concurso, vamos buscar mais um. Neste momento estão abertos os concursos, se souberem de pessoas que estejam interessadas, que façam a sua candidatura.

Relativamente à Terceira Circular, as coisas estão a andar bem, esta semana penso que amanhã a Estrada da Penha vai ser cortada já assinei ontem o edital, vão começar a fazer a rotunda e portanto está numa fase de andamento, penso que mais dois ou três meses estará concluído.

O Centro Cultural da Borbeira, também está em elaboração, vamos ver se depois do verão eventualmente estará concluído. Mas como disse, esse prazo neste momento tendo em conta a situação económica, são meramente indicativos e portanto certamente aquilo que eu disse não será antes. Essa é uma certeza que todos nós temos. Penso que já dei aqui essa nota mas darei novamente. A ponte da Praia de Faro, neste momento a empreitada já transitou para nós, o empreiteiro falou connosco e estamos a aguardar que essa situação estabilize, para ver o que é que vamos fazer àquilo, porque neste momento os preços eh que nós temos contratualizados não suportam os custos da obra e portanto o que de alguma forma está combinado é aguardarmos. O empreiteiro quer fazer a obra, nós queremos fazer a obra, mas neste momento não há condições para que a obra avance. E portanto estas são as cinco que estavam no empréstimo e mais a ponte.

Sobre o cheiro ativo não tenho aqui informação, mas se conseguir telefonar eu depois dir-lhe-ei está bem? Obrigado.»

Presidente da Assembleia, em exercício – «Muito obrigado Sr Presidente. Cumprido este ponto da ordem de trabalhos, vamos entrar no período de intervenção e esclarecimento destinado ao público.»

Seguidamente passou-se ao:

III - Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público.



Município António Mateus - «Boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros Municipais, digníssimo público.

Espero ser breve na minha intervenção, visto ser o único presente a falar e a legislação obriga a dar acesso a trinta minutos ao público e eu quero ocupar esse tempo, quero realmente poder falar e expressar o que vai na minha alma.»

Presidente da Assembleia em exercício – «Naturalmente aquilo que diz o regulamento é que cada um dos elementos do público tem direito a cinco minutos e não trinta, é só para fazer essa ressalva. Naturalmente que à semelhança do passado temos sempre alguma tolerância e acho que é da gestão desta boa tolerância de quem conduz os trabalhos e de quem também apresenta as suas preocupações que podemos trazer aqui um bom contributo que é aquilo que se pretende ao fim ao cabo.»

Município António Mateus - «Eu acho que sim para bem de todos, desde que não me dê tolerância zero.

Eu pretendo um esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara Rogério Bacalhau Coelho, sobre um loteamento localizado no Montenegro próximo da Rua Soldado Ferrer, em nome do Sr. José Ribeiro Pinheiro Ramos. Três lotes, adquiridos para a autarquia farenses para alojamento dos pescadores da Praia de Faro, tendo como ponto de partida a forma selvagem da Polis Litoral Ria Formosa, presentemente extinta, em habitações executadas ao longo de vários anos com muito sacrifício e suor desses homens.

Seguindo em frente. Para um esclarecimento digno e transparente ao município António Mateus, os citados lotes com as seguintes áreas: 252m², 280m² e 253m², para construção de vinte e quatro fogos. Procura-se saber se a tipologia nesse local pode ascender a três pisos. Processos camarários 381, 383 e 386/17, aguardando o parecer do Instituto Nacional da Habitação, a fim de dar cumprimento à palavra de V. Ex.^a para com os lesados.

Mais acrescento, a aquisição a um valor “simbólico” de um milhão setecentos e noventa e sete mil euros, quando o projeto elaborado foi a autarquia farenses como se pode confirmar. Esse capital de investimento está parado aguardando uma resposta pontual do Sr. Presidente Rogério Bacalhau Coelho, para com os munícipes e contribuintes deste concelho.



Falando em seguida na área social da Câmara Municipal de Faro e da Segurança Social de Faro. Sem dar resposta de forma comprovada a seres humanos a dormirem na via pública, à chuva, à intempérie, fazem as suas necessidades à vista de quem circula na capital algarvia. É um ótimo cartão de visita, onde não existem casas de banho públicas. A capitalidade está-se a perder em várias vertentes. É lamentável tal situação!

Falando agora daquilo que pesa na bolsa dos pagadores de água mensalmente. Fagar e aqui está um alerta para o Sr. Presidente do Conselho de Administração da Fagar, Paulo Gouveia da Costa.

Quanto à limpeza da cidade continua em certas zonas como passo a citar: sítio do Bom João, Vale Carneiros, Alto Rodes, Heróis da Pátria. São locais que neste momento precisam de um atendimento digno, de forma a que se consiga ultrapassar aquilo que está mal e eu como consumidor, anualmente pago seiscentos euros de água e dos complementos que vêm na faturação. Meus caros, a água está muito cara, as despesas são constantes e o povo neste momento, não têm condições económicas derivado à pandemia e derivado às condições de vida que não estão na melhor forma para que tenhamos água ao preço que está. Porque a Câmara Municipal de Faro na pessoa do Rogério Bacalhau, tendo 51% de capital nesta empresa, esta empresa tem que realmente dar uma resposta diferente aos consumidores deste produto “água”.

Boa noite, muito obrigado e desculpem de incomodar.»

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. António Mateus e dar nota que esses lotes que está a f não são três, são cinco. Temos o projeto concluído há dois anos, foi submetido ao IRU, foram aprovados, chegou-nos inclusivamente o ano passado em outubro salvo erro, os contratos de financiamento que depois foram anulados. Nesses contratos 40% eram a fundo perdido, 35%,40% era juros bonificados e o restante era a fundos próprios. Esse contrato na altura eram dois, porque era também a construção de fogos de Habitação Social na Rua Ludovico Menezes, foram anulados e fomos candidatar ao PRR. A informação que tenho é que essa candidatura já foi aprovada e portanto estamos à espera da comunicação dessa mesma candidatura. Sendo aprovada e assinados os contratos de financiamento que são a 100%, espero que nos próximos meses logo que essa situação esteja concluída possamos lançar o concurso da construção desses fogos.



São quarenta e nove fogos do Montenegro e vinte e quatro fogos numa outra operação na Rua Ludovico Menezes, onde inclusivamente esses fogos têm lá um equipamento cultural também adstrito.

Relativamente às restantes questões tomei nota. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia em exercício – «Muito obrigado Sr. Presidente. Está concluído o ponto relativo à intervenção do público, vamos então passar para as moções.

IV MOÇÕES

O membro da AM, Álvaro Patrício (CDS) – «Obrigado Sr. Presidente em exercício, mais uma vez uma boa noite a todos os membros desta Assembleia.

Passo então a ler a recomendação.

“Faro mais limpo

O concelho de Faro tem uma vasta rede de “Ilhas de depósito de resíduos” instalada por todo o território do município, oferecendo uma capacidade regular de recolha de resíduos.

Em todos os territórios do concelho de Faro, a missão de recolha dos resíduos urbanos, que são depositados na “Ilhas do depósito”, são da responsabilidade da empresa FAGAR, S.A, bem como a manutenção da capacidade instalada, quer na qualidade das infraestruturas de depósito quer na capacidade de recolha.

Com alguma frequência os cidadãos, as cidadãs e os visitantes de Faro, são confrontados com resíduos acumulados no exterior dos contentores, sendo constatável que a capacidade dos contentores instalados ultrapassou o limite e que o depósito de resíduos continua no exterior dos mesmos, amontoando-se e contribuindo para a ineficácia da higiene pública, apresentando uma desconfortável imagem urbana a que tem o desprazer de o comprovar visualmente.

Em algumas “Ilhas de depósito de resíduos” instaladas nos aglomerados urbanos deste concelho este acontecimento é crónico e regular tal como por exemplo, sendo representativo de tantos outros, na “Ilha de depósito” edificada no Largo do Carmo, na cidade de Faro.



O grupo parlamentar municipal do CDS-PP vem assim alertar esta instituição, acerca da imagem degradante que esta manifesta a falta de capacidade causa na imagem da cidade, bem como das freguesias e demais territórios rurais do concelho.

Faro deseja evoluir consigo, Faro deseja evoluir com todos.

Os Deputados Municipais eleito pelo Centro Democrático Social (CDS-PP), propõem que a Assembleia Municipal de Faro na sua reunião ordinária, reunida em 29 de abril de 2022, delibere solicitar ao executivo, no uso das suas competências, venha a mandar a empresa Fagar, S.A., para:

- 1. Realizar uma avaliação global da dimensão da capacidade instalada no concelho de Faro, quanto ao parque instalado de “Ilhas do depósito de resíduos”:*
 - Face à capacidade já instalada, realizar uma avaliação realista, tendo em vista verificar se a capacidade instalada é suficiente para garantir e suprir as necessidades regulares dos munícipes do concelho de Faro;*
 - Sinalizar quais as “Ilhas de depósito de resíduos” são “deficitárias na capacidade face às necessidades”.*
- 2. Tendo em vista uma melhor qualidade dos espaços públicos onde estão edificadas as “Ilhas de depósito”, prever uma maior frequência do número de corridas na recolha dos resíduos depositados, em zonas de grande acumulação:*
 - Planear mais corridas na recolha de resíduos;*
 - Realizar maior número de visitas às “Ilhas de resíduos” sinalizadas como “deficitárias na capacidade face às necessidades”, encurtando o tempo de calendário previsto para as corridas de recolha.*
- 3. Realizar a devida análise das expetativas futuras, quanto à capacidade instalada, bem como a frequência e o número de corridas de recolha de resíduos em cada “Ilha de depósito de resíduos”, de forma a criar uma estratégia para os momentos do calendário em que o concelho de Faro acomoda mais visitantes, nomeadamente no verão e épocas festivas.*
- 4. Promover uma campanha de sensibilização destinada ao público utilizador das “Ilhas de depósito de resíduos”, de forma a que não se*



deposite resíduos no exterior dos contentores quando estes apresentarem com a sua capacidade lotada, que os guarde novamente em casa e só os coloque nos contentores devidos apenas quando existir capacidade para o efeito.

5. Louvar o empenho e a motivação dos atuais colaboradores da FAGAR, cujas responsabilidades profissionais estão afetas à limpeza e higiene urbana no concelho de Faro. A saúde e bem-estar dos cidadãos e visitantes do concelho de Faro dependem da atitude e esforços destes profissionais.
6. Tendo em vista melhorar as condições de trabalho dos colaboradores da FAGAR, cuja missão é assegurar a higiene e a limpeza dos locais públicos, aconselhar à FAGAR, a compra de veículos de limpeza urbana, vulgarmente denominados “GLUTÕES”. Disse.»

O membro da AM, Elza Cunha (PAN) – «Muito obrigada Sr. Presidente em exercício.

O PAN congratula o CDS, por acompanhar no essencial as recomendações nossas do PAN, numa recomendação feita por nós há dois meses na anterior sessão ordinária, cuja designação era “Reforçar a Limpeza Urbana dos Espaços Públicos”. Relembramos que a nossa proposta aprovada por unanimidade aqui nesta Assembleia, para além de outros pontos, solicitava o reforço da rede pública de ilhas ecológicas, o aumento substancial do número de locais próprios para colocar o lixo, promovendo os princípios da reciclagem e da revisão da eficácia das rotas de recolha dos resíduos, eliminando o lixo acumulado muitas vezes a transbordar nos locais e estou a citar a nossa recomendação. E vamos portanto, votar a favor da moção eh do CDS-PP. Muito obrigada.»

O membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União de Freguesias de Faro Sé/S. Pedro – «Obrigado Sr. Presidente, na sua pessoa mais uma vez cumprimento todos os presentes.

Sobre esta proposta de recomendação, dizer que a bancada do Partido Social Democrata vai acompanhar. Vai acompanhar porque apoia, vê com bons olhos sempre um esforço de manter a cidade cada vez mais limpa, cidade mais ordenada, arrumada e é esse também o papel que todos nós temos a fazer enquanto autarcas.



Contudo devo dizer e até por uma questão de defesa quase da honra da FAGAR que 80% dos problemas que surgem nestas ilhas de resíduos, não são causados pela remoção ou pelos trabalho executado pela FAGAR, mas sim pela ALGAR. A ALGAR tem uma concessão para a recolha de resíduos recicláveis não só em Faro, mas em todo o Algarve e que por vezes, muitas vezes até, a sua capacidade de remoção desses mesmos ruídos não corresponde às reais necessidades das cidades.

A FAGAR tem alertado para esta situação diversas vezes, inclusivamente as Juntas de Freguesia também alertam para esta questão e têm vindo constantemente a alertar os serviços da ALGAR para esta situação.

Seja como for obviamente que o PSD acompanha e irei terminar da mesma forma como como iniciei, nós autarcas temos esta obrigação, este dever moral de zelar pelo bem da nossa cidade do nosso concelho e é óbvio que que queremos também uma cidade mais limpa, mais ordenada e por isso mesmo vamos votar a favor. Obrigado.»

O membro da AM, João Espanhol (PS) – «Sr. Presidente muito obrigado, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. O Partido Socialista vem por este meio informar que irá votar favoravelmente. Pois acompanha as preocupações espelhadas nesta moção e em particular a questão da sensibilização visto que têm havido imensos grupos organizados de jovens a lutarem por essas mesmas causas e portanto a causa ambiental é também uma causa do Partido Socialista e portanto nós iremos votar favorável. Obrigado.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Sr. Presidente do exercício, nós acompanhamos as preocupações expressas nesta recomendação e o teor da recomendação, assim como acompanhamos a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia da Sé/Pedro.

E nesse sentido, fazemos um apelo a que os executivos, quer o executivo municipal quer o executivo das Juntas, se articulam para proporcionar as duas entidades aqui mencionadas, tanto a FAGAR como a ALGAR. Nós julgamos que isto depende muito do trabalho de ambas e que o trabalho de ambas também depende muito que esta Assembleia Municipal, o conjunto dos membros desta Assembleia Municipal sigam atentamente o que se passa no concelho e



em função disso não se cansem de pressionar uma, duas, ou as vezes necessárias os executivos, porque eles têm tanta coisa que a tendência natural é que aquelas que não são faladas passem a segundo plano.

E até é bom e é importante, que haja uma pressão constante relativamente a assuntos que são de grande importância para o concelho, para os munícipes e para os visitantes. Nesse sentido vamos votar favoravelmente esta recomendação. Obrigado senhor presidente.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado Sr. Presidente. O PPM juntamente com estas bancadas todas que vão aprovar esta proposta sobre as ilhas contentores, a sua localização, recolha atempada e sobretudo a desinfeção local. E congratularmos também com a iniciativa e a proposta dos Glutões, que são pequenas máquinas de escovagem e lavagem do pavimento dos passeios, que é uma novidade. São máquinas que aspiram lavam, desinfetam e higienizam os passeios, que daqui para a frente têm que ter um maior cuidado em função das propostas que vão sempre aumentando em termos de utilização da via pública e estou-me a lembrar a atual situação da semana académica em que há batismos de cerveja a escorrer pelos pavimentos e é pegajoso e fica uma área totalmente suja e que pode ser rapidamente lavada e intervencionada e reposta logo no dia seguinte depois da aspiração e limpeza dessa área. Tenho dito. Obrigado.»

O membro da AM, Álvaro Patrício (CDS) – «Muito obrigado Sr. Presidente em exercício. Era só para fazer aqui apenas dois apontamentos.

Nesta recomendação estamos aqui a falar numa situação em que a Câmara Municipal é contratante de um determinado tipo de higiene urbana, a empresa FAGAR é a empresa que é contratada que assume essa concessão e é responsável pela prestação desse serviço, a Câmara Municipal de Faro só têm é que exigir porque chega-se à frente e paga. Portanto, penso eu que a Câmara Municipal de Faro, nada tem a falar com a ALGAR porque se é assim, se ALGAR presta serviços à FAGAR, deverá sim ser a FAGAR a exigir à ALGAR a prestação de bom serviço conveniente, de acordo com as necessidades. Isto é em relação à responsabilidade de FAGAR e da ALGAR.



Em relação ao ponto cinco que eu estava aqui a colocar em relação a uma campanha de sensibilização pública e civil, ela é extremamente necessária, tal e qual como ali do grupo parlamentar do PS falou e muito bem, existem muitos lixos cá fora e existe a dispersão desses lixos por várias pessoas, por vários jovens, aliás não deveria era ser depositado do lado exterior das ilhas, quando os utilizadores das ilhas têm a sensibilidade e a sensação de que as ilhas estão cheias. Deveriam recuar e deveriam voltar para com o lixo para casa. Agora isto tudo envolve uma determinada formação cívica que nos últimos anos não há nesse sentido. Essa formação cívica poderia ser financiada com a colaboração ou da Câmara ou da própria FAGAR.

Em relação ao ponto seis que era recomendar a não FAGAR à compra dos famosos Glutões, trata-se de equipamentos que podem ser dispendiosos, mas que têm uma produtividade muito elevada face ao clássico carrinho com a senhora ou o senhor com a sua vassoura e a pá, a recolher aqueles pequenos detritos que são deitados na via pública. Obrigado.»

O membro da AM, Célia Gonçalves (BE) – «Muito obrigada, quero cumprimentar o Sr. Presidente em exercício, os vereadores aqui presentes, os restantes colegas e o público.

Primeiro que tudo o Bloco de Esquerda irá acompanhar a intenção de voto dos restantes grupos municipais e irá votar favoravelmente esta recomendação.

Dentro dos vários pontos apontados, é de extrema relevância a sensibilização dos munícipes para a correta deposição dos resíduos. Isso é um problema com que eu me deparo, eu e qualquer um de vós certamente. Eu vivo aqui na baixa de Faro e a verdade, é que essas ilhas que existem não servem somente os “privados”, mas também servem restaurantes, cafés e outros estabelecimentos comerciais. O que é que isso faz? Isso faz com que quando o restaurante vai depositar lixo que fez durante aquela noite, rapidamente a capacidade que tem é escoada e quando nós vamos lá, muitas vezes eu passo e deixo o lixo dentro de casa para quê? Porque sei que não consigo e tenho que esperar que passe o caminhão para depois eu depositar. Acho que isso podia ser um ponto que podíamos tentar perceber como é que se



poderia resolver esse problema a nível dos espaços comerciais de como poderão deitar o lixo fora.

A higienização dos passeios também é importante porquê? Porque ali se cria o lixo e se está fora o que é que se faz? Lavam isso começa os líquidos a derramar-se e a verdade é que cada vez a calçada está mais suja.

Obrigada.»

O membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União de Freguesias de Faro Sé/S. Pedro – «Obrigado Sr. Presidente.

«Muito sucintamente e rapidamente, só para esclarecer e acho que há necessidade de esclarecer, que a ALGAR não presta serviços à FAGAR. A ALGAR tem uma concessão no Algarve inteiro, aliás são obrigados a proceder à recolha dos resíduos recicláveis em todas as cidades algarvias. Portanto a FAGAR não pode ser em momento algum responsabilizada pelo mau serviço da ALGAR, ou pelo menos um serviço menos bom, que não corresponde às necessidades de Faro e da região. Volto a frisar que a FAGAR pode, deve e tem feito um alerta à ALGAR para essa problemática, como as Juntas de Freguesia também o têm feito. Portanto, deixar bem claro que não é uma prestação de serviços à FAGAR, é uma concessão que a ALGAR tem na recolha desses mesmos resíduos.

Por fim, dizer que de acordo até com intervenção da deputada do Bloco de Esquerda na qual eu me revejo, queria só deixar claro que uma cidade limpa de facto não tem muita gente a limpar, tem é pouca gente a sujar. Disse.»

Não havendo mais inscrições passou-se à:

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 28

Face ao resultado obtido na respetiva votação a recomendação foi aprovada por unanimidade.



Não estavam presentes na sala no momento da votação os Srs. deputados Sérgio Martins (CDU); Ana Passos (PS) e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal Cristóvão Norte (PSD).

Passou-se então à Moção apresentada pelo grupo municipal do CHEGA – “Pelo Hospital Central do Algarve”

O membro da AM, António Figueiredo (CHEGA) – «Muito boa noite. Na pessoa do Sr. Presidente em exercício desta assembleia cumprimento todos os membros e na pessoa do Sr. Presidente da Câmara os vereadores também.

“A construção do Hospital Central do Algarve é, eh como o estado da pandemia veio a demonstrar a mais urgente infraestrutura para este distrito.

Os sucessivos governos têm adiado sempre esta obra, prometem-na, antes de todos os atos eleitorais, mas nunca cumprem essa promessa. Chegou a hora da região dizer de uma forma oficial e a uma só voz que não podemos esperar mais.

A nossa pretensão para esta moção é solicitar ao executivo, que de uma forma oficial e em conjunto com esta Assembleia Municipal e com as populações, se junte a uma vigília de protesto.

Caso a moção seja aprovada, a vigília decorrerá da frente ao edifício da Câmara Municipal de Faro, na sexta-feira dia 20 de maio, entre as 21.00e as 0.00h.

Pretendemos desta forma, mostrar ao poder central que o Algarve também é Portugal, as suas populações também pagam impostos e têm, em consequência disso, de ter os mesmos direitos dos outros cidadãos nacionais.

O estado dos cuidados de saúde da região, são insustentáveis como se verificou com o encerramento da urgência pediátrica do Hospital de Faro há bem pouco tempo. Podíamos enumerar vários casos, mas não é isso que interessa. O que interessa é a construção do novo Hospital, pois e se o governo tem meios para aeroportos, TGV e autoestradas para lado nenhum, também tem que ter meios para a construção do Hospital Central do Algarve.



Esta vigília será apartidária e o mais oficial possível. Queremos contar com o apoio institucional desta Assembleia e do Executivo Municipal, e com a presença do maior número de deputados municipais e vereadores. Será a primeira ação de reivindicação de forma a fazer chegar a Lisboa que já chega do Algarve servir só para “ir à praia”.

Aqui vivem cidadãos que por cumprirem a lei e pagarem impostos têm de ser ouvidos pelo governo central.

Esta moção será apresentada em todas as Assembleias Municipais do Algarve em que o partido CHEGA tem representação.

A nossa intenção não é fazer um evento partidário, mas um evento do concelho, obtendo o máximo possível de apoios institucionais e populares, porque a construção do Hospital é uma obra estruturante para o Algarve e que como tal não vamos tolerar mais o seu adiamento.” Disse.»

O membro da AM, Gameiro Alves (PSD) – «Muito boa noite Sr. Presidente em exercício. O PSD e o nosso atual Presidente da Assembleia Municipal Dr. Cristóvão Norte, foi um dos grandes arautos da reivindicação da construção do Hospital Central em Faro.

Nós não podemos acompanhar esta recomendação do CHEGA na medida em que não me parece que a porta da Câmara Municipal de Faro, seja o sítio indicado para que se façam manifestações, seja de que tipo for e nomeadamente deste tipo. Portanto se eventualmente houver uma alteração relativamente ao local para fazer esta manifestação poderemos repensar de imediato a nossa posição. Muito obrigado.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Sr. Presidente, de facto é surpreendente e esta postura que o CHEGA tem na política e tem toda a liberdade de convocar os seus militantes e os seus simpatizantes e a população de Faro para uma vigilância. É um direito que tem! Por enquanto há que haver democracia em Portugal. Estamos num de estado direito, a democracia está a funcionar e tem toda a legitimidade. Agora é surpreendente é que quer utilizar o Executivo da Câmara à Assembleia Municipal na mobilização desta vigília. Pelo amor de Deus! Vamos separar as coisas e a posição de cada um. Eu não corto aqui a liberdade que o CHEGA tem, de mobilizar os seus simpatizantes e a população que o façam, o local para mim é indiferente.



Enquanto cidadão e membro desta Assembleia Municipal, não estou aqui para beneficiar o populismo, o nacionalismo, a xenofobia e o racismo deste partido.

E como tal, em consciência e convicção voto contra. Voto contra esta moção, com a grande convicção. Não estou aqui para presentear de fato as posições do CHEGA. Um partido que deixa muito de desejar à democracia portuguesa e que não se vê pela constituição quer nos direitos dos cidadãos. Portanto todos somos responsáveis. Agora por amor de Deus! Não vamos separar aqui as águas, não utilize a Assembleia Municipal e o Executivo da Câmara para manifestações que têm condições para fazer e têm esse direito. Nós todos já conhecemos a questão em relação ao Hospital. Da minha parte voto contra e em consciência esta moção.»

O membro da AM, Elza Cunha (PAN) – «Muito obrigada Sr. Presidente em exercício.

Ora bem, na moção apresentada hoje do partido do CHEGA aliás nesta Assembleia, acerca da construção do Hospital Central do Algarve é dito e cito: *“A construção do Hospital a Central do Algarve é, como com o estado de pandemia veio a demonstrar mais urgente infraestrutura para este Distrito.”*

Concordamos em absoluto com esta urgência e louvamos a preocupação do CHEGA com esta realidade. O PAN é da opinião que não foi apenas a pandemia, que veio demonstrar essa necessidade pois desde as últimas duas décadas que a prestação de cuidados de saúde na nossa região a nível hospitalar e também a nível dos cuidados de saúde primários tem vindo a degradar-se de forma progressiva. Com a opção política de agrupar os antigos dois Hospitais Distritais do Algarve, Faro e Portimão, como todos nos recordamos e sabemos, que o Centro Hospitalar do Algarve primeiro o CHA que depois passou a CHUA – Centro Universitário do Algarve foi criada uma estrutura única com os serviços à distância, com cerca de menos de sessenta quilómetros numa tentativa de poupar e otimizar recursos, coisa que ainda veio a agravar a situação dos eventos e dos profissionais que trabalham nos serviços.



O caos está instalado nos Serviços de Saúde de Algarve. A fusão dos hospitais públicos foi um verdadeiro desastre. Para o projeto Centro Hospitalar do Algarve CHA e o atual Centro Hospitalar Universitário CHUA, não foi previsto ou definido antecipadamente qualquer estudo de viabilidade no impacto da saúde algarvia. O caos instalou-se. Estas são palavras proferidas pelo Dr. Luís Batalau, aprendi muito e também muitos de nós o conhecemos. Foi do Serviço da Pediatria do Hospital de Portimão, atualmente está aposentado, numa entrevista dada ao jornal “O Barlavento” a 09 de setembro de 2019.

Vejam se as notícias da comunicação social do caos que está instalado no nosso Hospital de Faro, dos Chefes de Serviço a pedir a demissão, enfermeiros a denunciar as graves e até desumanas condições em que trabalham por carência de recursos humanos, espaços, equipamentos, assim como a perda de idoneidade formativa de serviços como é a cirurgia ou ortopedia, por falta de clínicos possam garantir as condições necessárias para a aprovação e para a formação de novos especialistas.

Estas situações não foram evidenciadas apenas durante os dois últimos anos em estado de pandemia, mas sim denunciadas pública e sistematicamente por várias estruturas profissionais da saúde desde há mais de dez anos. Vejo a suprir a recorrente de escusa de responsabilidade profissional por parte de médicos, enfermeiros no Hospital de Faro. O encerramento das urgências de pediatria, o encerramento da consulta de dermatologia no nosso Hospital de Faro por falta de especialistas. Todos aqui que estamos presentes testemunhamos desde há muitos anos, essas notícias que são muitas vezes aberturas de telejornal na nossa televisão.

Voltando à moção do CHEGA e para terminar, a mesma diz e passo a citar: *“A nossa pretensão com esta moção é solicitar executivo, que, de uma forma oficial e em conjunto com esta Assembleia Municipal e com as populações, se junte a uma vigília de protesto.”* E diz ainda: *“Esta vigília será apartidária e o mais oficial possível.”* E ainda refere: *“A nossa intenção não é fazer um evento partidário.”*

Entendo o PAN que esta pretensão de convocar uma vigília não é a forma adequada de abordar este tema e diríamos até que não é



do âmbito das atribuições das funções desta Assembleia. Ao dizer que será um evento o mais apartidário possível que não é sua intenção torná-lo partidário, o CHEGA está a contradizer-se. Uma vez que a atividade nesta Assembleia é por definição de uma atividade partidária. Entendemos então que, um assunto que se reveste de uma importância extrema como a necessidade da construção desta infraestrutura hospitalar, talvez eu diria que mais prioritária para a nossa região não pode ser abordada desta forma tão superficial e desadequada. Somos da opinião que não é com propostas que se revestem de um caráter populista como é esta moção do CHEGA que a política deve ser feita, pois os bons resultados não surgem por esta via.

A finalidade pode até dizer-se nobre, mas se os meios que utilizarmos para atingir não forem adequados e sérios, corremos um risco de nunca alcançar o que é justo, o que é que é vivido para o bem-estar da nossa sociedade, sendo afinal que esta é realmente a verdadeira razão de todos estarmos aqui.

Por este motivo o PAN irá votar contra essa moção. Muito obrigada.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Boa noite Sr. Presidente em exercício, na sua pessoa comprimento todos os presentes.

O MPT entende que assim como disse a moção do CHEGA que o Hospital Central do Algarve é uma obra de extrema importância e que já devia estar realizada há imenso tempo. Com as pedras que já lançaram o hospital que devia estar feito, mas enfim, ainda não começou.

Quatro anos antes desta última eleição, já devia ter sido construído e mais uma vez não foi e agora não se vê no ano bom que comece. Portanto achamos que esta proposta do CHEGA é válida, independentemente do que o CHEGA está a fazer aqui neste momento que tem a pretensão de ser uma obra fundamental, para de alguma forma chamar a atenção para que ela comece e nesse sentido também dizer que o sítio da vigília, que realmente em frente ao município não será o sítio mais indicado, mas se por exemplo se fosse em frente ao hospital talvez tivesse um sentido diferente. De qualquer maneira o MPT vai votar favoravelmente. Disse.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado Sr. Presidente.



Eu não percebo a posição do PS contra o CHEGA, não percebo a atitude do Primeiro-Ministro contra o CHEGA e parece-me que o absolutismo começa a imperar. O absolutismo que está patente na descentralização que não é efetiva, neste caso é um caso importante para as próximas batalhas políticas e a falta que faz a regionalização.

Acelerar e processo de uma criação de uma Direção Regional de Saúde com uma política de descentralização efetiva e não uma política absolutista em quero, posso e mando do Terreiro do Paço. Eu faço do Terreiro do Paço, um conjunto de matizes naqueles telhados que são próprios de quem detém o poder. Só quem anda no navio de cruzeiro é que observa o que é que está a acontecer na baixa de Lisboa. Esta política absolutista que é que não autoriza que haja manifestações que não sejam populares do lado da esquerda, porque tudo que vai ser manifestação de populares de esquerda não é manifestação, não sei o que será.

Um Hospital Central que esta pandemia vem provar que pode descentralizar, isto é, penso eu como arquiteto, que a política de implantação de Unidades Hospitalares tem que ser diluída em vários espaços, barlavento, sotavento interior e exterior e temos que pensar na localização de vários hospitais, não num só hospital. Eu penso que o exemplo de Madrid, que é uma capital que tem cerca de cem Hospitais Privados e tem cem Hospitais Públicos. E funciona lindamente e foi um sucesso e um êxito pelo menos na forma como eles utilizaram as ventilações das Unidade Hospitalares, com filtragens próprias face esta questão da pandemia. Muito obrigado.»

O membro da AM, António Figueiredo (CHEGA) – «Quanto à localização da vigília não vejo problema nenhum que realmente seja feita junto ao Hospital de Faro, absolutamente nenhum. Quanto aos insultos que a bancada do Partido Socialista fez, isto é um ato de absolutismo. Isto é absolutamente inadmissível! O Partido Socialista deve-nos aqui nesta Assembleia um pedido de desculpas formal e público, por dizer que nós somos um partido racista e xenófobo, não, nós não somos, leiam os nossos estatutos e o nosso programa.

Acho que o senhor já não é a primeira vez que que chama ao meu partido isto, mas o seu partido honestamente não melhorou mas também deve ser chamado. Nomeadamente na comunicação social, isto



é uma bagunça tão grande que não vale a pena. Olhe, tenho dito! Passe muito bem!»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Sr. Presidente em exercício. Uma primeira nota: tanto quanto nos parece aquilo que esta moção propõe é o envolvimento oficial da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. Não nos parece apropriado que de modo oficial a Câmara Municipal, órgão representativo dos munícipes, a Assembleia Municipal, órgão representativo dos munícipes, seja chamada a intervir oficialmente numa manifestação deste tipo independentemente de considerarmos mais ou menos partidário.

Por outro lado este envolvimento mais adiante é referido através da vontade de se querer contar com o apoio institucional desta Assembleia e do Executivo Municipal. Ou por outra forma dizer a mesma coisa. Do ponto de vista formal não nos parece isso apropriado.

Esta questão merece quanto a nós, duas clarificações. Do nosso lado e do lado dos outros falarão aos outros, não temos a exclusividade desta luta. Do nosso lado, quer em termos de mobilização popular, quer em termos de desenvolvimento político ou partidário e referindo apenas aos dezasseis concelhos do Algarve, poderia alargar a referência a todo o Portugal a evocar a necessidade que as estruturas do Serviço Nacional de Saúde no que toca à promoção da saúde, no que toca ao combate à doença não estivessem no estado em que estão hoje. Era importante para as populações, particularmente para as populações mais carenciadas que a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde, os cuidados de saúde primários, os cuidados hospitalares e os cuidados continuados fosse outra, que infelizmente não é.

Era importantíssimo uma coisa que às vezes me lembro de dizer, do ponto de vista da responsabilidade governamentais que a prática do discurso fosse mais real e constatada. Temos muito discurso e pouca realização concreta. Esta é a nossa posição assumida em muitos lugares e sempre no mesmo sentido. É importante para Portugal e para a maioria dos portugueses o reforço a reedificação das estruturas do Serviço Nacional de Saúde e mais adiante teremos a oportunidade de voltar ao assunto.



Nós também queremos fazer outra clarificação: o nosso debate político, a nossa mobilização popular para o combate político não estão no seu horizonte de maneira nenhuma a parceria política ou a aproximação política com o partido CHEGA. Não se trata de insultar não se trata de caluniar. Trata-se de clarificar! Não é por aí que nós estamos não é por aí que nós vamos não é por aí que nós queremos ir. E se for preciso combater combatemos politicamente e é isso que temos feito e é isso que vamos continuar a fazer.

Dito isto estará claro para todos que nós vamos lutar contra. Obrigado Sr. Presidente.»

O membro da AM, Álvaro Patrício (CDS) - «Muito obrigado Sr. Presidente em exercício.

Isto na apreciação do grupo parlamentar do CDS-PP, que por acaso foi o CHEGA que colocou esta moção para a realização de uma vigília para chamar a atenção o Governo Central de Lisboa, acerca de uma necessidade do Algarve. É premente e foi esquecida e será esquecida embora se fale, mas o que é certo, é que esta realidade está esquecida quanto à construção, mas não está esquecida quanto à necessidade.

A nós não nos interessa quem coloca a moção. Interessa sim é o conteúdo e a vontade dessa moção, isso sim é importante. A origem desta moção foi do CHEGA mas poderia ser um outro grupo parlamentar, que o grupo parlamentar do CDS-PP, certamente iria acompanhar tal como vai acompanhar esta moção do CHEGA.

Só tenho só aqui um reparo a fazer a esta moção. É que o local escolhido ou designado, não é certamente o mais próprio, estarmos aqui nos Paços do Concelho. Esta vigília poderia estar a ser realizada numa zona de Faro de maior visibilidade, por exemplo no Jardim Manuel Bivar, que é uma zona central e é uma zona acessível a todos os municípios de Faro e a todos os municípios do Algarve.

E termino, só a dizer que não podemos deixar os outros falar de nós, mas sim nós próprios algarvios temos a necessidade de falar de nós próprios. Se estivermos à espera do Governo Central de Lisboa ou as outras regiões de Portugal estarem a falar na construção do Hospital Central de Faro, pois podemos ficar sentados à espera, porque nem tão cedo ele vai ser uma realidade. Obrigado.»



O membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União de Freguesias de Faro Sé/S. Pedro – «Obrigado Sr. Presidente.

Só para dizer que um membro Tiago Botelho por motivos profissionais, não vai participar nesta votação.

E para dizer que faço minhas as palavras do membro da bancada do CDS. Obrigado.»

O membro da AM, Gameiro Alves (PSD) – «Na minha intervenção fui muito claro, porque não nos parece nada aconselhável fazer isto em frente à Câmara Municipal, o Partido CHEGA acaba de anunciar que altera o sítio para o Hospital de Faro, o que nos parece uma questão muito acertada, na medida em que é o sítio próprio que tem a ver com o hospital. Portanto nós vamos votar favoravelmente esta opção. Muito obrigado.»

Não havendo mais inscrições passou-se à votação da referida moção.

VOTAÇÃO

Votos contra – 11 (07PS;02CDU;01BE;01PAN)

Abstenções – 00

Votos a favor – 15 (09PSD;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH)

Face ao resultado obtido na respetiva votação a moção foi aprovada por maioria.

Não estavam presentes na sala no momento da votação os Srs. deputados Tiago Botelho (PSD); Ana Passos (PS); António Jerónimo (PS) e João Calhau (PS).

Foi apresentada uma declaração de voto por parte da bancada do Bloco de Esquerda.

“Declaração de Voto

Moção do partido Chega “Pelo Hospital Central do Algarve”

Na moção apresentada hoje pelo partido Chega, nesta Assembleia, acerca da construção do Hospital Central do Algarve é dito, e cito: ”A



construção do Hospital Central do Algarve é, como o estado de pandemia veio a demonstrar, a mais urgente infraestrutura para este Distrito.”

Concordamos em absoluto com esta urgência e louvamos a preocupação do Chega com esta realidade.

O PAN é da opinião de que não foi apenas a pandemia que veio demonstrar esta necessidade, pois desde as últimas duas décadas que a prestação de cuidados de saúde na nossa região, a nível hospitalar (e também nos cuidados de saúde primários) se tem vindo a degradar de forma progressiva.

Com a opção política de agrupar os antigos dois hospitais distritais do Algarve (Faro e Portimão) criando um Centro Hospitalar do Algarve (CHA) que passou mais recentemente a Centro Universitário do Algarve (CHUA) foi criada uma estrutura única com os serviços a distância de mais de 60 Km, numa tentativa de poupar e otimizar recursos, coisa que ainda veio agravar a situação dos utentes e dos profissionais que trabalham nos serviços.

“O caos está instalado nos Serviços de Saúde do Algarve. A fusão dos hospitais públicos foi um verdadeiro desastre. Para o projeto Centro Hospitalar do Algarve (CHA) e o atual Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA) não foi previsto ou definido antecipadamente, qualquer estudo de viabilidade e o impacto na Saúde algarvia. O caos instalou-se”.

Estas são as palavras proferidas pelo Dr. Luís Batalau (com quem muito aprendi e alguns de nós conhecemos), Diretor do Serviço de Pediatria do Hospital de Portimão (atualmente aposentado) em entrevista dada ao Jornal “O Barlavento”, em 9 de setembro de 2019.

Vejam-se as constantes notícias na comunica^o

Ao social do caos instalado no Hospital de Faro, com Chefes de Serviço a pedir demissão, enfermeiros a denunciar as graves e até desumanas condições em que trabalham (por carências de recursos humanos, espaço e equipamentos), assim como a perda de idoneidade formativa de Serviços como a Cirurgia ou Ortopedia por falta de médicos que possam garantir as condições necessárias para a formação de novos especialistas.



Esta situações não foram evidenciadas apenas durante os dois anos últimos em estado de pandemia, e sim denunciadas públicas e sistematicamente por várias estruturas profissionais de saúde, desde há mais de 10 anos. Veja-se o pedido recorrente de escusa de responsabilidade profissional por parte de médicos e enfermeiros no Hospital de faro, o encerramento das Urgências de Pediatria, o encerramento da consulta de Dermatologia, por falta de especialistas.

Tos aqui presentes testemunharam, há muitos anos, estas notícias como abertura de telejornais na nossa televisão.

Voltando à moção do Chega a mesma diz, e cito: “A *nossa pretensão com esta moção é solicitar ao executivo que, de uma forma oficial e em conjunto com esta Assembleia Municipal e com as populações, se junte a uma vigília de protesto*” e que “**Esta vigília será partidária e o mais oficial possível**” e ainda refere “**A nossa intenção não é fazer um evento partidário**”.

Entende o PAN que esta pretensão de convocar uma vigília não é a forma adequada de abordar este tema e diríamos mesmo que não é do âmbito das atribuições das funções desta Assembleia.

Ao dizer que será um evento o mais partidário possível e que não é sua intenção torna-lo partidário, o Chega está a contradizer-se, uma vez que a atividade nesta Assembleia é, por definição, uma atividade partidária.

Entendemos que, um assunto que se reveste de uma importância extrema como a necessidade de construção desta infra-estrutura hospitalar, talvez a mais prioritária para a nossa região, não pode ser abordada desta forma tão superficial e desadequada.

Somos da opinião que não é com propostas que se revestem de um caráter populista, como é esta moção do Chega, que a política deve ser feita, pois os bons resultados não surgem por esta via.

A finalidade pode até dizer-se nobre, mas se os meios que utilizamos para atingir não forem adequados e sérios, corremos o risco de nunca alcançar o que é justo e devido para o bem-estar da nossa sociedade, sendo que é essa a verdadeira razão de todos estarmos aqui.

Por estes motivos o PAN irá votar contra esta moção.”



Passou-se então à Recomendação apresentada pelo subscritor Paulo Botelho do grupo municipal do PSD.

O membro da AM, Paulo Botelho (PSD) – «Muito boa noite Sr. Presidente em exercício, na sua pessoa cumprimentar a restante mesa o Sr. Presidente da Câmara Municipal, na sua pessoa cumprimentar o restante executivo, caros colegas de Assembleia, digníssimo público e também os nossos funcionários desta Assembleia que fazem o seu trabalho excelentemente.

“Recomendação – Implementação de dispositivos de gestão de estacionamento de curta duração.”

“O estacionamento é um instrumento fundamental das políticas urbanas e de mobilidade que apresenta uma enorme complexidade devido às diferentes dinâmicas associadas quer à sua localização quer aos múltiplos atores envolvidos (...). Esta diversidade de situações implica a necessidade de implementação de políticas diferenciadas de estacionamento”.

Na Baixa Comercial de Faro, o estacionamento de curta duração representa uma forma de gestão do ordenamento do trânsito na via pública, permitindo a rotatividade do estacionamento na cidade e incrementando um uso mais eficiente da rede viária. Um estudo inglês aponta que 30% do tráfego no centro das cidades, ou até 45% em alguns casos, é provocado por condutores à procura de um lugar de estacionamento. Isso representa, além do desconforto, um gasto de recursos e impactos ambientais.

O futuro do estacionamento rotativo público dar-se-á partir de soluções inovadoras que gerenciam a demanda, otimizem a oferta e melhor atendam às necessidades dos usuários com o apoio de tecnologias e processos digitais, com o objetivo de minimizar o desconforto dos automobilistas, melhorar o fluxo de trânsito e a qualidade do ar, bem como o bem-estar das populações.

Com o objetivo de promover e dinamizar o comércio da baixa de Faro, uma das áreas com maior concentração automóvel, a bancada do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Faro recomenda ao Município de Faro: A instalação de dispositivos de estacionamento de curta duração, reservados em estacionamento de muito curta duração, que podem



variar de 10 a 20 minutos, dependente do modelo. Estes dispositivos permitem que os carros estacionem por um tempo relativamente curto, dando espaço para que outros carros que desejem estacionar mais perto das áreas desejadas.

Estes dispositivos de estacionamento permitem detetar a chegada de um veículo. Assim que estacionar, inicia-se uma contagem regressiva, indicando o tempo restante de estacionamento. Cada dispositivo pode gerir 1 a 2 lugares de estacionamento consoante o modelo a instalar. Os dispositivos registam os dados relativos a cada veículo em tempo real. Essas informações são enviadas diretamente aos administradores. Caso o prazo imposto seja ultrapassado, os agentes serão modificados para atuar o proprietário do veículo.

A requalificação da oferta de estacionamento, através da implementação de lugares gratuitos destinados aos cidadãos que necessitam de estacionamento de muito curta duração, fomentam desta forma a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos munícipes, beneficiando moradores e comércio local, conferindo uma maior atratividade para potenciais clientes e aumentando o fluxo de clientes nas zonas comerciais.

Por outro lado, o consumidor pode encontrar vagas com mais facilidade e usar o tempo economizado ao estacionar o veículo para aceder ao comércio local. A falta de locais para estacionar, inclusive pode ser o motivo de desistência de compra por parte dos clientes.

Por fim, reduzindo o número de veículos motorizados que circulam dentro da cidade à procura de lugar de estacionamento, converge-se para uma redução das emissões poluentes e de produção de ruído.””
Muito obrigado.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Mais uma vez boa noite. Eu não entendi bem o intuito. Se há uma limitação de tempo mas os lugares são gratuitos, ou se são mais lugares compatíveis e pagos. É porque isso é estarmos a falar de coisas completamente diferentes.

Se formos limitar os poucos lugares gratuitos que existem na cidade de Faro, então o MPT vota contra. Se for lugares de tempo de duração limitado mas gratuito são situações completamente diferentes. Portanto



eu gostava do esclarecimento da parte do PSD se os lugares são gratuitos ou se são pagos. Obrigado.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Obrigado Sr. Presidente.

Eu subscrevo de facto as dúvidas e a confusão, de quem lê este documento logo de início. Portanto eu preciso ser esclarecido para indicar o nosso sentido de voto.

Eu chego à baixa e coloco duas moedas para estacionar duas horas. Posso ou não posso? Esta é a minha primeira pergunta.

A segunda pergunta: o objetivo é libertar lugares livres, sem colocar lá moeda, durante um determinado tempo. E o dispositivo é para controlar ou seja deve haver uma indicação que o espaço só pode ser ocupado por dez minutos e a pessoa tem que cumprir o espaço e o dispositivo controla o tempo em que a pessoa está a ocupar aquele espaço. É este o objetivo? Portanto essas são duas questões que eu queria aqui lançar, porque este sistema já existe nalgumas cidades.

Agora não estou a ver de facto é a questão do tempo que o espaço fica livre e que o controle é feito. Obrigado.»

O membro da AM, Elza Cunha (PAN) – «Muito obrigada Sr. Presidente em exercício.

Então para o PAN esta moção levanta algumas questões e vou passar a citar: “ Se em primeiro lugar se a finalidade é apoiar e promover as compras no comércio local, parece-nos nestes dez a vinte minutos, que eu percebi que são gratuitos, porque vem explícito nestes dez a vinte minutos não é possível realizar compras na Baixa de Faro, ir a um café uma geladaria. Todos nós já fomos à Baixa de Faro e sabemos que não conseguimos fazer este tipo de atividade em dez a vinte minutos.

Em segundo lugar esta opção representa no nosso entender o incentivo à deslocação automóvel, em vez de modos mais suaves, sustentáveis de mobilidade.

Em terceiro lugar, perguntamos quanto custará ao erário público este equipamento que pela fotografia e pelas características nos parece não ser um equipamento propriamente pouco dispendioso. Quanto custará então este equipamento, a sua instalação e a sua manutenção. Parecemo-nos bem mais necessário o investimento na compra



nomeadamente ecológicas e já foi aqui proposta pela moção do PSD as carências e as necessidades que temos, uma necessidade que já foi identificada e cujos custos serão bem menores e a utilidade manifestamente maior, a nosso ver. Pelo que o PAN não vai acompanhar esta moção e portanto vamos rejeitar. Muito obrigada.»

O membro da AM, Célia Gonçalves (BE) – «Muito obrigado, Sr. Presidente em exercício.

Claramente Faro tem um problema de estacionamento. Isso é evidente um pouco por toda a cidade. O estacionamento abusivo, sem regras tem roubado aos farenses e a quem nos visita uma deslocação segura e confortável. Hoje em dia uma deslocação por exemplo do Alto Rodes à Baixa de Faro é quase uma maratona.

Temos vários automóveis que ocupam na totalidade dos passeios e obriga os peões a fazer parte do percurso na via reservada aos automóveis. Se é uma maratona para nós, imagina para uma pessoa com mobilidade reduzida ou uma mãe e um pai com uma criança ou um carrinho de bebé.

Faro deverá sim apostar na sensibilização e no conceito de mobilidade sustentável. Cada vez mais prevê-se nas políticas e estratégias territoriais e na União Europeia, na criação de ilhas de estacionamento fora dos centros.

A minha pergunta é: qual é a necessidade de implementar um estacionamento de curta duração na Baixa de Faro, quando temos o parque de São Francisco que não é pago e o parque de estacionamento da Pontinha que é logo à entrada da Rua de Santo António. Porquê não transformar esses estacionamentos em passeios mais largos e com mais condições de mobilidade. O Bloco de Esquerda irá votar contra. Obrigada.»

O membro da AM, Álvaro Patrício (CDS) – «Muito obrigado Sr. Presidente em exercício.

O CDS ouviu e leu esta recomendação e claramente que vai acompanhar esta recomendação porque estamos a falar de colocar à disposição dos cidadãos das cidadãs municipais ou visitantes capacidade e a possibilidade de numa forma gratuita poder fazer uma compra que já foi pensada, tratar de um documento ou de qualquer



coisa de muita curta duração tal e qual como foi esclarecido, entre dez a vinte minutos, numa forma grátis, de uma forma positiva, que acho que para nós o centro urbano da cidade de Faro vai agradecer e só vai contribuir para que a vida volte ao interior da cidade. Obrigado.»

O membro da AM, Bruno Lage (PSD) - Presidente da União de Freguesias de Faro Sé/S. Pedro – «Muito obrigado Sr. Presidente.

Eu de facto estava à espera que esta proposta de recomendação fosse pacífica e até tivesse aqui uma ampla votação favorável mas pelos vistos estou-me a enganar. Espero que não seja por ser o PSD a apresentar esta recomendação, mas com certeza que não é não é nada isso, é só por causa da ideia que é que se calhar muito vanguardista qui para as para as nossas forças políticas.

Ao fim ao cabo esta proposta de recomendação, apenas no meu ponto de vista só quer é deixar claro uma coisa que já existe há muito tempo, que são os lugares de cargas e descargas que muitas vezes são ocupados como um lugar de estacionamento de várias horas. A partir do momento em que o veículo que fica lá estacionado começa a contar os tais quinze minutos, vinte minutos, dez minutos e temos a garantia que ao final desse tempo esse veículo terá de sair de lá de sob pena de ser autuado e possivelmente de ser rebocado.

No meu ponto de vista acho que isto é uma medida simples, uma medida lógica e que só traz benefícios à cidade. Mas pronto, compreendo que outras posições e outras perspetivas estejam aí a parar. Tenho dito.»

O membro da AM, Paulo Botelho (PSD) – «Boa noite Sr. Presidente mais uma vez na sua pessoa cumprimentar os restantes membros.

Eu acho que se calhar foi na construção desta recomendação que talvez não tenha sido claro, mas gratuidade é uma expressão que é utilizada aqui e acho que é claro que são os lugares que são gratuitos.

Esta tipologia de estacionamento, eu tive contato com ela em França. As principais cidades do sul de França têm implementado este sistema. É um sistema que tem tido bons resultados lá e eu investiguei um bocadinho sobre este assunto antes de apresentar esta recomendação e irei continuar a apresentar todas as recomendações que acho que sejam positivas para a cidade e para os farenses e esta penso que é uma.



Ela baseia-se também no tal estudo inglês de trânsito que eu falei, que existe nos centros suburbanos essencialmente à procura de um lugar de estacionamento e às vezes para fazer pequenas compras já pensadas. Quanto estamos a falar de dez, vinte, trinta, minutos, isto é o veículo quando estaciona aciona a contagem regressiva, a contagem inicia-se e nos casos em que termina, as autoridades neste caso nossa empresa de estacionamento era avisada e seria autuado veículo. As multas costumam ser elevadas para quem ultrapassa estes tempos.

Eu penso que que seria uma coisa positiva não apenas fora o comércio para mas para qualquer cidadão que tenta ir à baixa e para um recado rápido e nós estamos a falar de colocar imensos lugares. Estamos a falar se calhar de quatro lugares na baixa, quatro no mercado por exemplo, seria interessante, que são áreas em que eu quero ir buscar umas compras rápido, seria interessante e importante talvez para dinamizar o próprio comércio e para melhorar também a qualidade das pessoas. Isto não vai criar nenhuns constrangimentos ou aumentar a poluição, porque a mobilidade que se falou, de facto uma coisa não implica a outra na minha opinião. Estamos a falar de diversificar o estacionamento existente. É isto que estamos a falar e não estamos a falar de tornar isto, lugares de estacionamento gratuitos pela cidade toda, estamos a falar pontualmente. Os usuários se utilizarão este estacionamento também serão pontuais, não será uma coisa para se tornar comum. Muito obrigado.»

O membro da AM, Célia Gonçalves (BE) – «Muito obrigada mais uma vez. Eu gostava que o membro Bruno Lage, me esclarecesse com uma dúvida que eu fiquei após a sua intervenção, que fala que o dispositivo podia ser colocado nos lugares de estacionamento destinados reservados a cargas e descargas. Não sei se aí há uma contradição uma vez que supostamente nós não podemos estacionar nesses lugares, mas é uma dúvida. Eu entendi que se podia colocar os dispositivos nesses lugares.

Depois da intervenção do Paulo, colocar na área do mercado, não sei como é que foi a recomendação, mas possa ser como ficou na baixa de Faro, a nível do mercado por exemplo pontos estratégicas na cidade que não seja aqui na baixa mas que por exemplo se fomos ao mercado quando falta o estacionamento que é complicado, se tiver uma aplicação



estacione cinco minutos de apanhar o pão ou o peixe e volte, talvez nesses pontos estratégicos poderá fazer sentido e então mudarei a minha intenção de voto e irei abster-me. Muito obrigada.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Obrigado Sr. Presidente em exercício.

Nós estávamos tentados a agarrar isto em termos de experimentação. Alguma indicação do custo, aproximado que seja, por cada equipamento?

Agora eu queria lembrar a todos o seguinte: seja numa fase de experimentação, seja numa fase posterior, isto só vai entrar mediante regulamentação apropriada e essa regulamentação apropriada depende desta Assembleia Municipal e vai depender muito de algumas coisas que aqui já foram referidas. Primeira questão que é muito importante, o tempo. Dez, vinte ou trinta minutos? Isto vale uma coisa se for dez minutos, vale outra coisa se for vinte e vale ainda outra se for trinta. Eu próprio estacionando umas vezes bem e outras mal, pecador me confesso, arrisco dizer que nalgumas situações levaria gente ter vinte ou trinta minutos com um estacionamento destes disponível. Não digo que fosse na maioria dos casos em que estaciono e pago, mas talvez numa determinada percentagem dos casos em que estaciono e poderia arriscar isto. E eu digo arriscar porque é o problema da derrapagem e da penalização e naturalmente o regulamento terá de abordar isso.

Ou seja vamos supor aquilo que eu faço habitualmente porque pecador me confesso e que me irrita muito é parar dez ou cinco minutos e ter de perder cinco minutos para ir à procura de um sítio onde eu vou tirar, acho que o mínimo é vinte cêntimos para pôr o papelinho do carro. Enquanto eu vou à procura daquilo e nem sempre aquilo funciona e depois lá que consigo encontrar o que funciona e ponho lá o papelinho ou então arrisco a multa, se houvesse uma disponibilidade dessas eu porventura utilizaria mas pensaria sempre numa coisa! Se o tempo derrapar a poupança de vinte ou quarenta cêntimos leva uma pedrada de quanto? De dez, vinte, cinquenta euros? cinco euros? Ou seja: isto está tudo muito bonito, muito interessante, muito modernaço, se nós tivermos em conta fundamentalmente duas coisas: o custo e a razoabilidade que nós conseguimos colocar na regulamentação que criarmos.



Enfim dando de barato que nós conseguiremos fazer qualquer coisa de jeito, tendo em conta o preço e tendo em conta a regulamentação nós somos tentados a votar favoravelmente isto. Obrigado Sr. Presidente.»

O membro da AM, Luís Coelho (PS) – «Muito obrigado. Eu sobre este assunto direi muito tranquilamente que seria tentado a abster-me e nem quero votar contrariamente. Aliás isto trata-se de uma recomendação. Portanto eu as recomendações mesmo quando tenho alguma dificuldade em as compreender e esta é a prática. E eu mesmo assim tenho alguma dificuldade em compreender que esta questão do carro e do estacionar, é uma coisa que nós vivemos todos os dias e às vezes até já me tem acontecido não ter dinheiro, tenho sempre moedas e de repente olho e não tenho e às vezes a pessoa não sabe bem quanto é que põe quanto é que é não interessa. Eu sou sempre tentado a deixar passar uma recomendação. Porque quem vai ter que estudar a seguir vão ser os serviços da câmara vão ter que perceber se aquilo aplicado ou se não é. Isto só para responder. Quer dizer, quando a pessoa às vezes questiona ou não questiona no sentido de votar contrário não é nada disso, é apenas uma questão de compreensão. Eu por mim o meu sentido de voto é abstenção acreditando que pode funcionar, é uma questão de experimentação. Acho que todos nós quando vimos alguma coisa que nos aparentemente seja positiva, ou diretamente aqui ou diretamente com o executivo tranquilamente, eu passo a vida a falar com a) b) ou c) de situações que vão aparecendo. Portanto não é nada contra ninguém.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Mais uma vez boa noite. Após os esclarecimentos da bancada do PSD o MPT vai acompanhar a recomendação. Obrigado.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado Sr. Presidente.

Todos estes instrumentos obrigam à rotatividade do estacionamento e isso vai ser o futuro. Para além dos carregamentos de eletricidade.

Eu quero lembrar que há estacionamentos por exemplo na farmácia em que a pessoa sabe que vai fazer a medição arterial que pode demorar um quarto de hora e tem ali um lugar disponível.



Estou-me a lembrar também dos diminuídos físicos que têm locais de estacionamento que estão vazios não é? Porque entretanto saíram de carro, não lhes custará nada saber que se o seu lugar estiver ocupado ou se em dez minutos ou vinte minutos que seja dão uma voltinha e voltam ao local onde eles fizeram a reserva do seu lugar. Muito obrigado.»

Não havendo mais inscrições passou-se à votação da referida Recomendação.

VOTAÇÃO

Votos contra – 01 (PAN)

Abstenções – 08 (07PS;01BE)

Votos a favor – 17 (09PSD;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH;02CDU)

Face ao resultado obtido na respetiva votação a referida recomendação foi aprovada por maioria.

Seguidamente passou-se à Moção apresentada pela bancada da CDU – “Os encerramentos das urgências de pediatria nos Hospitais de Faro e de Portimão não podem continuar.”

O membro Tiago Botelho informa a Mesa que se vai ausentar na discussão e votação da referida moção por impedimento legal.

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – *«Moção – “Os encerramentos das urgências de pediatria nos Hospitais de Faro e de Portimão não podem continuar.”*

Já por mais do que uma vez foi tornado público que a urgência pediátrica do Hospital de Faro está temporariamente encerrada. A mesma a situação também tem ocorrido com urgência de pediatria do Hospital de Portimão.

O próprio Conselho de Administração do Centro Hospitalar e Universitário do Algarve já fez saber, a propósito de uma dessas ocorrências, que “A carência de pediatras a que se juntam a algumas situações de baixa



médica, tornam impossível a constituição das equipas das urgências pediátricas num centro hospitalar, pelo que nos vemos forçados a encerrar a urgência de pediatria da unidade de Faro”. Estas ocorrências, que se têm tornado recorrentes ao longo dos últimos tempos, revelam não só a ausência de medidas que garantam a atração e fixação de médicos e de outros profissionais de saúde no Serviço Nacional de Saúde, mas também é uma política que, de forma indireta, contribui para alimentar o negócio dos grupos económicos privados que lucram com a falta de resposta do SNS.

Ao contrário do que diz o Ministério da Saúde, o recurso em situações de urgência pediátrica ao Hospital de Portimão, quando a resposta falha no Hospital de Faro, não é solução. Tal como também não é a solução recorrer ao Hospital de Portimão que não consegue responder.

As cidades de Faro e de Portimão distam 70 KM uma da outra, Vila Real de Santo António fica a 115 Km de Faro.

As crianças e os pais algarvios precisam de ter a segurança de que, em qualquer eventualidade, as portas da urgência pediátrica não se encontram encerradas, seja no Hospital de Faro seja no Hospital de Portimão, nem a saúde e a vida dos mais novos é posta em causa.

Lembramos que, infelizmente a falta de profissionais de saúde em todo o Algarve – desde os cuidados de saúde primários, passando pelos hospitais, até aos cuidados continuados – é uma realidade que, pese embora as muitas promessas, não tem tido resposta. E se não fosse a entrega e a dedicação dos profissionais de saúde do SNS, como se viu durante o combate à pandemia, a situação poderia ser ainda pior.

Só um Serviço Nacional de Saúde universal, público e gratuito garante o direito de todos à saúde. O direito à saúde, ainda mais quando se fala de crianças, não pode existir apenas para os que têm condições económicas para tal.

Assim, tendo em conta o que expusemos, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Faro, reunida no dia 29 de abril de 2022, delibere:

- 1- Exigir ao governo do PS que tome as medidas urgentes que são necessárias, com vista a garantir a atração e fixação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, investindo nas suas*



carreiras e remunerações e combatendo o assalto aos Hospitais privados e as Clínicas privadas estão a fazer aos profissionais do Serviço Nacional de Saúde, medidas urgentes que só não estão implementadas porque o governo do PS assim o tem recusado.

2- Dar conhecimento desta moção ao Presidente da República, a Assembleia da República, ao Governo e aos órgãos comunicação social.» Obrigado.»

O membro da AM, Daniel Viegas (IL) – «Muito obrigado, Sr. Presidente em exercício.

Nós vamos votar contra esta moção apresentada pela CDU, eu penso que todos nós concordamos com o problema, na nossa opinião falha de redondamente na descrição e conclusão do problema, a culpabilizar os privados, enfim, parece-me que é só o objetivo ideológico aqui, porque aparentemente se não existissem os privados a CDU estaria normal com um enfermeiro com vinte anos de carreira ganhasse cem mil euros por mês líquidos.

Acredito que temos que nivelar por cima e não por baixo, e que todos os profissionais de saúde merecem mais condições tanto a nível remuneratório como a nível de condições de trabalho. Condições que se traduzem em cargas de horários brutais que são exigidas no hospital público e instalações em péssimas condições.

O que dizer por exemplo a cerca dos tarefeiros que não têm absolutamente nada a ver com privado. É que são pessoas que se desvinculam simplesmente o hospital e depois voltam a ser contratados como tarefeiros porque sabemos que ganham mais e têm que fazer menos horas.

Eu penso que é necessário aqui haver uma reforma clara do SNS, tem que haver autonomia por parte dos hospitais para dinamizar de facto esta situação, melhorar as condições dos profissionais, atrair também mais profissionais para a nossa região que é fundamental. Eu acho que isso faz-se através de discussões sérias e não através de demagogias ideológicas. Obrigado.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Obrigado Sr. Presidente. Todos nós reconhecemos que há de facto algo de dificuldade quer no Hospital do Barlavento, quer no Hospital de Faro em relação à questão



da pediatria. Quero aqui relembrar que há cerca de vinte e quatro médicos pediatras agregados ao hospital, temos que contar com as baixas, com as férias, e com a questão da COVID. E esses médicos que já estão há muitos anos ao serviço do Serviço Nacional de Saúde, a partir dos cinquenta e cinco anos não fazem serviços de urgência. Portanto a falta de pediatras não é só no Algarve, é a nível nacional. E não se forma um pediatra assim de um dia para o outro, leva algum tempo. Portanto há de facto e nós reconhecemos que há dificuldades. Agora aqui a moção da CDU e eu concordo, de facto vem sempre a questão dos privados à baila. Portanto é necessário tomar medidas urgentes, mas isto é com a formação dos pediatras que leva algum tempo. E esteve fechado durante muitos anos o acesso aos pediatras na questão da medicina, com os valores altíssimos que é exigido.

Portanto da nossa parte e acho que neste momento tem havido uma evolução positiva. Não está fechada a Unidade de Pediatria de Faro. Os próprios médicos de clínica geral têm dado apoio em relação aos serviços de urgência que têm surgido. E aqui é fácil de louvar o trabalho que alguns médicos têm feito de apoiar de face a esta necessidade de pediatras, têm feito um trabalho excelente. A comunicação social gosta muito de se usar onde há aqui casos pontuais.

Da nossa parte concordamos que há aqui questões que têm que ser de facto resolvidas que é a questão do investimento nas suas carreiras, das remunerações, mas a culpa não é dos hospitais privados que pagam melhor pagam mais, portanto isso é a lei da vida.

Eu recentemente tive em França e tive um problema com um familiar que foi à urgência e também esteve lá vinte e quatro horas nos serviços de urgência para ser atendido. Ainda há dois anos estive na Inglaterra também eu sei o que passei para ser atendido num hospital, portanto isto é natural.

Agora há problemas na saúde! Há! Mas isso é no país todo. Portanto da nossa parte nós não vamos hostilizar a moção, vamo-nos abster em relação à moção que a CDU apresenta aqui. Tenho tido.»

O membro da AM, António Luz (CH) – «O Chega vai votar contra esta moção. Não que não seja de acordo com os fundamentos básicos que



são aqui descritos, mas porque há aqui determinadas situações que fazem com que isto seja uma moção ideológica.

Só o Serviço Nacional de Saúde Universal Pública e gratuito garante o direito de saúde a todos. Não concordamos! Combatendo o assalto que os hospitais privados e as clínicas privadas estão a fazer aos profissionais do Serviço Nacional de Saúde, não podemos concordar com isto. Se os hospitais privados e as clínicas privadas dão melhores condições de remuneração e melhores condições físicas de trabalho aos profissionais de saúde, é porque têm alguém que paga os serviços nomeadamente as companhias de seguros por exemplo e não só. Portanto não se trata de assalto nenhum, isto é a lei do mercado com a qual nós concordamos.

Portanto consideramos que isto tem aqui uma carga ideológica que nós não podemos acompanhar de forma alguma. Muito obrigado.»

O membro da AM, Teresa Correia (PSD) – «Boa noite. Quero cumprimentar o Sr. Presidente do exercício e os demais colegas.

A bancada do PSD, apesar de ter de facto estas não concordâncias em atribuição das culpas ou assaltos dos hospitais privados, a mensagem essencial que está aqui parece-me é uma reivindicação para melhores condições do Serviço Nacional de Saúde no Algarve e sobretudo a pediatria. E portanto neste caso de facto é premente e é de tal maneira importante, ou seja o valor o valor que efetivamente está em causa, é uma reivindicação de um melhor sistema de saúde no Algarve e nesse sentido nós concordamos. E portanto vamos votar a favor.

No entanto fazemos esta ressalva se de facto há aqui uma carga ideológica da qual não partilhamos, mas que enfim, na verdade se releva porque o fundamental, no fundo concordamos que é de facto o Algarve precisa de um melhor Serviço Nacional de Saúde nomeadamente na psiquiatria. Tenho dito.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Mais uma boa noite.

Dizer que o MPT vai acompanhar esta moção no sentido que na mesma forma que independentemente das ideologias, independentemente daquilo que os partidos defendem, a mensagem é clara. Portanto acho que o fundamento é ver que a mensagem é importante, que é uma necessidade urgente e portanto vamos estar favoravelmente.



Só deixar aqui mais aqui uma achega de que com o aparecimento da pandemia os enfermeiros e os médicos, puderam recorrer a uma lei da segurança social, que é apelaram aos riscos específicos. E isto era uma coisa que antes não era dada aos médicos e agora com a pandemia começou a dar. E muitos médicos e muitos enfermeiros, apelaram a esses riscos específicos e alguns estão há um ano em casa. Portanto fazem um excelente trabalho, alguns dão tudo o que têm, mas depois há outros que apelam a essas coisas e alguns são pediatras. Infelizmente, conheço duas pessoas nessa situação, há um ano que estou em casa e mais, ganham o ordenado por inteiro. Disse.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado. Muito rapidamente também para referir que o setor público de saúde só é complementado com o setor privado também. Isto é na saúde, é na educação e é na cultura. Não há só um braço, há dois braços que têm que funcionar e sobretudo no Algarve que está divididos em Barlavento e Sotavento e essa situação é bem marcante. Há um lado e há o outro e tem que juntar e não é através de uma centralização ou de uma fórmula absolutista de reger um setor como é a saúde.

Eu vou aqui falar de uma coisa que não é popular ou não será conveniente, que eu sou às vezes inconveniente, para terminar a seguinte pergunta. Se nós fazemos testes anti COVID nas farmácias finalmente, antes não havia, porque é que não há vacinação do COVID nas farmácias? Muito obrigado.»

O membro da AM, Álvaro Patrício (CDS) – «Sr. Presidente em exercício, era só para deixar muito rapidamente a opinião expressa do grupo parlamentar do CDS-PP, que com certeza que vai acompanhar a moção do da CDU, porque nós entendemos que nós a sul estamos isolados do resto do país, seja privado seja público a concatenação de todos os esforços vindo do privado, vindo do público, são sempre bem-vindos, porque nós somos muito deficitários seja no público seja no privado.

Portanto a moção da CDU tendo em conta todos os objetivos e todas as pretensões do CDS-PP, nós não podemos ficar alienados só por uma questão de retórica política, mas sim temos que acompanhar por uma questão de humanidade e de urbanidade. Obrigado.»



O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Sr. Presidente em exercício, começando pela questão da ideologia que é uma questão muito interessante. A nossa vida desde que nascemos, até que morremos, aquilo que nós estudamos, trabalhamos, experienciamos, coloca na cabeça de todos nós uma carga de ideias e uma carga ideológica, que tem a ver com os nossos procedimentos, com as nossas opções, com aquilo que nós dizemos, com aquilo que nós fazemos, com as nossas contradições, com as nossas frustrações, tem a ver com tudo isso. E eu diria que aqui se me permitem azar de nós se não tivessem carga ideológica da nossa cabeça, azar de nós se a nossa cabeça fosse vazia de ideias.

Todos nós temos consciência disso, não temos consciência disso, é outro problema. Todos nós temos carga ideológica na nossa cabeça e azar de nós, não desejo isso a ninguém, que essa carga desapareça da sua cabeça é só uma questão de ter consciência e assumir mais nada. Demagogia, eu poderei confessar que está por propositadamente escrito com essa casca de banana da retórica e da demagogia. Está propositadamente escrito com alguma dureza nalgumas palavras. E porquê? E porquê? Não há aqui ninguém que não conheça que a realidade é muito mais dura do que uma ou outra palavrinha, um bocadinho dura que aqui está.

Pessoalmente, eu e a minha família, conhecemos o público, conhecemos o privado. Eu próprio no desempenho de responsabilidades políticas já fiz várias visitas ao Hospital de Faro para falar com o seu Conselho de Administração, para falar com médicos de vários setores relativamente aos profissionais de saúde desde os médicos desde os responsáveis clínicos aos enfermeiros a todos os outros profissionais do setores é transversal uma constatação.

Condições técnicas de trabalho, condições técnicas para tratarem das pessoas e condições de remuneração. O Estado garante? Não! Tem a obrigação de garantir? Tem! Tem de dar continuidade a isso? Tem! Porque é que não faz? Uma grande parte do financiamento do negócio privado está a ser feito com recursos públicos. Há aqui alguém que não saiba disso?

Mais, relativamente aos privados, os privados fazem o que lhes compete, investem no negócio da saúde e investem no negócio da saúde para



quê? Para que relativamente ao capital investido haja retornos. Não me meto nisso. É que quer o governo do PS, seja outro governo, enquanto administração do estado, e o estado somos nós todos, relativamente à promoção da saúde e ao tratamento de doenças tem que agir bem e tem que agir para cima. E tendo em conta que as possibilidades da maioria da população não são as possibilidades de uma minoria da população. É isso que aqui está dito. As reações são diversas.

Não pretendemos que haja unanimidade acerca disto. Aquilo que a gente pretende é denunciar, pressionar, exigir e combater, para que Portugal tenha como constitucionalmente está previsto. Como a lei prevê um Serviço Nacional de Saúde à altura das necessidades da maioria do nosso povo. Muito obrigado.»

Não havendo mais inscrições passou-se à votação da referida moção.

VOTAÇÃO

Votos contra – 03 (01CH;01IL;01PPM)

Abstenções – 08 (07PS;01BE)

Votos a favor – 12 (07PSD;02CDS;01MPT;02CDU)

Face ao resultado obtido na respetiva votação a referida moção foi aprovada por maioria.

O membro da AM, Márcia Bernardo (CDU) – «Saudação ao 1.º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador.

Em 1886 milhares de operários da cidade norte-americana de Chicago, conscientes da necessidade de humanização do mundo do trabalho, iniciaram uma luta histórica: a greve geral pela jornada de oito horas de trabalho diário. A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinaram que, em 1890, a Associação Internacional dos Trabalhadores decretasse o dia 1 de Maio como o Dia Internacional do Trabalhador.

A partir daí, o movimento operário sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na ação uma sociedade sedenta de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade.



Lançou, assim, pontos para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias.

Desde então, as lutas dos trabalhadores inseridos nas suas organizações sindicais têm contribuído decisivamente para um objetivo comum: a defesa da dignidade do trabalho e dos trabalhadores, a conquista e a defesa de direitos inalienáveis, um valioso contributo mais justiça social e melhoria das condições de vida de milhões de trabalhadores, trabalhadoras e jovens.

Hoje, esta luta continua sendo mais necessária para combater os ataques aos direitos e a todos os reversos civilizacionais que, apresentados com outro rosto, pretendem manter altos níveis de exploração dos trabalhadores. Exploração nas suas várias facetas: destes salários, às condições laborais, ao desemprego, à precariedade laboral ou aos horários de trabalho.

É preciso, pois, combater os baixos salários e reformas, a elevada precariedade, o desemprego, a carga horária excessiva e desajustada, as alterações para pior às leis laborais, a negação dos direitos e garantias. É esta realidade de instabilidade permanente que hoje compromete não só o futuro dos trabalhadores, mas também o futuro dos jovens e o próprio desenvolvimento do país.

Urge, pois, mobilizar os trabalhadores em torno das suas justas reivindicações: pelo aumento dos salários e das pensões, na defesa do emprego com direitos, no direito à contratação coletiva, pela regulação dos horários, pelas 35 horas de trabalho semanal, pela revogação das normas gravosas da legislação laboral, por serviços públicos de qualidade.

Assim, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Faro propõem que esta, reunida no dia 29 de abril de 2022 delibere:

- 1- Saudar o 1.º de Maio Dia internacional do Trabalhador, e saudar todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais, manifestando solidariedade com a luta por eles desenvolvida, exortando-os a continuá-la, numa perspetiva de consolidar direitos conquistados e de alcançar novos avanços que conduzam à sua total emancipação;*



2- *Dar conhecimento desta saudação às organizações sindicais do distrito de Faro, às centrais sindicais nacionais e aos órgãos de comunicação social.*” Tenho dito.»

O membro da AM, Célia Gonçalves (BE) – «Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Bloco de Esquerda manifesta aqui a sua profunda identificação com os valores subjacentes à proclamação do 1º de Maio, há cento e trinta e seis anos. Hoje como ontem, urge lutar com veemência pela defesa da dignidade do trabalhador. É preciso combater a precariedade dos baixos salários, horários incertos, falta de direitos e garantias, a instabilidade permanente que compromete o futuro de todos mas sobretudo o dos jovens e o desenvolvimento do nosso país. Através do voto favorável à moção apresentada pela CDU, pretendemos manifestar a nossa total solidariedade para com os dirigentes e ativistas sindicais, com os trabalhadores desempregados e restantes cidadãos que hoje se deparam com uma situação de incerteza decorrente da instabilidade e económica. Obrigada.»

O membro da AM, António Luz (Chega) - «Em relação ao que há bocado o Partido Comunista disse, carga ideológica temos todos. É verdade. O problema é que não é igual. A carga ideológica do Partido Comunista é ligeiramente diferente da carga ideológica do partido CHEGA. E quando no texto está expressa a carga ideológica do Partido Comunista, a carga ideológica do Chega não pode acompanhar.

Assim, esta moção do primeiro de maio informa os mesmos princípios. Concordo com muita coisa que está aqui escrita. O que não concordo é que não vi aqui uma única palavra referente aos deveres. Quando há direitos tem que haver deveres. “Urge mobilizar os trabalhadores pelo aumento de salários, empregos com direitos, direito à contratação coletiva, horário de trinta e cinco horas, revogação das normas gravosas, manifestando solidariedade com a luta por eles desenvolvida exultando-os a continuar numa perspetiva de consolidar direitos conquistados, alcançar novos avanços que conduzam à sua total emancipação”, eu isto da emancipação não sei o que é, não entendo o que é a emancipação dos trabalhadores. É o quê? Correr com os patrões? Não percebo, deve ter uma explicação, eu é que não conheço.



Portanto, o Chega não pode concordar com essa carga ideológica que está aqui. Portanto, votamos contra. Obrigado.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Senhor presidente, é muito rápido, muito simples e muito direto. Saudamos o 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador e, como tal, votamos a favor desta moção.»

O membro da AM, Bruno Lage (Presidente da União de Freguesias de Faro – Sé/S. Pedro) - «O PSD, como um partido de direita social, de direita humanista que reconhece o mérito, o trabalho e os trabalhadores e os direitos dos trabalhadores, vamos saudar também o primeiro de maio e vamos votar favoravelmente este voto.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) - «Muito rapidamente, acho que o trabalho, o mundo de trabalho, que até não devia ser esse nome devia ser outro, está a haver um desmoronamento no reino do trabalho, isto para ganharmos identidade individual. Nós somos donos de nós próprios. É certo que há algum egoísmo nesta situação. Mas eu quero recordar também os patrões. Alguns patrões, não são todos. A gente conhece-os, mas muito devemos a muitas cabeças e a muitos homens que desenvolveram o país. Vou só recordar, do Alentejo, o senhor Nabeiro; vou recordar o grande algarvio Aníbal Guerreiro que resolveu de duas assentadas o turismo em Faro e os transportes para o interior do Algarve. Era ele e a sua Eva que tratava de fazer o transporte da população por todo o território algarvio. Só não acompanhei esta moção no seguimento entusiasmado das pessoas que estão no sistema, porque não tem a urgente criação da semana de quatro dias de emprego e com isso diminuir o fluxo às cidades, tínhamos resolvido os problemas de estacionamento, tínhamos resolvido as contaminações, tínhamos resolvido muita coisa. Muito obrigado.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Era bom que tivesse havido uma clarificação relativamente às causas ideológicas de cada qual, é óbvio, ainda bem que assumimos cada qual a respetiva causa ideológica do ponto de vista político/partidário, é saudável.

Depois, nós pretendemos uma sociedade de homens e mulheres livres. Agora, se precisasse de justificação para elaborarmos uma moção de saudação ao primeiro de maio, o caro membro Vítor Cantinho fundamentou perfeitamente a necessidade disso, se se aperceberam.



Acabou de dizer convictamente que o mundo do trabalho está em ruínas. É óbvio. E o mundo de trabalho está em ruínas porquê? Porque a individualidade de cada trabalhador tem que se chocar necessariamente com a individualidade das outras pessoas que estão ao lado. O que é excelente. De há muito tempo que eu digo que um fio é uma coisa muito fraquinha que parte com toda a facilidade. Se eu tiver entrançado seis fios, já é ligeiramente mais complicado. Se eu entrançar cem fios se calhar é mais difícil.

Agora, o caro Vitor Cantinho diz-me assim: faz falta o dia mundial do patrão. Proponha. Eles não precisam, mas pode-se propor o dia mundial do patrão. Não tem nada a ver com todos os empresários que responsabilmente assumem a sua responsabilidade e partilham o resultado do fruto do seu trabalho e dos outros. Justamente é isso que se pretende.

Agora, a semana dos quatro dias. A pessoa trabalha quatro dias mas ela necessita comer os sete dias, e então ela nos outros três dias vai à procura do ordenado. Quantos trabalhadores em Portugal acumulam dois postos de trabalho? E trabalham mais de dez doze horas por dia. Alguém ignora?

Se um estado democrático de direito constitucionalmente estabelecido, que é o nosso caso, não for capaz de colocar no centro da sociedade o papel do trabalho e do trabalhador está claramente no plano inclinado do subdesenvolvimento. Muito obrigado.»

O membro da AM, Álvaro Patrício (CDS) - «Só para esclarecer que o CDS vai acompanhar a proposta da CDU, mas gostava só de deixar aqui uma ressalva de que o dia primeiro de maio é o dia mundial do trabalhador. O patronato são trabalhadores, e não pode ser esquecido que o capital humano que oferece trabalho não sobrevive sem o capital capital, e o capital capital necessita do fator de trabalho para poder sobreviver.

Portanto, o primeiro de maio é uma data que é comemorada por todo o mundo, mas não é propriedade de alguns, é propriedade do ser humano, porque o ser humano tanto ele é trabalhador como empresário.»



Posta à votação esta Saudação ao 1º de maio – Dia Internacional do Trabalhador, foi aprovada por maioria, com 24 votos a favor e 02 votos contra (01PPM/01CH)

Seguidamente passou-se ao Voto de pesar pelas vítimas da guerra da Ucrânia, apresentado pela CDU

Voto de Pesar

Pelas vítimas da guerra na Ucrânia

É preciso pôr fim à guerra que tem lugar na Ucrânia desde há oito anos e que não devia ter começado. Urge inverter a escalada de confronto económico e belicista em curso e defender a paz. É necessário assegurar as condições para um cessar-fogo e uma solução negociada, travar o aproveitamento da guerra e das sanções como pretexto para agravar as condições de vida dos trabalhadores e dos povos.

Ninguém pode ficar indiferente ao sofrimento e destruição associados à guerra, seja ela qual for. A morte, a perda de vidas humanas, é sempre a face mais visível da guerra e deve ser forte razão para que esta seja evitada. O que exige que seja na garantia da integridade e respeito pela vida e não na instrumentalização das vítimas de conflitos que se devem concentrar os esforços de todos os que defendem a paz.

As notícias difundidas pelos centros do poder ucraniano e ampliadas pela máquina de propaganda que tem rodeado a guerra na Ucrânia, a partir da alegação de “crimes de guerra” ocorridos em Bucha e noutras localidades da Ucrânia, bem como as alegações russas de que estamos perante operações de manipulação desencadeadas por forças ucranianas, sendo informações contraditórias, são inquietantes e exigem cabal apuramento da verdade dos factos ocorridos.

Os atos criminosos, incluindo em cenário de guerra, não só não têm justificação como merecem a mais viva condenação, ocorram eles em solo da Ucrânia, do Iraque, do Afeganistão ou da Líbia.

O completo e rigoroso apuramento dos relatos relativos à morte de populações civis em Bucha e noutras localidades da Ucrânia, assegurado por entidades efetivamente independentes e determinado pela real avaliação dos factos ocorridos, é absolutamente necessário, sobretudo considerando exemplos



comprovados de situações anteriores, apresentadas como verdadeiras e que posteriormente se confirmou serem falsas e baseadas em operações de manipulação, inseridas numa linha de provocação, para justificar junto da opinião pública estratégias de agressão e ingerência, a partir do forjar de acusações e responsabilidades que se vieram a revelar exemplos de enorme falsidade.

Foi o que se verificou com a falsa invocação pelos EUA da existência de armas de destruição massiva no Iraque, que conduziu à guerra nesse país, com colossais sacrifícios e perda de vidas humanas.

Há que contrariar a instigação à escalada da guerra, os seus objetivos e perigos e afirmar a urgência de soluções negociadas que garantam a paz e a segurança coletivas.

Assim, os eleitos da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Faro, reunida no dia 29 de abril de 2022, delibere manifestar o seu pesar pelas vítimas da violência e da guerra na Ucrânia, quer as mais recentes quer as que se verificaram desde 2014, prestando um minuto de silêncio.

Faro, 29 de abril de 2022.

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Faro.

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) - De facto a CDU muitas vezes surpreende com as suas moções. E esta é uma moção surpreendente. Só da CDU. Quer dizer, a Ucrânia, que é um estado de direito, é invadido pela Rússia, e não há uma palavra em relação ao país que de facto é invadido. Isto é surpreendente. E é triste ver a decadência suicidária do partido comunista português. É horrível ouvir os disparates desta moção. É horrível. Factos concretos e objetivos e que se batizem que são manipulados, por amor de Deus, é demais perceber que não têm emenda nem consciência, nem a vontade de emendar. É que podiam reconhecer de facto que desde o início deste conflito só têm feito asneiras. Era reconhecer de facto que há um país soberano que é invadido por nós. Esta que é o centro da questão. Isto é surpreendente, é de facto uma vertigem da decadência rápida que desonra as melhores tradições do Partido Comunista Português. De facto desonra os princípios da formação do Partido Comunista Português e das liberdades que têm defendido. Pelo amor de Deus, parem. Reconheçam que erraram. Reconheçam, ainda vão ao tempo, que a Ucrânia é um



país soberano e é invadido por um opressor que se chama Rússia. Tenho dito. Obrigado.»

O membro da AM, Elza Cunha (PAN) – Declaração de Voto « O PAN acompanha as palavras da CDU quando se refere à guerra que está a acontecer na Ucrânia, resultante da invasão da mesma pelas tropas do regime do presidente da Rússia quando diz: *“É preciso pôr fim à guerra que tem lugar na Ucrânia desde há oito anos e que não devia ter começado. Urge inverter a escalada de confronto económico e belicista em curso e defender a paz.”*

O PAN não pode é acompanhar a CDU quando a mesma refere *“... exige que seja na garantia da integridade e respeito pela vida e não na instrumentalização das vítimas de conflitos que se devem concentrar os esforços de todos os que defendem a paz”* ou *“As notícias difundidas pelos centros do poder ucraniano e ampliadas pela máquina de propaganda que tem rodeado a guerra na Ucrânia, a partir da alegação de “crimes de guerra” ocorridos em Bucha”* e ainda

“... é absolutamente necessário, sobretudo considerando exemplos comprovados de situações anteriores, apresentadas como verdadeiras e que posteriormente se confirmou serem falsas e baseadas em operações de manipulação, inseridas numa linha de provocação, para justificar junto da opinião pública estratégias de agressão e ingerência, a partir do forjar de acusações e responsabilidades que se vieram a revelar exemplos de enorme falsidade.”

O PAN (assim como a União Europeia, muitos países fora da EU, a ONU e várias entidades e especialistas de renome internacional que estudam o fenómeno da guerra) entende que a realidade atual a que o mundo assiste, se trata de um país invasor (a Rússia) que no desrespeito de todas as leis internacionais, invade outro país soberano (a Ucrânia).

Cabe ao invadido, à vítima (a Ucrânia) o direito de se defender, por todos os meios possíveis, na tentativa da sua sobrevivência e da dos seus familiares/cidadãos. É assim em todo o reino animal, quer seja humano ou não humano.

Como todos temos testemunhado e acompanhado, têm havido ataques sistemáticos às mais diversas estruturas não militares no país invadido (a Ucrânia), como é o caso de hospitais, maternidades, escolas, teatros,



habitações, assim como provas inequívocas de incontáveis crimes de guerra, diariamente testemunhados por jornalistas no terreno e pelas populações civis sobreviventes. Ainda ontem (28/04/2022) o Secretário-geral das Nações Unidas, Eng.º António Guterres, testemunhou com visível e comovida consternação, o cenário apocalíptico em que encontrou as cidades e ouviu os testemunhos dos sobreviventes.

Pelo que aqui foi exposto, rejeitamos as palavras da CDU tais como *“instrumentalização das vítimas do conflito”* ou *“...baseadas em operações de manipulação, inseridas numa linha de provocação, para forjar acusações...”*

É pelo que atrás foi proferido que o PAN vai votar contra esta proposta da bancada da CDU,

Prestando, naturalmente, um minuto de silêncio pelas vítimas da violência e da guerra na Ucrânia

Terminamos com uma citação do escritor e pensador John Steinbeck:

“Toda a guerra é um sintoma do fracasso do ser humano enquanto animal pensante”.

O membro da AM, Célia Gonçalves (BE) - «O Bloco de Esquerda irá abster-se, pois não queremos votar contra um voto de pesar, mas não podemos votar a favor do voto de pesar deste teor em que claramente a CDU minimiza a ação da Rússia e os treinos de guerra, sem aspas.

A Ucrânia é um estado livre, soberano e independente. A invasão da Rússia é um ato ilegal, ilegítimo e imoral. Obrigada. »

O membro da AM, António Figueiredo (Chega) - «Parece-me que depois de tudo o que já foi dito e de tudo o que se conhece, só me resta dizer que isto é um panfleto dos viúvos da extinta URSS. É um documento de uma imensa hipocrisia. No Chega votamos contra a hipocrisia. Tenho dito.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Não é hora nem há tempo para discutir o conflito bélico na Ucrânia. Cada qual, se quiser, hoje tem as mais diversas fontes de informação nacionais e estrangeiras para confrontar e depois faz aquilo que agora está na moda dizer-se: faz as suas escolhas. Pessoalmente eu fiz a minha escolha e já a declarei aqui. Não sou russo, não sou ucraniano e muito menos sou americano.



Sou português e tenho muita honra e orgulho nisso. Gostem ou não gostem, acreditem ou não acreditem, para mim é indiferente.

Vou-vos falar aqui algumas coisas interessantíssimas, muito curtas. Ouvi eu que os Estados Unidos da América tinham cerca de quinze mil milhões investidos na ajuda económica na guerra. E que está pendente no senado americano para a aprovação – não sei se já foi aprovado se não – o reforço dessa verba de mais trinta e um mil, trinta e dois mil milhões de euros. Isto anuncia uma escalada terrível da guerra.

Presidente da Assembleia Municipal - «Vamos passar então à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Que vota a favor. A moção foi rejeitada com os votos favoráveis dos proponentes e abstenção do Bloco de Esquerda e os restantes votaram contra.»

A Moção foi reprovada.

O membro da AM, Daniel Viegas (IL) – Declaração de Voto

Declaração de Voto

Voto de Pesar — "Pelas vítimas da guerra na Ucrânia"

Em seguimento do teor do voto de pesar apresentado pela CDU, intitulado "Pelas vítimas da guerra na Ucrânia", consideramos necessário clarificar o sentido de voto e conseqüente rejeição da proposta apresentada.

Segundo o Concelho dos Refugiados das Nações Unidas, desde 24 de fevereiro de 2022 até ao dia 27 de abril de 2022, mais de 5,3 milhões de pessoas foram obrigadas a sair da Ucrânia e mais de 7,7 milhões de pessoas foram deslocadas dentro das fronteiras da Ucrânia. O povo e a nação ucraniana não escolheram a guerra, mas viram-se obrigados a defender a sua soberania perante um agressor único que, perante falsas e injustificadas premissas, decidiu invadir a Ucrânia e colocar em risco a segurança e liberdade de todo o continente europeu.

Liberdade cujo expoente máximo é a liberdade de expressão, instrumento do qual a CDU faz utilização para branquear os factos ocorridos ao longo dos últimos 64 dias na Ucrânia com este voto de pesar apresentado na Assembleia Municipal de Faro. Liberdade de expressão que deixou de existir na Rússia, país invasor, onde os



cidadãos que não sigam a propaganda oficial são silenciados e encarcerados.

O voto de pesar apresentado pela CDU é uma tentativa de instrumentalização da Assembleia Municipal de Faro para difusão da relativização dos factos ocorridos. Em Bucha, bem como em Mariupol, Borodianka, Irpin, Sumy, Mejitopol, Kherson e muitas outras localidades ucranianas, são cometidos crimes e atrocidades dirigidas à população civil diariamente. Factos que não podem ser ignorados e relativizados e que não se coadunam com os valores de transparência, democracia, liberdade, respeito pelo estado de direito, normas internacionais e os direitos humanos básicos.

O povo ucraniano é a principal vítima desta guerra de agressão iniciada pela Rússia. A paz é o objetivo de todos nós e não tem dono moral, no entanto depende única- e somente da retirada das tropas invasoras do território soberano da Ucrânia.

A nossa solidariedade com o povo ucraniano e as vítimas da guerra na Ucrânia é total e não tem condicionalismos.

Assim, por estes motivos, os grupos municipais na Assembleia Municipal de Faro da Iniciativa Liberal (L), do Partido Social Democrata (PSD), Partido Popular (CDS-PP), Partido da Terra (MPT) e Partido Popular Monárquico (PPM) decidiram votar contra este voto de pesar.”

Apesar de a moção apresentada pela CDU ter sido rejeitada, foi decidido pela Assembleia Municipal guardar um minuto de silêncio.

Seguidamente passou-se à Recomendação apresentada pelo PAN

O membro da AM, Elza cunha (PAN) - RECOMENDAÇÃO

Recuperação da fachada do Teatro Lethes

“O Teatro Lethes faz parte dos 120 teatros mais bonitos, melhor preservados e mais interessantes dos teatros históricos da

Europa, sendo membro da PERSPECTIV - Associação de Teatros Históricos da Europa e parte integrante da Rota Ibérica da Rota



Europeia de Teatros Históricos. - Esta é umas das frases que descreve o nosso Teatro Lethes ao consultar o site da Câmara Municipal de Faro.

É, pois, com muito orgulho que Faro, os farenses e seus visitantes, têm tido a oportunidade de - nos quase 2 séculos da sua história mais recente de sala de espetáculos -, assistir a inúmeras representações artísticas, em todas as suas formas e conceitos. A história do Teatro Lethes remonta, no entanto, ao século XVI: foi um antigo colégio jesuítas, também conhecido como a primeira universidade do Algarve; em 1759 as tropas napoleónicas tomaram conta do espaço e a companhia de Jesus foi banida do país; em 1843 foi realizada uma hasta pública e o antigo colégio passou para as mãos do Dr. Lazaro Doglioni. A sua intenção passava por construir em Faro um teatro com características semelhantes ao S. Carlos de Lisboa e "À La Scalla" de Milão. Assim foi: a inauguração efetuou-se a 4 de abril de 1845.

177 anos depois, a experiência de entrar e simplesmente estar no Teatro Lethes é única! Um prazer para todos os sentidos, como certamente grande parte dos membros da Assembleia Municipal de Faro e do Executivo puderam testemunhar uma vez mais nas comemorações oficiais do 25 de abril que ali tiveram lugar. É efetivamente um local extraordinário que merece ser acarinhado e valorizado por todos nós.

Mas da mesma maneira que salta à vista toda a sua beleza inata, também testemunhamos que o seu estado de conservação, em particular da fachada, é paupérrimo para um edifício monumento tão importante para a cidade de Faro. É por isso fundamental uma recuperação deste espaço para que volte a demonstrar todo o seu esplendor proporcionando uma experiência de contemplação ainda mais impressionante e marcante para todos os que têm o prazer de se cruzar com ele.

Sabemos que o espaço físico é propriedade da Cruz Vermelha e que desde 2012 foi efetuado um protocolo entre o Município de Faro e a Cruz Vermelha Portuguesa, tendo sido instalada "A Companhia de Teatro do Algarve — ATA" como estrutura residente. O PAN compreende por isso o cenário de responsabilidades partilhadas que podem dificultar uma ação célere no sentido de dar início a uma intervenção imediata na estrutura, no entanto é por demais evidente a sua necessidade e urgência.



Nesse sentido, vem o grupo municipal do PAN, propor que a Assembleia Municipal de Faro, reunida no dia de 29 de abril de 2022, delibere no sentido de propor à Câmara Municipal de Faro que encete de imediato todos os esforços para que, até ao final do ano vigente, possa ser dada início uma obra de recuperação, bem programada e extremamente cuidada, do Teatro Lethes, que respeite a originalidade dos materiais utilizados, garantido a preservação do nosso património arquitetónico e cultural com uma história de quase 500 anos.”

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício - «Antes de passar à discussão, o senhor presidente da câmara quer, ao abrigo do artigo cinquenta e três, prestar um esclarecimento. Tem a palavra senhor presidente.»

Presidente da Câmara Municipal - «Muito obrigado senhor presidente. Queria só complementar e dar alguma informação que não é certamente da posse da assembleia relativamente ao Teatro Lethes e ao edifício onde está alojado. Nós, em dois mil e dez, fizemos um protocolo com a Cruz Vermelha Portuguesa, com retroativos a dois mil e oito e ficamos detentores do espaço exclusivo do Teatro Lethes e o resto do edifício é utilizado pela Cruz Vermelha Portuguesa. Já gastamos lá talvez mais uma centena de milhares de euros na recuperação do próprio Teatro Lethes e ele precisa de obras. Já lançamos uma vez, aliás temos esse projeto feito comparecer da Direção Regional da Cultura, para fazer a pintura da fachada e ficará com a cor original que não é aquela que lá está. Já lançámos uma vez, ficou deserto porque aquilo tem muita especificidade e não conseguimos, mas todo o edifício precisa de obras com alguma urgência de recuperação, nomeadamente parte da estrutura superior do telhado, obras de montante superior a um milhão de euros. Com base nisso e com base no desejo que eu acho que aquele edifício devia ser municipal e não na Cruz Vermelha, com todo o respeito que tenho, tive penso que este mês ou no final do mês passado uma reunião com a doutora Ana Jorge, que é atualmente a presidente da Cruz Vermelha a nível nacional e também é presidente do Conselho Geral da nossa Universidade do Algarve, e no dia em que ela cá veio tivemos uma conversa e partilho convosco que estamos a trabalhar no sentido de aquele espaço passar a ser gestão total do município e cedermos um terreno para a construção de instalações para a Cruz



Vermelha Portuguesa. Instalações condignas, porque a Cruz Vermelha Portuguesa está naquele espaço, há uma parte que está boa mas há uma outra parte que não, portanto eles também não estão ali nas melhores condições e tendo em conta até o tipo de atividade, com ambulâncias a entrar e a sair, também não é a melhor localização.

E portanto queria só partilhar convosco que estamos numa fase de conversação no sentido de que o edifício possa passar na íntegra para o município e cedermos ou darmos também condições para que a Cruz Vermelha se possa instalar no concelho de Faro em instalações condignas. Muito obrigado.

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) - «Após o que o senhor presidente acabou de explicar acho que neste momento não tem muito sentido da nossa parte, pela parte do MPT, estar a votar esta moção. Se bem que é urgente fazer as obras mas como o município está a tomar as diligências para que elas se realizem, da nossa parte não vemos muito sentido estar a votar a moção agora. Obrigado.

O membro da AM, Bruno Lage - presidente da União de Freguesias de Faro, Sé/S.Pedro – (PSD) - «Senhor presidente é também para dizer o mesmo: eu recomendo que esta proposta seja retirada dado a a informação do senhor presidente da câmara municipal de Faro que informa que estão previstas um conjunto de intervenções de fundo no no Teatro Lethes. Consideramos que é mais oportuno que esta proposta de recomendação seja retirada e que fiquemos a aguardar que essas obras sejam executadas com a maior brevidade possível, de forma a enriquecermos cada vez mais o nosso património e o património da nossa cidade disse. Muito obrigado.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) - «Senhor presidente, saúdo as iniciativas do senhor presidente da câmara e do executivo municipal, fazendo votos que sejam bem sucedidas. Faz todo o sentido que aconteçam duas coisas: que aquilo entre no património municipal e que a Cruz Vermelha Portuguesa tenha instalações nas quais possa funcionar muito melhor do que ali.

Contudo, todos nós sabemos, e basta só termos ouvido falar num milhão milhão de euros, a brevidade que todo este processo pode desencadear e chegar a um desejável desfecho positivo vai demorar



algum tempo. Eu passo frequentemente por aquela por aquela zona e pude comprovar que o que é proposto aqui faz todo o sentido.

E julgo que é perfeitamente conciliável e desejável “lavar a cara”, digamos assim, àquele edifício que é uma coisa de curto prazo e provisória porque não se justifica que aquilo se continue a degradar.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) - «Recordar aqui que este edifício tem um historial imenso, entre eles a primeira exposição de pintura futurista, do tempo do Carlos Porfírio, e lembrar também que este edifício foi o primeiro, penso eu, a sul do Tejo em que se projetou o cinematógrafo, na altura. Temos até que colocar a intervenção neste edifício no curto prazo, que fica em muito menos dinheiro, que é pintar a fachada, como o senhor presidente disse, de acordo com a cor original que está lá por baixo. É só ir ver a composição e utilizar materiais adequados de pintura para a fachada.

É certo que há ainda mais que fazer, mas eu recordo que no tempo do ministro Santana Lopes foi reestruturada toda a abóbada por cima do Lethes.

Desgosto totalmente da situação atual, que é um parque de ambulâncias, portanto, num edifício nobre que devia estar aberto todos os dias para os turistas poderem visitar porque aquele interior é de uma qualidade pictórica excelente. e toda aquela dimensão merece que seja visitado e enquadrado com guia turístico para relembrar como é que um colégio e uma capela ou uma igreja existiu ali.»

O membro da AM, Luís Coelho (PS) - «Boa noite a todos. A hora já vai adiantado mas há uma correção que tem que ser feita e eu vou fazê-la. A obra que foi feita no telhado do Teatro Lethes, não foi Pedro Santana Lopes que foi, foi Manuel Maria Carrilho, e o presidente da câmara era eu. E quem lutou por aquilo foi ele porque a Cruz Vermelha, infelizmente, nunca se interessou por aquilo. Alguém disse que aquilo estava a cair e fui eu, com mais alguém que não me lembro agora, quem foi fazer uma reunião com a Cruz Vermelha. Foi uma reunião um bocado deselegante, até por parte de quem estava na Cruz Vermelha na altura mas pelo menos assumiram vir a Faro e da conversa - por isso é que muitas vezes se diz que da conversa se faz a luz - da conversa resultou alguma coisa. Isto foi em noventa e sete ou noventa e oito mas



ali gastaram-se ali quase duzentos mil euros do quase duzentos mil contos (era em contos), mas eles nem queriam ouvir da hipótese de largar aquilo para a Câmara. Portanto, eu digo isto mais para salientar de facto de que aquilo é da cidade e tem que ser preservado a todo o custo. Muito obrigado. »

Não se registando mais pedidos de intervenção, passou-se à votação desta Recomendação, a qual foi aprovada por maioria, com zero votos contra, dez abstenções (PSD e IL) e dezasseis votos a favor das restantes bancadas (PS; CDU; CDS; MPT; PPM; CH; BE e PAN)

Seguidamente passou-se a um voto da homenagem Adriano Correia de Oliveira, apresentado pela CDU.

Voto de homenagem a Adriano Correia de Oliveira.

Adriano Correia de Oliveira nasceu no Porto, em 09 de abril de 1942, e morreu em Avintes, em 16 de outubro de 1982, pelo que se completam 80 anos do seu nascimento, o que está a ser alvo de diversas iniciativas organizadas a nível nacional por parte de uma Comissão Executiva nomeada pelo Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira, que inclui concertos musicais, edição de livros, debates e exposições itinerantes por todo o país.

Após concluir os estudos secundários no antigo Liceu Alexandre Herculano, Adriano matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1959, onde teve uma intensíssima participação no meio cultural e desportivo ligado à academia.

Adriano, foi um músico português intérprete da canção de Coimbra e cantor de intervenção.

São célebres algumas das suas canções, com poemas de poetas contemporâneos como Manuel da Fonseca, António Gedeão e Manuel Alegre.

"A Trova do vento que passa' um hino da resistência dos estudantes à ditadura de Salazar, é inesquecível e intemporal.



Diversos álbuns foram editados pela Orfeu, desde 1967, como "Adriano Correia de Oliveira", "O Canto e as Armas", "Cantaremos", "Que nunca mais" e "Cantigas Portuguesas".

Mas outros singles e EP's foram publicados antes e depois do 25 de Abril de 1974.

Recebeu várias condecorações, designadamente Comendador da Ordem da Liberdade e Grande — Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Assim, a Assembleia Municipal de Faro, reunida no dia 29 de abril de 2022, delibera aprovar um Voto de Homenagem a Adriano Correia de Oliveira, saudar as Comemorações do 80.º aniversário do seu nascimento e apoiar o programa comemorativo organizado pela Comissão Executiva nomeada pelo Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira.

A ser aprovado, este Voto deverá ser enviado ao Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira e aos órgãos de comunicação social.

Faro, 29 de abril de 2022.

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Faro.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, foi o presente voto posto à discussão, não tendo havido intervenções.

Assim, foi o mesmo posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício - «Vamos passar à última moção, e em virtude de ter algum interesse em poder dar um contributo para a discussão vou pedir suspensão temporária da função que estou a exercer, peço à segunda secretária que dirija a sessão daqui para diante e vou-me sentar daquele lado, na bancada.

Segunda Secretária - «Então, vamos discutir a moção de atribuição de designação do aeroporto interno nacional internacional de Faro Almirante Gago Coutinho e passo a palavra para a bancada do PS.

O membro da AM, Luís Coelho (PS) – Leitura da Moção

MOÇÃO



Atribuição de designação "Aeroporto Internacional de Faro - Almirante Gago Coutinho"

No centenário da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, um grupo de notáveis cidadãos algarvios das mais diversas proveniências políticas, sociais e profissionais retomou a iniciativa de atribuição do nome do Almirante Gago Coutinho ao Aeroporto Internacional de Faro, promovendo a divulgação e subscrição do documento "Gago Coutinho, o Aeroporto e o Algarve", apresentado em São Brás de Alportel, no passado dia 17 de fevereiro.

«Portugal conta com vários dos seus filhos que, por obras e feitos, deixaram o nome gravado a ouro na História da Humanidade, sobretudo na época áurea da expansão quinhentista, mas também através dos tempos.

Carlos Viegas Gago Coutinho — o almirante Gago Coutinho, Que em Faro e S.Brás tem as suas origens — foi sem dúvida um dos mais brilhantes de entre todos, ao produzir uma revolução na navegação aérea, alcançando a dimensão daqueles que descobriram as rotas dos oceanos, nos séculos XV e XVI.

A Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, protagonizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, dois distintos oficiais de Marinha que no longínquo ano de 1922, quando a aviação dava os seus primeiros passos, e os homens ainda ensaiavam temerariamente a experiência de pôr a voar aparelhos que hoje consideramos primitivos, constitui um dos feitos de expressão maior nas conquistas da humanidade.

Eles ousaram atravessar os oceanos, sem ajudas, navegando com a certeza de alcançar o seu destino de forma autónoma, com base nos estudos e métodos que Gago Coutinho desenvolveu.

Usando a técnica e os instrumentos idealizados e aperfeiçoados por Gago Coutinho, os aviões passaram a poder alcançar qualquer destino que estivesse ao alcance das suas capacidades mecânicas e da sua autonomia em combustível. Foi Gago Coutinho o grande criador desta nova técnica e o obreiro de um futuro de viagens aéreas, inimaginável no princípio do século XX, que é hoje o nosso presente.

A relevância de heroico e civilizacional feito, encontra a sua máxima expressão ao ser pela UNESCO considerado Património da



Humanidade, tendo como tal, a 27 de julho de 2011, inscrito o Relatório da 1ª Travessia Aérea do Atlântico Sul, no Registo da Memória do Mundo.

A agência especializada da ONU, afirma que a inclusão de tais documentos naquele registo reflete o seu valor excecional e significa que devem ser protegidos em benefício de toda a humanidade, além de oferecerem uma excelente oportunidade para chamar a atenção para a importância da memória coletiva e da sua salvaguarda.

Em 2019, ano em que teve lugar a comemoração do 150º aniversário do nascimento do Almirante Gago Coutinho, a Assembleia Municipal de S. Brás de Alportel aprovou por unanimidade uma moção propondo ao Governo a atribuição do nome "Almirante Gago Coutinho" ao Aeroporto Internacional de Faro.

As limitações sanitárias que então surgiram, e a que estivemos sujeitos nos dois últimos anos, vieram condicionar as iniciativas, ditando o protelar da sua concretização.

Agora, na ocasião em que se comemoram os 100 anos da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, uma vez libertos das peias sanitárias, entende-se dever ser reavivado o desígnio de homenagear o homem que abriu os céus ao mundo, retomando a iniciativa de propor a atribuição do nome "Almirante Gago Coutinho" ao Aeroporto Internacional de Faro.

Na divulgação de tal pretensão queremos realçar o apreço dos Algarvios pelo seu aeroporto, sendo notória a aspiração de o ver associado a tão relevante personalidade aeronáutica, oriunda da região.

Atribuir ao aeroporto de Faro o Almirante Gago Coutinho como patrono, seria uma forma de nos projetarmos no mundo, lembrando, o engenho e a capacidade criativa da gente portuguesa e o seu contributo para o desenvolvimento da humanidade.

2

Gago Coutinho ficou vinculado, de uma forma indelével, não só à Aviação Naval Portuguesa, que muito honrou, mas também à Aviação mundial, por virtude dos seus proficientes estudos e trabalhos sobre navegação aérea.



A par da Universidade do Algarve, o aeroporto constitui indubitavelmente a infraestrutura que aporta maiores valores, económicos e sociais ao Algarve. É pelo aeroporto, enquanto porta de entrada na região, que recebemos anualmente centenas de milhares de visitantes.

Afigura-se que nada será mais eficaz, como divulgador da imagem do Algarve, e do país, o podermos transmitir, a quem nos visita, uma mensagem simbólica de modernidade e das capacidades deste povo, valores personificados na personalidade aeronáutica, que tem as suas origens na nossa região - o Almirante Gago Coutinho.

Saldar-se-ia assim uma dívida histórica — homenageando para a posteridade um daqueles que por "feitos valorosos, se foram da lei da morte libertando .

E projetar-se-ia Faro e o Algarve, nesta aliança a um vulto de reconhecimento universal.

Que se unam vontades, que se decida pelo progresso da Região e do País.

Secundando a vontade dos representantes da terra natal dos seus antecessores e a determinação deste grupo de cidadãos, que aqui saudamos pela iniciativa que temos a honra de abraçar, que se unam vontades, que se decida pelo progresso do Algarve e de Portugal, recordando os feitos e honrando a memória de tão insigne e prestigiada personalidade e valorizando o nome da Região do ALGARVE.

Neste sentido, vem o grupo municipal do Partido Socialista, reunido no dia 29 de abril de 2022 propôr:

- Recomendar ao Primeiro-Ministro e ao Governo que tomem as diligências necessárias, legais e regulamentares para designar o ALMIRANTE GAGO COUTINHO como patrono do Aeroporto Internacional de Faro, assumindo-se a designação de AEROPORTO INTERNACIONAL DE FARO - ALMIRANTE GAGO COUTINHO.
- Enviar a presente moção, depois de aprovada, ao Primeiro-Ministro, ao



Ministro das Infraestruturas e Habitação, ao Presidente da República, ao Presidente e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao

Presidente do Conselho Intermunicipal da AMAL e a todas as Assembleias e Câmaras Municipais do Algarve, à Presidência da Comissão de

Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e ao Presidente do Conselho Regional da CCDR do Algarve, e divulgá-la pela comunicação social regional e nacional.”

Segunda Secretária da Mesa - «Muito obrigada. Ao abrigo do artigo cinquenta e três eu passo a palavra ao senhor presidente, Rogério Bacalhau.

Presidente da Câmara Municipal - «Muito obrigado. Eu perante esta moção, não costumo fazer isso, mas tendo em conta que hoje mandei um texto para um jornal regional sobre este assunto, não queria deixar de partilhar convosco as palavras que estão nesse texto. Acho que até era deselegante na medida em que isso está aqui hoje e amanhã ou depois vai sair, não sei quando porque é um jornal que não é diário. Vão sair algumas notas e alguma reflexão que fiz sobre este tema e portanto queria partilhar convosco para não saberem pela comunicação social. Tem como título “Breve reflexão sobre designações e a dignidade das comunidades:

As palavras são o que são e os nomes também. Alguns, como Faro, são pequenos mas parecem ocupar um espaço grande demais. A verdade é que os anos mais recentes trouxeram-nos esta tendência de cortar o nome de Faro da designação das entidades oficiais nos equipamentos regionais e das infraestruturas. É o que é, vivemos bem com o que temos e com o que somos.

Na saúde, deixaram cair o hospital distrital de Faro para fazer nascer o centro hospitalar, agora universitário, do Algarve, sem que a qualidade da assistência tenha sofrido alteração positiva, bem pelo contrário.

No ensino sucede coisa semelhante, todas as escolas cuja abrangência supera os limites do concelho são designadas do Algarve. É assim muito notoriamente com a universidade, que é do Algarve, ao contrário das



congêneres Aveiro, Coimbra, Évora, Lisboa, Porto e outras que fazem valer o nome das cidades que as acolhem.

Esta no entanto é uma matéria pacífica, sempre o foi, mas suspeito que não seria assim se os pioneiros da nossa academia, quase todos eles farenses, da década de sessenta se lembrassem de batizar a universidade com o nome da cidade que a acolheu desde o primeiro dia. O mesmo acontece com a Escola de Hotelaria e Turismo que estando instalada em Faro, é do Algarve, em contraponto com as suas irmãs do Estoril, de Portalegre, de Setúbal, Lisboa, Porto ou Coimbra. Aliás, os dois pólos em Vila Real e em Portimão chamam-se Vila Real e Portimão e não Algarve.

O próprio conservatório Maria Campina, estando em Faro, é do Algarve. Recebendo agora a forte concorrência de diversos outros conservatórios como os de Loulé e Tavira, por exemplo.

Nem a igreja parece escapar a essa tendência de obliteração do nome de Faro. Organizada no distrito numa diocese regional que derivou de Silves para Faro em mil quinhentos e sessenta e sete, a diocese permanece do Algarve e não de Faro, em contraste com as dioceses do Porto, Viana, Setúbal, Leiria, Aveiro, Viseu, Évora ou até do Funchal.

E o que dizer do desporto? Já se ouviu falar da Associação de Futebol do Minho? E da Associação de Basquetebol da Beira Litoral ou do Alto Alentejo, da Estremadura ou do Douro Litoral? Não. Nunca se ouviu certamente. E não se se ouviu porque o costume adotado dita que cada organismo carrega o nome da cidade que o sedia. Assim, temos as associações de futebol de Lisboa, Évora, Beja, Aveiro e todas as outras capitais do distrito, ao contrário da do Algarve.

Em todo o território continental subsiste essa regra, com uma única exceção, o distrito de Faro (que ainda irá passar a ser distrito do Algarve...) que embora tenha na sua capital acesso a todos estes organismos oficiais regionais, os seus associados preferem não ostentar o nome de Faro na sua designação certamente para não acicatar ânimos clubistas. Que dirão estes da Associação de Futebol de Braga, na qual estão inscritos o Sporting de Braga e a sua Vitória de Guimarães. E da Associação de Futebol Clube do Porto, onde coabitam os insolúveis Futebol Clube do Porto, Boavista e Salgueiros.



A Ordem dos Advogados e a generalidade das Organizações Cooperativas apresenta-se como a exceção mantendo o seu Conselho Regional de Faro, que aliás é um órgão colegial geograficamente heterodoxo.

No aeroporto também é assim, ainda. Na nossa perspetiva é bom que assim aconteça, pois reiterar o nome da capital da região é também reforçar a região não havendo, que saibamos, assumido a pretensão de deslocalizar a capitalidade para outra paragem dir-se-ia que a ninguém aproveita esta tendência de fazer desaparecer de todos os mapas a designação da nossa cidade. Bem ao contrário, reforçar o peso específico de Faro e a sua visibilidade como capital administrativa e política de um distrito que almeja a regionalização seria só de meridiana inteligente.

Em Faro, não somos bairristas, infelizmente. Relevem-se as saudáveis rivalidades idiossincráticas das nossas comunidades. Somos algarvios. E pensamos, como todos, que Gago Coutinho merece a honra que lhe querem conceder batizando o seu nome no nosso aeroporto internacional de Faro. Como mereceu, em mil novecentos e sessenta e três, a distinção que o Estado de Novo lhe concedeu quando inscreveu o seu nome no aeroporto internacional de Lourenço Marques, atual Maputo, honrando a inédita travessia do Atlântico Sul realizada em mil novecentos e vinte e dois. É até algo que surpreendente poder constatar que nos anos oitenta tal designação haja caído sem que as autoridades do regime democrático ou mesmo os fazedores da opinião pública de então tivessem soltado um só queixume. Uma injustiça histórica para com uma figura universal como Gago Coutinho.

Outros haveria a contemplar neste debate, como por exemplo eu podia juntar aqui muitos mais, Dom Afonso Henriques que inaugurou a época da primeira globalização, ou António Ramos Rosa, um farenses de fio a pavio cujo laço poético vai vingando cada vez mais por todo o mundo. Todas as três seriam escolhas válidas, sempre que não façam cair a designação que já existe.

Que se abra o debate e que o mesmo não sirva para que o nome da nossa linda e histórica cidade seja uma vez mais tratado com a leviandade costumeira. A bem da coesão da nossa região e a bem do respeito pela nossa história e da dignidade da nossa comunidade.”



Isto será publicado um dia destes e portanto queria só partilhar convosco esta breve reflexão que é meramente uma breve reflexão. Muito obrigado.»

O membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União de Freguesias de Faro Sé/S. Pedro - «Obrigado, senhor presidente. Em primeiro lugar dar-lhe os parabéns pelo seu aniversário.

Em segundo lugar, agradecer à bancada do Partido Socialista pelo ato nobre e louvável de ter permitido que a bancada do PSD e as restantes bancadas da coligação pudessem também subscrever esta proposta. Muito obrigado. É um nome que consideramos adequado para o aeroporto internacional de Faro, inclusivamente já tínhamos tido a possibilidade de debater esse tema aqui na nossa assembleia há uns meses, mas essa proposta deixa algo que é muito importante para nós ou pelo menos para a maioria de nós, que é garantir que a marca de Faro continue no aeroporto, porque o nome que é proposto é Aeroporto Internacional de Faro, e depois, Almirante Gato Coutinho. Acho que é uma justa homenagem a este herói da nossa história e é uma forma também de mantermos a marca Faro acoplada ao nosso aeroporto. Tenho dito. Muito obrigado»

O membro da AM, Luís Coelho (PS) - «Muito rapidamente, diria que subscrevo na íntegra o artigo do senhor presidente da Câmara penso exatamente da mesma maneira e gostava de ter tido a capacidade de escrever um artigo nos termos em que ele o escreveu.

Só aceito ler e defender esta moção precisamente porque o nome de Faro está lá: Aeroporto Internacional de Faro. Quando se começou a falar em mudar o nome desaparecia, mas ele está lá e é essa a proposta que nós estamos aqui a votar e a subscrever.

A única justificação que eu encontro para esta substituição que foi feita ao longo dos anos do nome de Faro por Algarve é o facto de o Algarve ser uma zona com uma especificidade única no país. É a única justificação que encontro para isso.»

O membro da AM, Vitor Cantinho (PPM) - «Dar os parabéns ao senhor presidente da Câmara.

Eu vou-vos contar uma coisa, eu joguei basquete e a Associação de Basquetebol de Faro está sediada em Olhão. A gente aceitou sempre



porque Olhão era uma freguesia de Faro mas não faz sentido uma associação de basquete ser localizada fora do nome em que ela é atribuída.

Hoje é um dia especial porque o senhor presidente recordou-me que a minha terra, Matuto, esqueceu-se do nome de Gago Coutinho no aeroporto de Maputo. E esse nome foi posto em Maputo por uma razão, também, para além de ficar nos anais da história da aviação, como Bartolomeu de Gusmão que de balão queria unir Portugal ao Brasil e está registado a patente em Coimbra. Existe um documento que prova isso.

E Gago Coutinho também vai ficar no historial da aviação você no sentido em que foi o primeiro aviador a fazer a travessia até ao Brasil, no mesmo avião, que era o Lusitânia.

Recordar que o Gago Coutinho teve o nome no aeroporto porque foi aí que ele começou a trabalhar fazendo as marcações geodésicas, portanto as limitações de Moçambique foram feitas por Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Foi aí que eles conheceram os dois. Mais uma razão para a minha proposta aqui nesta casa, que é o Panteão Regional em que seria o local para recordar condignamente estas figuras que são de nível mundial e que não podem estar no Panteão Nacional.»

O membro da AM, Francisco Soares (PSD) - «Senhora presidente em exercício, pedi para vir aqui para baixo porque tenho um carinho muito especial pelo aeroporto. Eu vivi muitas horas neste aeroporto. O aeroporto onde estive mais tempo na minha vida, tenho acima de quinhentas aterragens feitas enquanto piloto aviador e isto dá-me, digamos, um sabor diferente para abordar a questão e é com muito carinho que falo dela.

É uma infraestrutura absolutamente notável no sul do país, nomeadamente pelo facto de estar em Faro ainda mais sinto porque me considero um Farenses. É uma infraestrutura que dá um grande aporte ao turismo, como toda a gente sabe, mas tem uma história: foi daquele lugar que nasceu, antes até de existir o aeroporto, existiu lá a pista do aeroclube do Algarve. E no tempo da guerra civil de Espanha, em que os portugueses estavam a construir o aeroporto de Gibraltar e não podiam vir por via terrestre para passar o Natal, a Páscoa, etc., era o aeroclube



do Algarve que os transportava diretamente de Gibraltar para Faro porque havia aqui este equipamento e há muita história ao redor disso.

Recordo-me também, há alguns anos esta parte, e eu estive envolvido nisso, que foi a partir deste aeroporto que fez aqui uma atividade muito interessante para os farenses que nunca tinham andado de avião e o Aeroclub do Algarve (era eu presidente na altura) promoveu quinhentos batismos de voo para variadíssimas instituições, incluindo até a ACAPO, portanto mesmo cidadãos invisuais tiveram oportunidade de ter a sensação de voar.

Também partilho daquilo tudo que aqui foi dito, acho que estamos sobremaneira de acordo, a palavra e a designação da nossa cidade tem de estar em evidência, porém tenho uma opinião ligeiramente diferente relativamente ao nome, porque entendo que há aqui uma equipa que trabalhou para que tudo acontecesse. Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Sacadura Cabral não foi apenas um piloto contratado para o evento e também me parece que era muito importante, e para justificar isso, que percebêssemos o que é que realmente se passou. Porque o que se passou não foi simplesmente dois homens aventureiros ou doidos que se meteram dentro do avião e arrancaram daqui para o Brasil, porque a travessia do Atlântico Norte já se tinha feito há alguns anos. Só que se fazia como? Semeavam-se, perdoem-me a expressão, navios ao longo do trajeto e os pilotos iam visualmente vendo onde estavam os navios e assim se conseguiam orientar. O grande problema é que não se conseguia navegar sem esse tipo de ajudas. E o que é que o Gago Coutinho fez e que foi notável, e fê-lo com o Sacadura Cabral? O Gago Coutinho começou por transformar o centenário sextante e acoplou-lhe um horizonte artificial, isto foi notável, porque a partir desse momento passou-se a poder navegar fazendo a medição dos astros, não a partir do horizonte natural porque esse pode estar oculto por nevoeiro, porque é de noite, etc., e então passou-se a fazer a medição a partir do horizonte artificial para os astros e assim conseguiam-se os rumos correto, e havia apenas um problema que foi Sacadura Cabral quem ajudou a resolver, que foi o corretor de rumos, porque devido ao vento como devem calcular a aeronave no ar começa a afastar-se e perde-se o controlo, e como dizia um professor meu de navegação não há nada pior



que um tipo que está lá em cima perdido. E eu sei que é, porque também já me perdi uma vez.

Portanto, o interessante daquilo que eles fizeram foi: conseguiram navegar (eu vou resumir isto) de Cabo Verde para os rochedos de São Pedro e de São Paulo, que são duas formiguinhas no meio do oceano. Fizeram mil e setecentos quilómetros em onze horas e qualquer coisa e acertaram exatamente em cima dos rochedos. Portanto, a partir daí eles festejaram logo aí. Não foi apenas com um avião, eles utilizaram três aviões, o primeiro partiu-se à chegada aos rochedos, como estava lá um navio português que os recolheu (aliás, estava lá para lhes fazer o reabastecimento porque a aeronave naquela altura não comportava combustível suficiente para fazer a travessia completa), mas eles festejaram aí. O grande feito foi conseguir chegar aos rochedos com uma precisão incrível. A partir daí, veio outro avião porque aquele se partiu, veio o Pátria, partiram logo na mesma hora porque tiveram de amarar com uma falha de motor, e depois, com o avião Santa Cruz é que eles conseguiram terminar e chegar então ao Rio de Janeiro.

Foi notável também a visão dos governantes da altura que financiaram os dois aviões suplementares. Para vos dizer que eram aviões monomotor e quem é piloto sabe o que é que isto quer dizer. É que no monomotor falha o motor – e às vezes falha e naquele tempo falhava mais que agora – e nós fazemos uma aterragem de emergência e estamos preparados para o fazer. Sobre o mar eu não me aventuro. Fiz uma vez uma pequena travessia quando fui para Marrocos, mas devia ir a cinco mil pés, eu subi para seis mil e rezámos para que aquilo chegasse até ao lado da terra.

Portanto, foi uma grande coragem que estes dois homens tiveram, Foi um grande engenho. Eles conseguiram revolucionar de tal forma a navegação aeronáutica que, dois anos mais tarde, em mil novecentos e vinte e nove, um comandante fez a volta ao mundo no Zepelim já utilizando o astrolábio de precisão inventado pelos portugueses e isto é que foi notável. E ainda é tão notável quanto tudo isto que eu acabei de dizer que não há avião nenhum comercial que não tenha no painel do lado esquerdo e do lado direito entre outros instrumentos analógicos porque hoje em dia já é praticamente tudo com computador, que não tenha o horizonte artificial que foi desenvolvido por um português



De forma que apesar de concordar com tudo aquilo que disseram eu ficaria muito mais satisfeito se o nome do aeroporto internacional de Faro, tal como nós aprendemos na escola, tivesse a designação do Aeroporto Internacional de Faro Gago Coutinho e Sacadura Cabral.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) - «A senhora presidente em exercício, desde muito jovem que aqueles dois nomes Gago Coutinho e Sacadura Cabral andaram muito associados e muito falados à juventude sambrasence. Eu sou sambrasence/fareense, nasci em São Brás, vivi lá uns quantos anos e já vivo aqui em Faro há mais de quarenta e cinco anos. Mas daqueles dois nomes, a atenção recaía mais sobre Gago Coutinho do que Sacadura Cabral porque desde muito pequeno ouvir dizer que o Gago Coutinho seria também um sambrasence/fareense, por ter nascido em Brás de Alportel, e sendo de S. Brás de Alportel, à época uma freguesia do concelho de Faro ele era naturalmente um sambrasence/fareense.

Depois mais tarde, e mais recentemente, com esta polémica, há vida e há obra, esse testemunho foi notável para mostrar que o importante é cultivarmos, geração após geração, o conhecimento, a divulgação e o exemplo da vida e da obra.

Gago Coutinho foi um ilustre lutador militar; foi um importante homem de ciência; foi um homem de Cultura. Um homem que teve uma vida importantíssima em várias áreas, essa vida e essa obra devem ser mantidas vivas e como exemplo.»

*Não havendo mais inscrições, passou-se à votação da Moção, tendo sido **aprovada por maioria**, com zero votos contra, cinco abstenções (CDU;BE;PAN;CH) e vinte e um votos a favor (PSD;PS;MPT;IL;CDS;PPM)*

Esgotada a Ordem de Trabalhos, o presidente da Assembleia Municipal, em exercício declarou encerrada a sessão.

Para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário